

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-Graduação em Filosofia**

Vitor Coelho Lima

**CORRUPÇÃO E NATUREZA HUMANA NO PENSAMENTO DE MAQUIAVEL:**  
**uma interseção entre os textos políticos e literários**

Belo Horizonte  
2021

Vitor Coelho Lima

**CORRUPÇÃO E NATUREZA HUMANA NO PENSAMENTO DE MAQUIAVEL:  
uma interseção entre os textos políticos e literários**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Filosofia.

Linha de Pesquisa: Ética e Filosofia Política

Orientador: Newton Bignotto

Belo Horizonte  
2021

100	Lima, Vitor Coelho.
L732c	Corrupção e natureza humana no pensamento de Maquiavel
2021	[manuscrito] : uma interseção entre os textos políticos e literários / Vitor Coelho Lima. - 2021.
	202 f.
	Orientador: Newton Bignotto de Souza.
	Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	Inclui bibliografia.
	1.Filosofia – Teses. 2. Ciência política – Filosofia – Teses. 3. Machiavelli, Niccolo, 1469-1527. 4.Corrupção – Teses. I. Bignotto, Newton. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III .Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Corrupção e natureza humana no pensamento de Maquiavel: Uma interseção entre os textos políticos e literários**

**VITOR COELHO LIMA**

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em FILOSOFIA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em FILOSOFIA, área de concentração FILOSOFIA, linha de pesquisa Filosofia Política.

Aprovada em 10 de setembro de 2021, pela banca constituída pelos membros:

Prof. Newton Bignotto de Souza - Orientador (UFMG)

Prof. Helton Machado Adverse (UFMG)

Prof. Carlo Gabriel Kszan Pancera (UFMG)

Prof. Sérgio Cardoso (USP)

Prof. José Luiz Ames (UNIOESTE)

Belo Horizonte, 10 de setembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Helton Machado Adverse, Professor do Magistério Superior**, em 13/09/2021, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Newton Bignotto de Souza, Professor Magistério Superior - Voluntário**, em 13/09/2021, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Luiz Ames, Usuário Externo**, em 13/09/2021, às 19:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlo Gabriel Kszan Pancera, Professor do Magistério Superior**, em 14/09/2021, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Cardoso, Usuário Externo**, em 15/09/2021, às 19:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0924781** e o código CRC **442C2C3C**.

---

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar ao professor Newton Bignotto. Um grande mestre e um amigo.

Com muito carinho aos amigos Paula Braccini, Francisco Grynberg, Guilherme Soeiro, Samuel Rodrigues, Rondinelli Amorim, Rodrigo Coimbra, Henrique Brant, Davi Lana, Pedro Fonseca, Thiago Canetieri, João Pedro Farkasvolgy, pela companhia e pelo constante apoio.

À Thaisa Galvão e Sérgio Andrade.

Como forma de agradecimento dedico a todos os meus familiares, com menção especial para André Coelho Lima, Renato Coelho Lima, Davi Lima, Hildebrando Lima e Fátima Lima por serem as pessoas mais importantes em minha vida.

Com muita saudade e amor à vovó Ruth.

Com todo meu amor à minha filha Luana, e a minha esposa Thaís Barroso Gomes que me deram as maiores alegrias de toda minha história.

Com essas pessoas divido a alegria da conclusão desse trabalho.

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê.”

Arthur Schopenhauer

## RESUMO

A hipótese que sustenta a nossa tese é a de que os textos literários de Maquiavel fazem parte de seu projeto político e intelectual de forma decisiva. Nossa aposta é mapear através desse conjunto de textos um denominador comum que nos permita falar sobre a concepção que Maquiavel constrói da natureza humana para demonstrar como essas ideias se conectam com os pilares de seu realismo político. Para dar cabo as nossas intenções escolhemos investigar como o problema da corrupção se desdobra em sua reflexão já que esse é um recorte que mobiliza os principais conceitos de sua filosofia política.

Nosso percurso toma como ponto de partida uma investigação sobre como Maquiavel recebe e desenvolve o problema da corrupção nos regimes políticos, para que a partir dos conceitos trabalhados possamos ancorar nossa leitura dos textos literários e justificar a tese de que essa parte da obra pouco explorada permite afirmar que a investigação sobre a natureza humana no pensamento de Maquiavel é fundamental para a compreensão de seu realismo político.

A tese se inicia com a análise da recepção da reflexão de Políbio sobre a corrupção por Maquiavel, para que possamos caminhar em direção a como esse problema se desdobra nos *“Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio”*. Na análise que elaboramos dessa obra nosso esforço está centrado em mobilizar o conceito de liberdade, a teoria dos humores, o regime misto, a fortuna e a fundação contínua dos regimes para que possamos caracterizar de forma rigorosa seu realismo político.

Feito esse procedimento vamos nos dedicar a expor o conteúdo de obras como *“Andria”*, *“A Mandrágora”*, *“Clizia”*, *“Belfagor, o “arquidiabo”* para mostrar como é indispensável para a compreensão do pensamento de Maquiavel suas considerações antropológicas. A ideia central que podemos retirar desses textos é que os desejos e as paixões guiam o comportamento humano, tornando o conflito entre os homens algo insuperável. Não é só a fortuna e a natureza imprevisível da política que tornam a corrupção um problema para a reflexão política de qualquer tempo, mas a própria natureza humana contribui como uma variável relevante para esse processo. Por isso, não há regime ideal que possa trazer a harmonia e o fim dos conflitos entre os homens, uma reflexão realista aponta para um regime republicano como o melhor meio para lidar com essa instabilidade fundamental do cosmos maquiaveliano, já que ele pode se reformular continuamente.

Nosso objetivo é mostrar que uma parte pouco explorada da obra de Maquiavel amplia a nossa compreensão de porque os regimes políticos se corrompem a partir do desenvolvimento de uma noção antropológica que se interliga à toda sua teoria.

Palavras-chave: filosofia; política; Maquiavel; corrupção.



## ABSTRACT

The hypothesis that supports our thesis is that Machiavelli's literary texts are part of his political and intellectual project in a decisive way. Our bet is to map through this set of texts a common denominator that allows us to talk about Machiavelli's conception of human nature to demonstrate how these ideas connect with the pillars of his political realism. To carry out our intentions, we chose to investigate how the problem of corruption unfolds in his reflection since this is a section that mobilizes the main concepts of his political philosophy.

Our journey takes as its starting point an investigation into how Machiavelli receives and develops the problem of corruption in political regimes, so that, based on the concepts worked on, we can anchor our reading of literary texts and justify the thesis that this little explored part of the work allows affirm that the investigation into human nature in Machiavelli's thought is fundamental to understanding his political realism.

The thesis begins with the analysis of the reception of Polybius' reflection on corruption by Machiavelli, so that we can move towards how this problem unfolds in the "Discourses on the first decade of Livy". In the analysis we elaborate on this work, our effort is centered on mobilizing the concept of freedom, the theory of conflicting moods between people and powerful men, the mixed regime, fortune and the continuous foundation of regimes so that we can rigorously characterize their political realism.

Having done this procedure, we will dedicate ourselves to exposing the content of works such as "*Andria*", "*A Mandragora*", "*Clizia*", "*Belphagor*", the archdevil" to show how indispensable his anthropological considerations are for understanding Machiavelli's thought. The central idea that we can take from these texts is that desires and passions guide human behavior, making the conflict between men something insuperable. It is not only fortune and the unpredictable nature of politics that make corruption a problem for political reflection at any time, but human nature itself contributes as a relevant variable to this process. Therefore, there is no ideal regime that can bring harmony and an end to conflicts between men. A realistic reflection points to a republican regime as the best way to deal with this fundamental instability of the Machiavellian cosmos, as it can continually reformulate itself.

Our objective is to show that a little explored part of Machiavelli's work expands our understanding of why political regimes become corrupt through the development of an anthropological notion that is interconnected with his entire theory.

Keywords: philosophy; politics; Machiavelli; corruption.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1: A CORRUPÇÃO – DA FORTUNA AO HOMEM .....</b>	<b>28</b>
1.1 Políbio e a decadência romana.....	28
1.2 A teoria da Anasyctosis.....	38
1.3 Políbio e o regime misto.....	50
1.4 Interseções entre Políbio e Maquiavel .....	54
<b>CAPÍTULO 2: A CORRUPÇÃO NOS DISCORSI DE MAQUIAVEL .....</b>	<b>68</b>
2.1 A corrupção da república .....	71
2.2 A teoria dos humores e a corrupção .....	85
2.3 A liberdade e a corrupção .....	96
2.4 Corrupção, fundação contínua e regime misto.....	105
<b>CAPÍTULO 3: A CONDIÇÃO HUMANA E OS TEXTOS LITERÁRIOS .....</b>	<b>118</b>
3.1 A obra literária de Maquiavel .....	133
3.2 Belfagor, o Arquidiabo.....	137
3.3 Andria.....	142
3.4 Clizia .....	146
3.5 A Mandrágora .....	151
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>163</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>167</b>

## INTRODUÇÃO

O objetivo principal dessa tese é mostrar como o problema da corrupção, ao mesmo tempo em que atravessa toda a obra de Maquiavel, encontra diferentes formulações ao longo de seus textos, em particular em textos literários pouco frequentados pelos estudiosos de filosofia política. Nossa tese central é a de que uma importante reflexão sobre a natureza humana é desenvolvida através das obras literárias de Maquiavel. Consideramos essa reflexão indispensável para a compreensão de seu realismo político e a nossa aposta é a de que o estudo do problema da corrupção pode justificar nossa hipótese. As principais ideias de Maquiavel que sustentam sua teoria como as noções de fortuna, que tornam a política um campo imprevisível, assim como a noção de que a natureza da política é o conflito estão diretamente relacionadas com uma concepção sobre a condição humana que se relaciona diretamente com a reflexão sobre a corrupção.

As principais ideias que estruturam o realismo político de Maquiavel são aquelas que inauguram uma compreensão da política desprendida de formas ideais, marcadas pela noção de que a essência da política é o conflito que se desencadeia de forma imprevisível. Essa contribuição de Maquiavel para a filosofia é fundamental para compreender não só o contexto italiano, mas também questões do mundo contemporâneo, e por isso, nosso esforço vai na direção de mostrar como uma nova reflexão sobre a corrupção diz muito sobre a melhor forma de se compreender natureza humana no intuito de organizar instituições sólidas.

Para demonstrar nossa hipótese vamos dividir o nosso percurso em três etapas.

No primeiro capítulo da tese chamado *“Da fortuna ao homem”* nosso esforço estará voltado para o resgate filosófico da ideia de corrupção no mundo antigo. É com esse ponto de partida que seremos capazes de nos aproximar nos capítulos subsequentes da inovação maquiaveliana que é nosso interesse primordial.

O nosso primeiro passo será apresentar como a ideia da corrupção de Roma foi pensada pelo historiador grego Políbio. A escolha pela interpretação de Políbio é estratégica para nosso percurso não só pela influência que Maquiavel recebe desse trabalho, mas também porque Políbio apresenta uma teoria importante sobre esse

tema, e se propõe a estudar o processo de corrupção do corpo político considerado o mais poderoso de todos, colocando em evidência sua ideia de que a corrupção é um processo que pode assolar e transformar qualquer corpo político, independente da consistência de suas instituições. Estudar a corrupção do corpo político que mais resistiu a esse processo é uma boa escolha filosófica.

A percepção de Políbio de que a derrocada do império romano tem muito a nos ensinar sobre a política em geral é uma sacada muito poderosa que coloca a corrupção como conceito chave para a compreensão filosófica da política, e por isso muito importante para nosso percurso. Foi Políbio que primeiro se atentou para a noção de que se o corpo político mais poderoso que já tinha existido até então acabou como qualquer outro, e que poderíamos retirar importantes conclusões sobre esse processo de decadência.

A estratégia argumentativa do capítulo passa por analisar a interseção entre as ideias polibianas e as ideias de Maquiavel, assim como apontar para os momentos em que essas teorias divergem. A obra de Políbio foi recebida por Maquiavel séculos depois, resultando em uma nova abordagem para a problemática de porque até mesmo regimes políticos extremamente solidificados, como o império romano, se corrompem, se degeneram e desaparecem. Nesse primeiro capítulo o mais importante é estabelecer de forma precisa por onde passa a influência de Políbio nas ideias de Maquiavel. Na passagem do pensamento de Políbio a Maquiavel se evidencia como o mundo antigo pode contribuir para a reflexão de outros tempos, já que com o trabalho de Maquiavel se amplia o escopo da ideia de corrupção, adicionando novos elementos para a discussão que podem ser mobilizados até mesmo nos dias de hoje.

A novidade maquiaveliana passa por descrever a corrupção não só como uma parte inevitável da política, mas vinculá-la também a questões humanas, explicando esse fenômeno político não só através da fortuna, ou seja, da imprevisibilidade natural da vida política e das variações naturais dos tempos, mas também através dos elementos humanos que contribuem para a degeneração de um corpo político e a degradação de uma ordem e seus valores. Por isso, o título desse capítulo "*Da fortuna ao homem*" demarca o caminho teórico que vamos percorrer de Políbio a Maquiavel, na tentativa de associar o problema da corrupção a elementos históricos, políticos e antropológicos.

Como indica Maquiavel em um documento de 1503 intitulado “*Da maneira de tratar as populações revoltadas do vale de Chiana*”:

Ouvi dizer que a história é a mestra de nossas ações, e sobretudo da dos príncipes; o mundo sempre foi semelhantemente habitado por homens que sempre tiveram as mesmas paixões.<sup>1</sup>  
(MÉNISSIER.2012:30)

O que está em jogo no nosso percurso é não deixar de lado a influência que os desejos humanos exercem no curso da história da corrupção, afinal os homens foram sempre mais ou menos os mesmos, com paixões e desejos semelhantes, comportamentos parecidos, como já indaguei antes: Será que somos muito diferentes dos gregos de 2500 anos atrás do ponto de vista da natureza humana? Do ponto de vista científico já sabemos que 2500 anos são um período muito curto para a evolução biológica da espécie. Parece existir uma constante, somos afetados por desejos, somos imprevisíveis, conflituosos e isso é idêntico mesmo em momentos históricos distantes. Aquilo que gera a corrupção ontem e hoje tem raízes comuns na nossa condição humana e Maquiavel estava atento para esse dado que ele expressa no trecho acima.

\*\*\*

No Segundo capítulo vamos desenvolver um estudo do conceito de corrupção mais aprofundado nos “*Discorsi*”. O objetivo é analisar as diferentes acepções que a corrupção apresenta como conceito, assim como sua relação com as ideias fundamentais que gerenciam a estrutura da obra e a filosofia de Maquiavel. O interesse central deixa de ser a relação de Maquiavel com o mundo antigo e a recepção de Políbio e se concentra em propor uma leitura dos “*Discorsi*” que tem a corrupção como o conceito mais importante de toda a obra.

Nosso desafio é compreender de forma minuciosa como Maquiavel utiliza esses conceito para desenvolver seus argumentos sobre a república. Nosso pressuposto é o de que o “*Discorsi*” é uma obra sobre a corrupção e de que apesar

---

<sup>1</sup> MÉNISSIER. Thierry. Vocabulário de Maquiavel. Trad: Claudia Berliner. Martins Fontes. 2012. São Paulo. Página 30

de podermos chegar a uma ideia bem articulada sobre a concepção de Maquiavel sobre esse conceito, como já apresentamos na introdução, é preciso compreender como se dá a construção e o desenvolvimento desse conceito ao longo da obra para que nossas intenções possam ser realizadas. É importante falar sobre a corrupção na fundação de um corpo político, em seu desenvolvimento, em sua manutenção, da sua relação com a liberdade, da sua relação com a república, da sua relação com a teoria dos regimes, e em variadas situações exploradas pelo secretário florentino na vida política de uma cidade.

Explorar as nuances do conceito a partir do pressuposto de que ele é o conceito mais importante da obra é um passo essencial para o nosso percurso que nos permitirá caminhar em direção a originalidade da nossa tese. A nossa aposta é que a ideia de corrupção é indispensável para a compreensão do realismo político, do republicanismo e da concepção de homem de Maquiavel. O nosso primeiro passo que indicará o caminho *“Da fortuna ao homem”* se realizará plenamente quando a partir de todas as noções sobre a corrupção que mobilizaremos pudermos levantar a pergunta: E onde estão as considerações maquiavelianas de natureza antropológica que justificam nossa interpretação e marcam a novidade para a qual estou apontando?

É no terceiro capítulo que estaremos habilitados a refletir com mais precisão sobre qual é a relação de toda a nossa análise da corrupção nos *“Discorsi”* com a questão da natureza humana que venho insistindo como uma originalidade de Maquiavel e como a parte mais preciosa da nossa contribuição para um estudo mais completo da obra de Maquiavel que leva em conta também os textos literários.

Nossa estratégia nesse último capítulo será contemplar e percorrer a obra literária de Maquiavel. Essa parte da obra é pouco explorada pelos comentadores, mas acreditamos que ela se relaciona essencialmente com o tema que escolhemos para pesquisar. É comum dizer que não existe uma ideia de natureza humana no pensamento de Maquiavel, ou que essa ideia não é tão central ou tem tanta força argumentativa. O que tentaremos mostrar é que mesmo que de forma discreta argumentos antropológicos são mobilizados em vários momentos nos *“Discorsi”*, e eles apontam para certas lacunas que poderiam ser preenchidas teoricamente através de uma análise rigorosa dessa parte da obra de Maquiavel pouco explorada.

Vamos aprofundar a reflexão em torno de como se expressam as relações entre a corrupção e o problema antropológico dentro da obra de Maquiavel. Isso significa que nosso percurso almeja uma visão mais ampla e completa sobre a obra como um todo. A ideia que está por trás do nosso argumento e o sustenta é a noção de que várias questões que não ficam tão claras sobre a relação entre corrupção e natureza humana nas obras principais de Maquiavel podem ser exploradas de forma precisa, construindo um novo olhar sobre o pensamento maquiaveliano, que aponta para uma ideia de homem a partir da qual ele deriva algumas de suas principais ideias sobre a política. O objetivo é justificar como os textos literários deixam claras as preocupações de Maquiavel em responder que homem é esse o do seu realismo político e como isso é fundamental no que toca a complexa ideia de corrupção construída nos *“Discorsi”*. Apostamos na possibilidade de abordar com base textual a natureza dos homens que habitam o realismo político de Maquiavel e como ela exerce papel fundamental em várias situações argumentativas do pensamento maquiaveliano.

Se nos dois primeiros capítulos nossos textos mais importantes serão as *“Histórias”* de Políbio e os *“Discorsi”* de Maquiavel, na terceira parte da tese nossas referências serão textos como *“A mandrágora”*, *“Belfagor, o arqui-diabo”*, *“Clizia”*, *“História de Florença”*, *“L’asino”*, *“A vida de Castruccio Castracani”*, *“Andria”*, *“Decennale”*. Textos muitas vezes apontados como secundários dentro da obra de Maquiavel, e que na verdade se relacionam diretamente com argumentos centrais de outras obras, possibilitando novos desdobramentos teóricos, novas leituras e conceitos.

O que marca a originalidade do percurso que estamos propondo é essa interseção entre textos literários e políticos, assim como o foco na questão antropológica que cerca a reflexão de Maquiavel.

Como dissemos, nossa tese é de que o problema da corrupção nos *“Discorsi”*, se analisado em conjunto com a obra literária de Maquiavel pode ser explorado e compreendido de forma mais completa, nos direcionando para o fortalecimento da ideia de que é nuclear na filosofia de Maquiavel uma reflexão sobre a natureza da ação humana. O intuito é relacionar os argumentos principais das obras mais conhecidas com uma vertente da obra pouco explorada que pode nos gerar novas conclusões a respeito do pensamento de Maquiavel. Como se nos *“Discorsi”* estivesse

todo o conteúdo histórico e político que explicam o fenômeno que estamos estudando e nos textos literários estivesse o complemento antropológico que torna a teoria mais robusta, mais completa e com maior alcance. Isso significa dizer que filosoficamente nossa análise é mais consistente do que aquela que compreende a corrupção só através dos textos políticos mais famosos. Vamos deixar claro como a ideia maquiaveliana sobre o homem, seu comportamento e suas relações são tão importante para a compreensão de seu realismo político como um todo, assim como para a compreensão da teoria dos humores, da fortuna, da liberdade, e também\_a ruptura entre ética e política, e os pilares mais importantes que sustentam a filosofia do secretário florentino.

As noções de natureza humana que vamos apresentar a partir da interseção entre a obra política e literária funcionam muitas vezes como premissas de argumentos conhecidos, e isso não é levado em conta e demarcado com o destaque que estamos propondo. É essencial para compreender a filosofia de Maquiavel se perguntar: Quem é o homem de Maquiavel? Talvez o estudo da corrupção possa nos revelar. Essa é nossa aposta.

\*\*\*

A natureza de muitos dos conflitos, das disputas e dos problemas gerados pelo convívio entre os seres humanos dentro dos regimes políticos do mundo contemporâneo guardam semelhanças fundamentais com situações históricas enfrentadas por civilizações antigas, e em alguns casos até se resumem às mesmas querelas.

Isso significa dizer que mesmo que o contexto histórico, político, cultural ou econômico seja diverso, quando nos propomos a comparar civilizações, épocas e acontecimentos da vida coletiva, há algo próprio das relações humanas que permanece, algo próprio do convívio e algo próprio da política. É essa aposta teórica que permite a filosofia política, aliada ao conhecimento histórico, propor novos rumos para a abordagem teórica e prática da vida coletiva. Afinal, seriam a natureza humana e os desejos dos gregos ou dos romanos diferentes dos nossos? Qual o impacto dessas condições na vida pública? Essas são questões pertinentes para esboçarmos o cenário que nos interessa explorar.



Uma resposta para a essência da natureza humana foi buscada e proposta por muitos filósofos e jamais faria parte dos nossos objetivos esgotar esse problema, mesmo porque talvez não exista essa possibilidade, mas também não vamos adotar nenhuma das respostas já sugeridas. Buscamos a partir daqui apontar para certas tendências e semelhanças do comportamento humano, em experiências políticas de épocas distintas para que se justifique a premissa de que o estudo da história pode nos revelar algo precioso sobre os nossos tempos.

Levando em conta a premissa apresentada, podemos deduzir a importância de considerar o conhecimento histórico como um saber que se faz discurso útil ao presente. Esse aspecto sempre foi destacado e valorizado na filosofia renascentista, momento em que essa forma de saber é alçada ao patamar de um critério valioso para se avaliar o presente, compreendê-lo e sobretudo transformá-lo através da ação política. Aprendemos com os humanistas que o estudo do passado é indispensável para a compreensão filosófica apurada de vários problemas da vida pública.

O problema da corrupção é um exemplo desses fenômenos da vida coletiva que fazem parte da vida contemporânea, mas que, por outro lado, sempre acompanhou a humanidade em diferentes momentos históricos e orbitou em torno das relações humanas na vida pública e na vida privada. Podemos dizer mais do que isso, a corrupção não só se fez presente ao longo de toda a história como em algumas circunstâncias se desencadeou como um processo transformador da realidade política e social, destruindo regimes, gerando novas leis, criando novos conflitos, estabelecendo novos modos de convívio, novos valores, e se configurando como a principal causa de importantes transformações históricas.

Embora esse fenômeno tenha sido abordado teoricamente por vários pontos de vista ao longo da história da filosofia, não há consenso em torno de sua lógica de funcionamento, principalmente no que diz respeito às suas causas, sobre seu significado, e sobre a melhor forma de enfrentá-la através de instituições sólidas. A corrupção permanece como um desses problemas que orbitam a filosofia política em vários de seus desdobramentos e que numa abordagem apressada pode parecer insolúvel e insuperável dada a cambiante e frágil natureza humana.

Esse cenário teórico que articulamos até aqui nos mostra que não existe consenso em torno da ideia de corrupção, aponta para a possibilidade de investigá-la como um problema da vida coletiva através da referência ao passado, nos levando a

conclusões inovadoras, e faz com que a interpretação e a análise desse conceito permaneçam como um campo aberto para o desenvolvimento de um importante debate contemporâneo sobre como compreendê-la e como lidar com ela. Pesquisa que pretendemos levar a cabo através do diálogo com o passado, considerando a discussão sobre a possibilidade de reduzir seus efeitos nocivos ao corpo político.

Várias perguntas se colocam para a filosofia dentro do nosso percurso, como por exemplo: Qual é a relação entre a corrupção na política e a natureza humana? É possível viver em um corpo político sem corrupção? A corrupção faz parte da política? E várias outras indagações complexas que iremos articular de forma ordenada na tentativa de explicitar a atualidade do pensamento de Maquiavel em relação à corrupção.

Não é nossa intenção fornecer respostas precisas a todas essas perguntas mesmo porque, talvez, isso também não seja possível, e além disso, essa não é a intenção de um saber como a filosofia que se caracteriza pela busca incessante. Nossa estratégia é se orientar pelos desdobramentos desses questionamentos dentro de uma investigação da obra de Maquiavel, para que seja possível apontar para certas inflexões teóricas pouco exploradas pela tradição que apontam para as relações entre a natureza humana e a corrupção.

\*\*\*

Muitas vezes, a corrupção se apresenta como um processo que parece intrínseco à própria política, essa é uma ideia corriqueira no senso comum, de que são as garras da política e as características de seu *modus operandi* que arrastam os homens para a corrupção. Isso acontece (falo sobre a consolidação dessa ideia no senso comum), em primeiro lugar, porque a corrupção sempre foi um problema que na efetividade das coisas acompanhou a política em toda a sua história, fazendo parecer que a corrupção fosse uma parte essencial da própria política; e, em segundo lugar, essa ideia se sustenta porque a corrupção é uma realidade com a qual convivemos nos regimes políticos do mundo contemporâneo apesar da unanimidade em torno do desejo de extirpá-la da sociedade, ou numa perspectiva menos radical, de controlar melhor suas consequências.

O que queremos dizer é que mesmo que não encontremos pessoas que desejem e defendam a corrupção como uma prática legítima e necessária à vida política, ela continua acontecendo, de modo parecido como sempre aconteceu, ou motivada pelos mesmos humores e desejos em relação à vida pública. Como algo que ninguém deseja continua acontecendo? Seria essa uma pergunta mal feita? O que desencadeia esse processo de corrupção?

Apesar dessa primeira aparência de como podemos entender a corrupção, é importante destacar que a discussão em torno da ideia de que a corrupção é uma parte da política continua a gerar polêmica, permanecendo como uma reflexão aberta que merece atenção. Não pretendemos adotar essa ideia, mas sim de que ela é um fenômeno mais amplo, que extrapola a vida política, apesar de sempre conviver com ela. Afinal, não é só na vida pública que encontramos a corrupção, e aqui se coloca mais uma pergunta filosófica de extrema relevância para a nossa tese: Existe alguma semelhança entre a corrupção na vida pública e na vida privada? Voltaremos nessa problema mais à frente e deixamos claro que nossa intenção é investigar a corrupção da vida política, mas para isso consideramos que uma abordagem com rigor filosófico adequado deve se orientar por todas as dimensões que o fenômeno da corrupção carrega e nos permite delimitá-lo, só assim é possível lidar com a complexidade de todas essas perguntas que levantamos até agora.

Nosso ponto de partida é essa ideia do senso comum e vamos utilizá-la por motivos metodológicos para que mais a frente possamos desconstruí-la e alcançar uma interpretação mais ampla sobre o significado desse fenômeno.

Quando olhamos para o passado, há ali um amontoado de regimes políticos distintos, que sucedendo uns aos outros e se degenerando de forma semelhante, colapsaram independente de suas diferenças estruturais e suas particularidades institucionais. Isso torna evidente porque a corrupção sempre permaneceu como um problema atual para o pensamento político de qualquer época, da forma como permanece até hoje.

Do ponto de vista do processo de corrupção, o que diferencia os regimes do passado que já colapsaram é apenas o tempo que eles duraram até serem corrompidos, como se as diferenças fundamentais existentes entre as instituições que compõe os diferentes tipos de regime não fossem determinantes para evitar os processos que degeneram uma ordem política, seus valores e seu funcionamento,

como se nenhum regime contasse com mecanismos eficazes para absorver esse processo.

É isso que fica evidente quando olhamos para os inúmeros regimes políticos que já existiram, fica claro que a diferença entre uma república e uma monarquia faz pouca diferença do ponto de vista da corrupção, ambas as formas institucionais estão sujeitas a esse processo de maneira idêntica, têm suas regras burladas, desencadeiam desordem, destroem instituições e desequilibram o funcionamento do regime de forma irreversível, até que o processo de decadência chega a um ponto que as instituições não são mais capazes de organizar a vida em comum, perdem a função e o regime por fim sucumbe.

Levando em conta essa ideia de que a corrupção afeta todos os regimes, e de que é ela que desencadeia um processo de decadência que afeta as relações sociais a ponto de destruir um corpo político, podemos dizer que ela é um fenômeno que extrapola a teoria clássica dos regimes, a corrupção fica como uma ameaça que paira sobre qualquer modelo político e o ameaça. Assim, a ideia de corrupção pode ser entendida como uma condição inevitável a que a vida em comum está submetida.

Não é uma condição da participação individual na vida política, ou seja, “os que se envolvem com política serão corruptos” é uma leitura limitada; menos ainda, a corrupção não é uma prática consequente da política ou se restringe a esse âmbito. Esse já é um primeiro passo que nos permite alargar a ideia da corrupção como uma simples parte da política, e que direciona nosso olhar para a forma como queremos abordá-la: como uma condição inevitável da vida coletiva, como um dado histórico que se relaciona com o desequilíbrio entre os desejos e disputas presentes em qualquer convívio humano. Não precisamos da política para entender como laços se rompem, como pessoas são enganadas, manipuladas, como pactos são rompidos e assim por diante, a questão é que na vida política a corrupção tem consequências muito maiores que podem desencadear um grau de desorganização irreversível, desencadeando tumultos, violências e todo tipo de mazela social. Compreender o funcionamento desse processo e os elementos que estão articulados em torno de seu desenvolvimento se torna um passo teórico crucial para qualquer pensamento político.

Se nos dias de hoje sustentássemos a tese de que a corrupção é uma consequência natural da vida em sociedade, considerando-a dessa maneira como o destino inescapável de qualquer configuração política, seja ela uma república, uma

monarquia ou o que quer que seja, dificilmente fugiríamos a uma condenação moral dessa ideia e encontraríamos poucos adeptos dela.

No senso comum a corrupção é um problema exclusivo da política e não envolve a natureza das relações humanas. Como já argumentamos, essa concepção é limitada, não abrange a complexidade do problema e não compreende o real significado do conceito que estamos investigando, ou seja, da corrupção como um processo de decadência dos regimes, que transforma a vida política, as instituições, as leis, a história e que se relaciona fundamentalmente com os conflitos naturais da vida coletiva, ou seja com a natureza das relações humanas.

Por outro lado, se apresentássemos uma teoria capaz de explicar a real natureza do processo corruptivo, que tanto incomoda, apontando para concepções de organização institucional que seriam capazes de minimizar seus efeitos, essa poderia ser uma teoria que interessa ao mundo contemporâneo, por aí passam nossas intenções nessa tese. Se compreendermos como ela se desencadeia, qual é sua natureza, o que nela há de inevitável, qual a semelhança entre a corrupção antiga e a contemporânea, qual a semelhança entre a corrupção da vida pública e da vida privada, e afastarmos da nossa análise as amarras morais, e o senso comum, talvez estejamos mais preparados para lidar com esse problema através de novas leis, novas instituições, concepções, e iniciativas políticas. Mas se continuarmos a tratá-la como algo inevitável e próprio do político permanecemos estagnados num processo de decadência guiado pela fortuna sobre o qual só caberia a análise moral, sem nenhum ganho do ponto de vista filosófico no que diz respeito ao conhecimento da política e do homem.

Na corrupção não há nada de fortuito, não é uma obra do acaso, o que estou dizendo é que é possível investigar de forma criteriosa o porquê Roma, ou qualquer outro corpo político se corrompeu, é possível reconstruir historicamente o processo de decadência que fez com que as instituições romanas não fossem mais capazes de manter os valores, a ordem e um modo de vida que caracterizava aquele corpo político. É possível detectar quando as disputas se desequilibraram e os desejos sobrepujaram o interesse público.

Os valores, a ordem e o modo de vida romano se corromperam, acabaram e nossa aposta é a de que é possível compreender filosoficamente esse processo, e chegar a conclusões importantes sobre como organizar instituições de forma mais

adequada para que o corpo político dure mais no tempo, conclusões que nos ajudam a minar várias concepções e pressupostos enganosos do pensamento político sobre os quais comentamos.

Munidos da noção de que não há muitos ganhos teóricos em estudar a corrupção pelo prisma moral, e que o melhor caminho é o saber histórico e filosófico, podemos partir da ideia de que ela é um fenômeno de degeneração amplo, inevitável e complexo para a vida coletiva, que não se restringe à vida política, apesar de afetar todos os tipos de regime, e é na vida pública que seus efeitos transformam drasticamente a realidade, destruindo impérios, desorganizando a vida em comum, e apontando para a necessidade de compreendermos o significado dessa ameaça constante de degeneração e decadência para que possamos nos organizarmos de forma mais adequada enquanto corpo político.

Nossa aposta é a de que o natural conflito entre os inconciliáveis desejos humanos deve fazer parte da investigação desse problema, o equilíbrio entre a possibilidade de satisfação desses desejos e o interesse público parece dar a tônica de como um corpo político pode se organizar de maneira sólida.

Nossa ideia não é a de que a compreensão filosófica da corrupção seja capaz de apontar qual é o melhor regime, fornecer respostas prontas para a vida institucional, ou fórmulas capazes de extingui-la, pelo contrário, partimos da ideia de que esse é um âmbito próprio da vida em comum, que como possibilidade nunca deixará de existir e nem como fenômeno. O que estamos propondo é uma compreensão filosófica inovadora que é capaz de nos levar a outras concepções sobre a natureza da política e sobre a natureza humana. Através do estudo da corrupção seremos capazes de repensar outras categorias importantes para a compreensão da vida coletiva.

Estamos sugerindo um novo olhar para problemas clássicos, e tão antigos, confiantes de que nossa leitura possa elucidar formas realistas de enfrentar a corrupção como uma condição, como uma ameaça, e como algo que mesmo que não possa ser completamente evitado deve permanecer no horizonte dos legisladores como algo que requer atenção e como algo que se almeja controlar; ao invés de tratá-la como algo exclusivo dos “homens maus”, como algo próprio da política e portanto a fortuna guiará esse processo de forma sempre incontrolável. Por essa razão nosso primeiro capítulo se chama “*Da fortuna ao homem*”, para que possamos através da

contribuição de Maquiavel deslocar a ideia antiga de Políbio da corrupção como um ciclo infinito próprio da vida política, explicado por variações ancoradas no conceito de fortuna, para a filosofia de Maquiavel, que tratará a corrupção como um problema próprio do homem e de suas relações.

É no mundo antigo, que a ideia da corrupção como um fenômeno inevitável e cíclico encontra a pergunta sobre suas causas e fornece um aparato teórico para explicar porque os regimes políticos se degeneram com o passar do tempo. O pensamento antigo proporcionou diversas inflexões intelectuais inovadoras ao longo da história da filosofia que permitiram um estudo da corrupção que leva em conta a complexidade desse fenômeno enquanto um fenômeno complexo da vida em comum. Essas abordagens antigas apontam no horizonte da investigação para uma reflexão em torno da lógica dos acontecimentos históricos que toma como premissa a inexorabilidade da corrupção nas sociedades políticas.

Apesar de nosso ponto de partida nesse trabalho se fixar no mundo antigo o foco da pesquisa está voltado para uma nova interpretação da contribuição que Maquiavel faz para esse tema. Além disso, é importante mencionar os rumos que a investigação da corrupção tomou ao final do século XIX para que se justifique a necessidade de se estudar o pensamento do filósofo florentino nos dias de hoje, assim como realizar nossa contribuição para a reflexão contemporânea.

Maquiavel inaugurou um modo original de se compreender a política, poderosíssimo para se pensar o mundo atual e que parece esquecido em momentos que tentaremos recuperar. Foi através da filosofia de Maquiavel que o mundo ocidental pôde abandonar a ideia de que a política não é a nossa ferramenta para atingir o bem comum como pensava Aristóteles, e consolidar a noção de que na verdade ela é a expressão de disputas inconciliáveis sobre desejos inconciliáveis. Foi o filósofo florentino que nos permitiu separar ética e política como áreas um pouco mais distantes do que pareciam até então no mundo medieval inaugurando o que chamamos de realismo político. E é justamente uma leitura realista da corrupção que estamos tentando construir, uma leitura que aponta para os limites da ação humana e não idealiza corpos políticos perfeitos e sem conflitos, por esse motivo não poderíamos ter uma referência mais adequada do que Maquiavel para pensar essa questão.

No livro “*Corrupção, democracia e legitimidade*”<sup>2</sup> de Fernando Filgueiras, é desenvolvida uma reflexão muito interessante sobre a relação entre corrupção e política que se comunica diretamente com ideais centrais do pensamento de Maquiavel que serão cruciais para o nosso percurso. As ideias mobilizadas por Filgueiras nos ajudam a pavimentar nosso caminho de entrada na investigação de como o estudo da corrupção no pensamento de Maquiavel pode contribuir para uma abordagem menos idealista da política e mais condizente com a efetividade das coisas.

Filgueiras introduz seu argumento através de uma menção ao conto “*A sereníssima República*” de Machado de Assis para ilustrar a ideia de que a natureza da política é o conflito e, por isso, a república nunca está livre da corrupção:

toda república é imperfeita; nunca está livre dos abusos, dos descuidos e das lacunas que a lei deixaria. (...) A república nunca está livre de corrupção, porque a política é discurso, é retórica e está passível à interpretação que a comunidade faz dela. A política é interesse, é conflito, é disputa pelo que a comunidade entende. (...) A política não é o domínio da razão teórica, mas da razão prática.<sup>3</sup> (FILGUEIRAS 2008: 13)

Essa ideia apresentada por Filgueiras vai de encontro ao núcleo do pensamento maquiaveliano e expressa de forma muito coerente os pressupostos que estão em jogo na conhecida teoria dos humores, que tem como pilar a ideia de conflito, e expressa a ideia que em todos os corpos políticos existe uma disputa insuperável que o caracteriza, existem desejos antagônicos e inconciliáveis em relação a vida pública. Essa ideia foi formulada em diversas obras como por exemplo no seguinte trecho do capítulo IX do “*Príncipe*”:

Pois, em todas as cidades, existem esses dois humores diversos, que nascem da seguinte razão: o povo deseja não ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo. (MAQUIAVEL 2008:45)<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> FILGUEIRAS, Fernando. *Corrupção, democracia e legitimidade*. Editora UFMG.2008.Belo Horizonte.

<sup>3</sup> FILGUEIRAS, Fernando. *Corrupção, democracia e legitimidade*. Editora UFMG.2008.Belo Horizonte. Página 13

<sup>4</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2001 página 45



No conto machadiano analisado por Filgueiras a personagem Cônego Vargas se vê diante do desafio de organizar uma sociedade de aranhas falantes. Seu objetivo era que aquela sociedade atingisse a perfeição, no entanto, as disputas, os desejos, e os conflitos entre as aranhas tornam a tarefa inexecutável, levando aquela sociedade a transformar continuamente suas diretrizes sem nunca alcançar a perfeição desejada.

É importante destacar a genialidade da prosopopeia de Machado de Assis ao atribuir o poder de fala às aranhas, com essa figura de linguagem o autor não só coloca a natureza humana em jogo como a coloca como o principal motivo dos conflitos e como razão fundamental para que as aranhas não consigam se organizar, afinal, é a capacidade de fala das aranhas, único atributo humano que elas detêm a principal força motriz das disputas. Se as formigas não falassem elas não seriam tão desorganizadas. Onde há humanos, há disputa, há conflitos, há debate, há deliberação e essa condição é algo que nos caracteriza, fazendo com que sempre estejamos em um ambiente instável, cambiante e conflituoso. Estamos de acordo com a visão de Filgueiras sobre a real natureza da vida política ser o conflito e devemos a Maquiavel essa inflexão teórica.

O objetivo de Filgueiras ao se referir ao conto machadiano é mostrar que as repúblicas contemporâneas quando buscam soluções para seus problemas vivem dilemas e conflitos semelhantes aos vivenciados pelas aranhas e seu organizador, como se no mundo atual ainda estivéssemos iludidos com a vontade do Cônego Vargas de criar uma sociedade perfeita.

A mobilização dessas ideias nos aproximam do universo teórico de Maquiavel tanto no que diz respeito ao lugar ocupado pelo conflito em sua filosofia, quanto pela condição inexorável da corrupção, que fazem com que abandonemos a ideia de regimes ideais como eram pensados no modelo grego. A ideia que está em jogo é a impossibilidade de uma sociedade sem conflitos, a impossibilidade de uma sociedade perfeita, e a imposição da realidade de que a natureza instável das relações humanas se relacionam com vários conflitos que vivenciamos enquanto sociedade em relação à vida política. É impossível uma conciliação de desejos opostos, e desejos opostos sempre vão existir.

Filgueiras está apontando para a falsa crença de que a ciência política contemporânea, com sua linguagem técnica, seja capaz de organizar a comunidade

e produzir o melhor para a vida republicana, é um giro da razão teórica em direção à razão prática. A ilusão tecnicista de algumas vertentes do pensamento político passa por acreditar que a filosofia política é capaz de fornecer respostas precisas, práticas, realistas e eficazes de como devemos nos organizar e na verdade o conhecimento mais preciosos que a filosofia política pode fornecer sobre esse tema são as ideias de que não existe regime ideal, de que o homem é um ser de conflito, de que a política se caracteriza como uma disputa insuperável, e portanto as leis e as instituições devem estar sempre sendo vigiadas para que possam ser preservadas ou modificadas de acordo com a necessidade de manutenção do corpo político.

Os pressupostos do realismo político se chocam com as ideias tecnicistas, são muito mais poderosos filosoficamente, e muito mais eficazes no sentido de nos orientar sobre a real natureza da ação humana para que possamos nos direcionar para uma reflexão que almeja lidar da melhor forma possível com condições inexoráveis, ao invés de ignorá-las, condená-las moralmente, explica-las através do acaso ou propor formas ideais ilusórias que quando testadas, sempre se corrompem.

Como pondera Filgueiras sobre essa ilusão perfeccionista da ciência política contemporânea:

A ciência política, hoje, vive o mesmo experimento de Cónego Vargas, em que, por mais que se tente, em teoria, organizar a vida política, mais a corrupção se mostra como prática cotidiana, inerente ao mundo político. Mais ela se expressa como a própria prática da política. (FILGUEIRAS 2008:14)<sup>5</sup>

Essa ideia de que o conhecimento técnico da política como ciência seria capaz de resolver os principais problemas é uma aposta na racionalidade humana que não parece ser condizente com a natureza da própria política, sobretudo é um pensamento muito presente nos dias de hoje, que ignora o fato de que a política não se deixa levar pela organização científica, ela faz parte da ordem do imprevisível, faz parte da ordem histórica do mundo. A política ao ser tratada como ciência não esclarece muitas perguntas filosóficas e acaba se mostrando como um ciência falha já que não é capaz

---

<sup>5</sup>FILGUEIRAS, Fernando. *Corrupção, democracia e legitimidade*. Editora UFMG.2008.Belo Horizonte. Página 14

de organizar nenhum corpo político racionalmente e evitar os conflitos e a corrupção como desejam alguns filósofos.

Esse rumo tomado pela investigação da corrupção na filosofia ao final do século XIX, que é marcado por um cientificismo e uma crença empirista, nos leva à necessidade de retomar outros pontos de vista sobre esse assunto que estão presentes no mundo antigo e principalmente no Renascimento através do pensamento de Maquiavel. A crítica feita por Filgueiras à ciência política contemporânea através da angústia de Cônego Vargas corrobora com a urgência de se trazer Maquiavel para o mundo contemporâneo para que ele nos diga que a política é imprevisível e seu conhecimento é de outra natureza, diferente dos modelos científicos que estudam a natureza.

A ciência política contemporânea crê e aposta na capacidade de organizar a sociedade dos homens como um sistema político idôneo baseado em uma linguagem empírica e estatística que supostamente metrifica e significa as mazelas trazidas pela corrupção. A partir dessa falha, o principal argumento que Filgueiras desenvolve em sua obra é o de que essa ciência política cai no engodo de não perceber que a política nada mais é que o mundo moral, formado por discursos que procuram pela construção da legitimidade. Ou seja, os adeptos de um certo positivismo político não se atentam para que a corrupção se torna mais aparente quando ocorrem crises de legitimação.<sup>6</sup>

O que Filgueiras está dizendo é que nos momentos em que o debate em torno da legitimidade de discurso político ganha destaque a corrupção sempre virá um tema central para a sociedade que vivencia tal debate. Basta olhar para o Brasil na segunda década do século XXI que tudo isso fica muito claro. O debate em torno da legitimidade do discurso político sempre foi pautado pela ideia de corrupção. Os adversários políticos disputavam sobre esse tema, e isso influenciou toda a sociedade deixando-a mais polarizada do que toda sociedade já é naturalmente através de seus humores, acirrando os conflitos e transformando a história. São nesses momentos de crise de legitimação que normalmente passam a circular as ideias de que algum líder salvador é capaz de extinguir a corrupção. E como sabemos, essa é uma ideia perigosa, quando as discordâncias e as oposições entre as pessoas chegam a um

---

<sup>6</sup> FILGUEIRAS, Fernando. Corrupção, democracia e legitimidade. Editora UFMG.2008.Belo Horizonte .Página 15

grau elevado de intensidade que as instituições não são mais capazes de mediar os conflitos estamos diante de um corpo político corrompido que é a mera expressão de uma disputa de desejos completamente desregulada e afastada da vida cívica e dos ideais republicanos e democráticos.

A força que esse pensamento cientificista ganhou no século XIX está relacionada à crescente presença do discurso econômico dentro do prisma político, como se a organização das instituições baseada numa racionalidade econômica fosse capaz de qualquer garantia frente os desequilíbrios gerados pela corrupção. Dentro desse discurso econômico a política é tida como o âmbito do irracional no qual a corrupção impera como prática.<sup>7</sup>

O que Filgueiras constata é que nas democracias contemporâneas a economia coloniza o discurso político promovendo uma despolitização do político e uma naturalização do conceito de corrupção aos moldes do liberalismo de mercado. Isso gera uma histeria ética que nunca se verá livre das fraudes. A discrepância entre os modelos quantitativos e qualitativos do mundo contemporâneo que buscam compreender sociedades complexas apontam para o lugar da discussão para onde pretendo trazer o discurso maquiaveliano; com uma ideia de corrupção afastada de paradigmas morais, e que se pauta numa ideia de política mais realista e menos ideal. Só esse olhar pode nos trazer algum conhecimento sobre a corrupção e sobre como agir em relação a ela. Atentos para as considerações de Filgueiras se confirma a necessidade de inserir no discurso contemporâneo uma via de pensamento capaz de reinterpretar o fenômeno da corrupção e do próprio político. É nesse sentido que pretendemos nos habilitar das ideias de Maquiavel.

---

<sup>7</sup>FILGUEIRAS, Fernando. Corrupção, democracia e legitimidade. Editora UFMG.2008.Belo Horizonte .Página 15

# CAPÍTULO 1: A CORRUPÇÃO – DA FORTUNA AO HOMEM

## 1.1 Políbio e a decadência romana

A noção de que até mesmo as instituições do corpo político mais bem ordenado estão sujeitas a um processo natural de decadência e corrupção foi forjada na matriz romana do republicanismo<sup>8</sup>, foi retomada no Renascimento italiano e nos coloca diante de problemas relevantes para a filosofia política até mesmo no debate contemporâneo. Colocar a corrupção como um problema que sempre será enfrentado é alça-lo ao posto de uma reflexão fundamental a ser feita por aqueles que se propõem a pensar a política, por isso partimos desse importante passo da filosofia antiga.

Como sabemos, a história de Roma constitui um maciço teórico de importância crucial para todo o pensamento político ocidental. Estudar a fundação de suas instituições, as transformações pelas quais Roma passou, e seu movimento de crescimento e decadência nos possibilita entrar em contato com uma gama de conceitos e práticas que podem nos orientar na reflexão filosófica que toma a política ocidental como objeto.

O Renascimento italiano foi um período histórico no qual a valorização do passado romano não só como importante fonte teórica, mas também como exemplo institucional e inspiração teve seu ápice. Por isso, se pretendemos compreender como Maquiavel elabora o problema da corrupção, é necessário, como o próprio filósofo florentino fez, voltar à origem da formulação da ideia de que a corrupção é um processo inexorável às instituições políticas e investigar porque isso acontece.

Como salienta Thierry Mènissier em seu livro *“Vocabulário de Maquiavel”*<sup>9</sup>, o pensamento maquiaveliano é influenciado pela reflexão ciceroniana em torno da função da história de orientar o presente:

A referência à Cícero permite perceber as múltiplas finalidades atribuídas à história pelos autores antigos, que consistem em conservar o passado a fim de que ele escape ao esquecimento graças à memória, em transmiti-lo sobre forma de discurso verdadeiro e

---

<sup>8</sup> Ver BIGNOTTO, Newton. (org.) *Matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

<sup>9</sup> MÉNISSIER, Thierry. *Vocabulário de Maquiavel*. Trad: Claudia Berliner. Martins Fontes. 2012. São Paulo.

construir uma ética que forneça à experiência humana pontos de referência seguros.<sup>10</sup> (MÉNISSIER: 2012:30)

Entendemos que é crucial mencionar a relação dinâmica que Maquiavel estabelece entre as demandas políticas do contexto italiano do século XVI e sua concepção do papel da história para que nosso caminho argumentativo fique mais claro e se justifique uma atenção mais detida ao pensamento polibiano nesse primeiro momento do nosso percurso argumentativo.

Para dar cabo às nossas intenções voltaremos nossa atenção para a reflexão de Políbio em torno da decadência da república romana visando estabelecer as causas dessa degeneração e como o conceito de corrupção opera em sua reflexão. Em seguida, a partir da interseção temática evidente entre as ideias mobilizadas por Políbio e o conteúdo dos “*Discorsi*”<sup>11</sup> de Maquiavel, apontaremos para a resposta oferecida por Maquiavel como uma nova possibilidade de abordagem ao problema da corrupção que pode oferecer vários avanços teóricos em relação ao entendimento da própria política.

Apesar de ser formulada a partir das mesmas raízes de Políbio, pretendemos mostrar que a proposta maquiaveliana abre um novo território de investigação para a teoria política. É o momento onde a pergunta sobre a natureza humana e sua relação com a política passam a estabelecer uma relação mais direta. O que tentamos insistir é que não podemos abandonar a pergunta sobre a natureza da ação humana para compreender fenômenos políticos como a corrupção, nos apoiando apenas na dimensão histórica que cerca o problema, ou pior ainda, apenas na dimensão moral, que como veremos não pode resultar em muitos frutos uma análise que se fundamenta em parâmetros éticos.

Um importante artigo para darmos os primeiros passos em direção à problematização da corrupção de Roma através do olhar de Políbio, é intitulado “A

---

<sup>10</sup> MÉNISSIER, Thierry. Vocabulário de Maquiavel. Trad: Claudia Berliner. Martins Fontes. 2012. São Paulo. Página 30

<sup>11</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio. São Paulo: Martins Fontes, 2007

*matriz romana*<sup>12</sup>, contido na obra “*Matrizes do republicanismo*”<sup>13</sup>. Nesse texto, Sérgio Cardoso propõe um recorte metodológico que pretende balizar somente o ideário político construído na república romana a partir do século II a. C (último século de vida da república) que foi apropriado posteriormente pela cultura política ocidental.

Com esse enfoque Cardoso restringe a reflexão sobre as instituições, o pensamento e as representações romanas a dois autores fundamentais: Cícero e Políbio, os principais nomes da antiguidade greco-romana que ecoaram no pensamento político posterior. Esse recorte metodológico é precioso para o caminho que estamos percorrendo já que delimita como objeto apenas o pensamento gerado no ocaso de um corpo político já solidificado, ou seja, toma como objeto a reflexão em torno de uma estrutura institucional consolidada e poderosa em que um inesperado colapso se aproximava.

Como pondera Cardoso:

Sobre a vida civil e as instituições, as fontes são abundantes. Além dos relatos das crônicas e dos historiadores, as informações, ainda que fragmentárias ou indiretas, disseminam-se pela literatura e vêm somar-se aos fastos dos magistrados, anais e poemas religiosos, manuais técnicos e peças da oratória política, judiciária, elogios fúnebres e outros. Já a reflexão política se inscreve num campo bem mais restrito. Seus pilares nos são dados por dois autores apenas, Políbio e Cícero, aos quais, um tanto indiretamente, podem ser associados, já pelo fim do século I, os historiadores Dionísio de Halicarnasso – com seus paralelos entre as instituições romanas e as cidades gregas da época clássica – e Tito Lívio, sobretudo com os momentos de reflexão de sua história, traduzidos quase sempre nos discursos das personagens.<sup>14</sup> (CARDOSO,2013:14)

São esses os autores considerados fundamentais para o estudo das ideias desse período, eles representam o auge da reflexão sobre as instituições da república romana através de obras com um caráter diretamente político<sup>15</sup>. É nessa matriz de pensamento que encontramos a formulação clássica da ideia de corrupção como uma

---

<sup>12</sup> CARDOSO, Sérgio. *A matriz romana* in: BIGNOTTO, Newton.(org.) *Matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

<sup>13</sup> BIGNOTTO, Newton. (org.) *Matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

<sup>14</sup> CARDOSO, Sérgio. *A matriz romana* in: BIGNOTTO, Newton. (org.) *Matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013 página 14.

<sup>15</sup> De Officis, De Oratore, de Republica, História, De Legibus.

categoria inerente à vida do modo como serviu para a cultura italiana posteriormente e principalmente do modo como serviu a Maquiavel.

Cardoso chama atenção para o fato de que enquanto Cícero reflete sobre a república em seu ocaso, Políbio testemunha e pensa a república em seu ápice<sup>16</sup>, por isso, para nos atermos ao momento mais original da ideia que estamos perseguindo, voltaremos nossa atenção para a formulação da ideia de corrupção em Políbio, que testemunha o processo de decadência em primeira mão e reflete sobre ele legando uma importante teoria para a filosofia.

O que estamos argumentando é que já que estamos estudando a corrupção faz mais sentido focar no momento em que a república está no ápice para entender o que ocorreu. Cardoso faz uma escolha muito precisa com essa ideia já que no momento em que Cícero reflete sobre Roma ela já está decadente, ou seja, não se explicitaria os motivos da corrupção, eles só poderiam ser mapeados se nosso foco estivesse voltado o melhor momento da república, pois é nesse contexto que algo mudou os rumos do desenvolvimento romano. Da mesma forma que Políbio escolheu refletir sobre o corpo político mais poderoso para elucidar de forma mais precisa o conceito de corrupção, Cardoso escolhe pautar sua reflexão em Políbio já que é esse o melhor momento da república romana, e pelos mesmo motivos nos propiciaria uma entendimento mais completo da corrupção.

Nos três primeiros livros de sua obra principal<sup>17</sup> Políbio toma como objeto de análise o movimento de ascensão da república romana, capaz de sair do total infortúnio para a condição de poderoso império em apenas 53 anos. Falando de forma mais precisa, são os eventos que vão do desencadeamento da Segunda Guerra Púnica até a eminente ruína de Roma, e sua volta por cima com a vitória sobre os macedônios de Perseu em 168 a.C, é o momento em que Roma se torna um império gigantesco e consolidado:

Nossa história começa na 140ª olimpíada, (...) Até essa época os eventos mundiais tinham sido por assim dizer dispersos, pois não eram interligados por uma unidade de iniciativa, de resultados ou de localização; desde essa época, porém, a História passou a ser um todo orgânico, e os eventos na Itália e na Líbia interligaram-se com os da

---

<sup>16</sup> CARDOSO, Sérgio. A matriz romana in: BIGNOTTO, Newton.(org.) Matrizes do Republicanismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. Página 15

<sup>17</sup> POLÍBIOS, *História* Tradução. M.G.Cury, Brasília: UNB, 1985



Hélade e da Ásia, todos convergindo para um único fim. Por isso a nossa História pragmática inicia-se nessa época.<sup>18</sup> (POLÍBIO,1985:42)

Nesse período o valor da ordenação institucional romana está justamente em conseguir resistir às variações da fortuna diante das grandes façanhas que alcançou. O aprendizado político que Roma nos oferece do ponto de vista polibiano é uma maturidade institucional capaz de sustentar o movimento de crescimento da república e capaz de evitar a degeneração das instituições.

As instituições desse regime são colocadas como exemplos capazes de absorver as variações inevitáveis dos tempos, isso porque foram preservadas mesmo com mudanças históricas drásticas. Instituições que são capazes de se acomodar aos reveses das transformações imprevisíveis são instituições fortes que garantem a capacidade do regime romano durar no tempo. O interesse de Políbio é explicar sem o recurso ao acaso, como esse movimento de ascensão pode ser possível já que Roma submeteu ao seu poder todo o mundo conhecido, é um movimento de superação das adversidades único na história e de proporções de crescimento enormes.

O próprio historiador comenta:

Os romanos, todavia, sujeitaram ao seu domínio não algumas partes do mundo, mas aproximadamente todo ele, e possuem um império não apenas incomensuravelmente maior que qualquer outro anterior, mas sem possibilidade de comparação também no futuro. Ao longo desta obra serão perceptíveis com maior clareza as várias etapas da consolidação desse poderio; perceber-se-ão também as muitas e importantes vantagens proporcionadas aos estudiosos pelo tratamento pragmático da história.<sup>19</sup> (POLÍBIO,1985:42)

Ainda abordando a peculiaridade da ascensão romana e apresentando alguns de seus objetivos ao longo da obra Políbio reforça porque a experiência que ele toma como objeto é a melhor referência para o desenvolvimento de seu pensamento político:

Uma obra concebida dessa maneira, como eu já disse, prestaria os maiores serviços aos leitores desejosos de instruir-se, permitindo-lhes perceber como, e graças a que instituições políticas, os romanos

---

<sup>18</sup> POLÍBIOS, História Tradução. M.G.Cury, Brasília: UNB, 1985 Página 42

<sup>19</sup>POLÍBIOS, *História* Tradução. M.G.Cury, Brasília: UNB, 1985 Página 42

conseguiram dominar praticamente o mundo inteiro, fato jamais visto no passado.<sup>20</sup> (POLÍBIO,1985:560)

o melhor e mais valioso resultado almejado por mim seria proporcionar aos leitores de minha obra o conhecimento da maneira pela qual, e graças a que espécie de constituição, em menos de cinquenta e três anos praticamente todo o mundo foi vencido e caiu sob o domínio único dos romanos, fato jamais ocorrido antes.<sup>21</sup> (POLÍBIO,1985:325)

Um comentário importante de Cardoso sobre as intenções de Políbio passa por demarcar a influência grega na forma como o historiador formula seus problemas, nesse sentido o que responde pela grandeza de Roma é sua forma de governo. Numa matriz grega é a forma de governo que determina as capacidades do regime. Seria através da análise de seu formato institucional que poderíamos compreender como esse corpo político foi capaz de tal movimento de crescimento.

A argumentação de Políbio se fundamentará na organização institucional romana. No território de pensamento grego as cidades são tomadas como um conjunto de elementos, ou partes associadas, e ordenadas por um princípio de unificação que responde pela identidade, duração, e em última instância pelo que são as cidades. No caso de Roma esse princípio unificador seria a razão de sua grandeza, que é o que Políbio busca apontar, no caso, o princípio unificador é sua forma de governo.

Nessa matriz grega de pensamento o que constitui e identifica uma cidade no final das contas é seu regime político específico, pois é ele que pode ser identificado como o princípio unificador que determina e proporciona aos homens a ação coletiva e a vida em comum.

O que Cardoso está dizendo sobre o modo como Políbio formula seus problemas é que é da forma de governo das cidades que advém suas características positivas e negativas, assim como seu perfil moral, sua maneira de viver e todas as instâncias que podem ser condensadas na ideia de “Constituição”(politeia).<sup>22</sup> O

---

<sup>20</sup> POLÍBIOS, *História* Tradução. M.G.Cury, Brasília: UNB, 1985 Página 560.

<sup>21</sup> POLÍBIOS, *História* Tradução. M.G.Cury, Brasília: UNB, 1985 Página 325

<sup>22</sup> CARDOSO, Sérgio. *A matriz romana* in: BIGNOTTO, Newton. (org.) *Matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013 página 20

significado grego que a noção de constituição carrega no texto de Políbio nos levará à abordagem da teoria dos regimes para entender como Políbio entende a corrupção:

Ora, a causa predominante do sucesso e de seu contrário em todo os assuntos relativos ao governo de um povo é a forma de sua constituição, pois dela, como de uma fonte, nascem não somente todos os designios e planos, mas a sua própria realização.<sup>23</sup> (POLÍBIO,1985:326)

É com esse olhar voltado para a estrutura institucional de Roma que Políbio pretende desenvolver sua investigação, ou seja, buscando os traços específicos da constituição de tal corpo político que permitiram uma ascensão tão rápida, mesmo diante de grandes adversidades da fortuna que enfrentou.

\*\*\*

Apesar do ponto de partida trabalhado nos três primeiros livros de sua obra, quando Políbio se concentra em destacar as características da Constituição romana que permitiram sua ascensão, o historiador grego também nos oferece o testemunho, nos últimos livros, dos eventos posteriores a 168 A.C, como a destruição de Cartago e Corinto, onde podemos ver o começo do declínio a partir do ápice.

Esses dois momentos distintos abordados por Políbio formam no plano geral da economia da obra um movimento que coloca o conceito de corrupção como um operador conceitual central que leva do ápice ao declínio. Afinal, a principal pergunta filosófica que se coloca a partir da “*História*” polibiana é a de que se aquelas instituições republicanas são colocadas como um modelo de perfeição a ser estudado, por sua capacidade de suplantar a ação da fortuna e proporcionar um crescimento sem precedentes, como se degradaram e se corromperam? Como o regime político que dominou todo o mundo conhecido colapsou? Quais são as causas da degeneração de instituições que demonstraram antes justamente a capacidade contrária, ou seja, a capacidade de enfrentar crises, se reorganizar e expandir através de sua própria constituição? São essas as perguntas que surgem do esforço de Políbio, e que interessam ao nosso percurso. Investigar as razões dadas pelo autor

---

<sup>23</sup> POLÍBIOS, *História* Tradução. M.G.Cury, Brasília: UNB, 1985 Página 326

grego será nosso próximo passo, são esses incômodos e inquietações levantados pela reflexão de Políbio que irão culminar num reposicionamento da ideia de corrupção conceitualmente.

É importante destacar como a formulação do problema a partir dos parâmetros apontados nos aproxima das questões que giram em torno da relação entre a teoria clássica dos regimes e o conceito de corrupção, uma vez que na perspectiva polibiana é o tipo de regime e suas regras que vão determinar as possibilidades de ascensão ou derrocada. Sendo assim, Políbio tece uma crítica em seu livro IV à forma clássica da teoria dos regimes apresentada por muitos autores, que consistia em dividir os regimes em três gêneros: governo régio, aristocracia e democracia.

Políbio afirma que os pensadores que dividiram os tipos de regime dessa forma estão equivocados, tanto por tomarem essas três formas como as únicas, como quanto as melhores. Ao tomá-las como únicas ignoram algumas outras formas semelhantes àquelas três como, por exemplo, a tirania, a oligarquia e a oclocracia, e ao tomá-las como as melhores, esquecem o regime misto, formado pela combinação dos três melhores modelos, que é tido como melhor não só do ponto de vista teórico, mas também pela efetividade das, como comprova a capacidade da Constituição romana de durar no tempo, assim como a experiência espartana que vamos comentar na sequência do capítulo.

E assim Políbio critica a tradição de pensamento político sobre a teoria dos regimes:

A maioria dos autores cujo objetivo é instruir-nos sistematicamente a respeito das constituições distingue três espécies das mesmas, dando a uma delas o nome de monárquica, a outra o nome de aristocrática e à terceira o de democrática. Mas, creio que poderíamos pedir-lhes com toda a razão para esclarecerem se no-las apresentam como sendo as únicas ou então as melhores entre as constituições, pois na minha opinião em ambas as hipóteses eles estão errados.<sup>24</sup> (POLÍBIO, 1985:326)

O que Políbio quer enfatizar é que existem formas desviadas, modos imperfeitos de todos os tipos de regime que deveriam fazer parte de uma teoria dos regimes completa. Na maioria das vezes as teorias dos regimes só tratam de formas

---

<sup>24</sup> POLÍBIOS, *História* Tradução. M.G.Cury, Brasília: UNB, 1985 Página 326

ideais que não abarcam suas imperfeições e transformações. Dentro da perspectiva teórica de Políbio a corrupção é colocada como uma possibilidade constante para qualquer organização institucional, e além disso, já de antemão, Políbio adianta sua posição em relação ao regime misto ser a melhor opção para se lidar com a corrupção. Mais à frente vamos explicar porque o regime misto poderia ter essa capacidade, por ora, continuemos com o argumento de Políbio que partiu da inquietação de como Roma pôde se corromper mesmo contando com os melhores atributos para resistir às variações históricas.

Assim comenta Cardoso a respeito da releitura polibiana da teoria dos regimes que inclui as formas imperfeitas ignoradas pelos pensadores que são alvo de sua crítica:

Vemos, assim, já de início, que se introduz aqui uma nomenclatura não usual, se considerada a tradição clássica. Nesta, de um lado, o termo monárquico (especialmente depois de Aristóteles passa a prevalecer sobre o termo régio (*basilikws*), que nomeia um tipo de relação específica, entre a despótica e a propriamente política. De outro lado, aí, a palavra democracia designa quase sempre um regime desviante, equivalente ao que o historiador dá como *oxhlocracia*, governa da massa, da multidão tumultuária, também designada adiante, como *xheirocracia*, o governos dos piores. E mais ainda, aqui, a monarquia, dada como a correspondente violenta da forma régia, ganha na classificação uma posição inédita: precede a essa última, a forma reta, cuja degradação, na descrição dinâmica, reintroduz a espécie tradicional da “tirania” – o governo dos desejos desenfreados de um só, governo do rancor, da inveja e conspirações -, excluída na formulação inicial da grande heurística.<sup>25</sup> (CARDOSO:2013:22)

É na sequência dessa crítica de Políbio às interpretações clássicas da teoria dos regimes, que não dão o devido lugar ao conceito de corrupção, e não analisam todos os tipos de regimes, que o historiador faz a primeira referência ao regime misto, ordenado por Licurgo em Esparta, que serviu de inspiração para os romanos e possibilitou uma constituição capaz de realizar feitos tão notáveis:

De fato, devemos obviamente ver como a melhor constituição uma combinação das três espécies mencionadas, pois tivemos prova disso não somente em teoria, mas também nos fatos, já que Licurgos

---

<sup>25</sup> CARDOSO, Sérgio. *A matriz romana* in: BIGNOTTO, Newton.(org.) *Matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013 página 22

elaborou pela primeira vez uma constituição seguindo esse princípio: a dos espartanos.<sup>26</sup> (POLÍBIO,1985:326)

A partir desse quadro teórico podemos constatar que a investigação de Políbio passa por buscar entender como um regime, como Roma, que leva em conta e se apropria das melhores características dos outros tipos de regime pode se corromper?

Afinal de contas, se o regime misto se caracteriza justamente por sua versatilidade em lidar com diferentes facetas do poder, que podem se desequilibrar e com isso afetar a conservação do corpo político, como entender a corrupção que se desenvolve dentro de um regime como esse é o grande desafio polibiano: estudar a corrupção através do regime mais resistente a ela. Até aqui estamos cercado com base textual cada vez de forma mais precisa como se desenha a inquietação de Políbio em relação à corrupção, de modo que podemos constatar que o que interessa ao historiador grego é descrever o processo que pode levar até o regime misto, tido como ideal, a se corromper.

---

<sup>26</sup> POLÍBIOS, *História* Tradução. M.G.Cury, Brasília: UNB, 1985 Página 326

## 1.2 A teoria da Anacyclosis

Para enfrentar a questão que envolve a teoria dos regimes e a pergunta sobre como o melhor regime se corrompeu Políbio recorre à teoria da “*anacyclosis*”. A ideia que está em jogo é a de que os regimes políticos seguem um ciclo eterno de transformações naturais, as quais se desenvolvem em um processo de degeneração; os regimes vão se transformando uns nos outros, seguindo certos parâmetros e uma lógica que se relaciona com as estruturas institucionais e seus princípios unificadores. A “*anacyclosis*” é um ciclo de transformação dos regimes, uma teoria sobre a lógica das transformações históricas.

Políbio alega que a “*anacyclosis*” foi exposta de maneira mais elaborada através de Platão, que buscou explicar o movimento natural de transformação das constituições políticas umas nas outras em sua obra “A República”<sup>27</sup>. No entanto, a doutrina polibiana nada se assemelha à de Platão, que acaba por fornecer apenas uma interseção temática e inspiração conceitual para o historiador grego. Do ponto de vista platônico a apresentação da sucessão dos regimes responde à intenção de produzir um quadro especulativo para avaliação político-moral das formas de governo conhecidas.

Como afirma Newton Bignotto, em sua obra “*Maquiavel Republicano*”<sup>28</sup>, o interesse de Políbio é mostrar como os ciclos da história se encadeiam e como depois da destruição das formas políticas os homens podem voltar a percorrer os mesmos caminhos (BIGNOTTO 1991: 175)<sup>29</sup>. Apoiados no comentário de Bignotto, podemos dizer que o interesse central de Políbio não passa por qualquer tipo de avaliação moral da diferença entre os regimes, nem apontar qual dos regimes é melhor contra a corrupção, porque afinal de contas todos eles estão sujeitos à inexorabilidade dos processos degenerativos que ameaçam a vida política, e antes disso Políbio já afirma que o melhor regime é o misto, como Roma e Esparta construíram. O interesse de Políbio é mostrar como o processo de decadência pode revelar muitas coisas sobre as transformações institucionais. É importante lembrar que mesmo que o regime misto

---

<sup>27</sup> PLATÃO. *A república*. São Paulo. Martins Fontes. 2006

<sup>28</sup> BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel republicano*. Belo Horizonte: Editora UFMG

<sup>29</sup> BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel republicano*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Página 175

seja apontado como o melhor ele não está imune ao ciclo descrito pela *anacyclosis*. O que Políbio está visando é estabelecer as condições que levam um regime a se transformar em sua forma degenerada, por exemplo, como uma monarquia se transforma em uma tirania?

Nosso interesse agora é resgatar a estrutura dos passos teóricos de Políbio na construção da teoria da “*anacyclosis*” mostrando que o enredo construído pelo autor para explicar o ciclo de degeneração, e também a natureza do regime pelo qual se inicia o ciclo abre um caminho novo em relação à tradição antiga de pensamento.

A teoria tem seu ponto de partida na dispersão dos homens, na ausência de instituições, isso permite colocar em foco o início lógico-hipotético das associações entre as pessoas, ou seja, destacar a natureza dos vínculos políticos mais primários que os homens estabelecem entre si. Um paralelo importante desse ponto de partida na dispersão é a figuração de um dilúvio contida no livro III das Leis de Platão, onde é a destruição da civilização juntamente com as artes e as leis que coloca os homens naturalmente na condição de se organizarem novamente em torno de alguma forma de poder. Uma sucessão de catástrofes que culmina com a raça humana prestes a se extinguir simultaneamente ao desaparecimento de todas as instituições e artes fazem com que os homens retomem o caminho de ordenação; e tudo acontece em função das exigências impostas pela manutenção e reprodução da própria vida. Mais uma vez a herança grega de Políbio salta aos olhos quando percebemos que a sociabilidade e a necessidade de se estabelecer vínculos com os outros homens é uma condição da própria natureza humana, no caso grego, do *Zoon Politikon*. Políbio recorre à dispersão dos homens fazendo a aposta que a própria natureza humana os reconduziria à vida política que os aguarda pós-catástrofe.

A teoria de Políbio é bem diversa da de Platão, essas primeiras associações escapam ao registro da economia de conservação elementar da vida. Como comenta Cardoso a gênese construída por Políbio está dentro de um registro que podemos chamar de pré-político, não é um dilúvio que colocou os homens nessa situação, mas a situação produzida pela ação humana na corrupção do último regime do ciclo:

Seu ponto de partida é ainda a figuração de algo como um dilúvio, uma sucessão de catástrofes, que leva a raça humana à beira da extinção, com o desaparecimento de todas as instituições e artes, Com essa alusão à ruína da cultura, o historiador nos faz imediatamente compreender que observamos um movimento circular e que, como



logo se constata, a catástrofe não é unicamente natural: ela resulta da dissolução total das ordenações políticas produzida pela última e mais deletéria das figuras do ciclo dos regimes, a aklocracia – o povo corrompido, guiado por demagogos, impõe o poder da gentalha (xheirocracia, o governo dos piores), que “massacra, exila e saqueia, até regredir para a animalidade”, o reino da violência, que determina o ponto zero a partir do qual se assistirá a reemergência da sociabilidade.<sup>30</sup> (CARDOSO.2013:25)

Na sequência da figuração da catástrofe, que na teoria Políbio foi gerada pela forma mais abjeta de organização política e não como o dilúvio platônico, o historiador aborda a forma mais primitiva de associação, aquela semelhante à dos animais, em que os indivíduos se aproximam daqueles de sua espécie devido sua fraqueza natural, e assim formam bandos de manutenção e apoio mediante o comando daqueles indivíduos de maior força física.

Como coloca Políbio essa é a primeira forma de organização política que dá origem ao ciclo de transformações:

É provável, portanto, que no começo os homens vivessem assim, reunidos em bandos, como animais, seguindo os mais fortes e bravos - sendo aí o governo da força o único limite de poder (arxhes), o nome que se deve usar aqui é monarquia.<sup>31</sup> (POLÍBIOS. 1985: Livro VI, cap 5 parágrafo 8-9)

É aqui que Políbio dá o primeiro passo fundamental em sua anacyclosis, quando introduz a monarquia como o que surge naturalmente em um momento de fragilidade da vida coletiva. A partir desse momento Políbio descreve que a monarquia funciona como o primeiro princípio de agregação, já que pode ser entendida como elo entre a dispersão, a desordem, e a vida política, pois ela soma domínio pela força e medo com poder de aglutinação e apaziguamento, produzindo em meio à brutalidade o sentimento gregário de solidariedade e outras noções morais importantes para a manutenção desse tipo de regime.

É importante destacar todos esses aspectos que estão em jogo e estruturam a capacidade de agregação da monarquia como: a força, o medo, a capacidade de apaziguamento e proteção. São esses os principais elementos que configuram e

---

<sup>30</sup> CARDOSO, Sérgio. *A matriz romana* in: BIGNOTTO, Newton.(org.) *Matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. Página 25

<sup>31</sup> POLÍBIOS, *História* Tradução. M.G.Cury, Brasília: UNB, 1985 Livro VI , cap 5 parágrafo 8-9

explicam o funcionamento da monarquia que nos permitiriam entender suas principais diferenças em relação aos outros regimes e principalmente por onde passa seu processo de degradação. Esses elementos apontam para a disputa dos desejos, e para o que estrutura as relações e os vínculos dentro de uma monarquia. São esses os elementos que se modificam quando passamos da monarquia para outro regime, que acabam por alterar todos os laços sociais e a própria dinâmica da vida em comum.

A monarquia aparece como uma associação natural a partir de um momento pré-político, que não pode ser compreendido como uma tirania, já que o monarca não é simplesmente um fraco, temeroso de conspirações que movido por interesses próprios hostiliza os demais, isso é o que pode acontecer como desvio, essa é a possibilidade de corrupção da aglutinação criada, possibilitada pelos mesmos elementos que estruturam o regime. A passagem da monarquia para a tirania envolve novas relações com a força, com o medo, com o apaziguamento e com esses elementos estruturais que se relacionam com o comportamento humano é dão a tônica do convívio e da associação.

É importante destacar que a tirania sempre permanece como uma possibilidade de transformação desse regime, ou seja, a partir dos traços fundamentais que estruturam a monarquia, como a força, o medo e o apaziguamento tudo pode vir a se organizar numa forma tirânica com o passar do tempo. É a partir dessa lógica que se estruturam as diferenças entre a *anacyclosis* e a teoria clássica dos regimes, pois Políbio começa a apontar a partir dos traços fundamentais de cada regime sua possibilidade de degeneração em outra forma de regime. A ideia forte que permanece com o nosso foco é a de que todo regime pode se corromper, e além disso, que ele se corrompe de uma forma específica, ou seja, a corrupção do regime sempre passa por uma nova relação com suas principais estruturas.

Para Políbio é nesse primeiro regime do ciclo, a monarquia, que são induzidos os primeiros sentimentos morais que reconduzem o homem “pós-catástrofe” à vida política. O governo monárquico tem em sua natureza as condições que possibilitam o surgimento de uma associação política centrada no conceito de força, e que em seu desenvolvimento proporcionará uma série de transformações na vida em comum, que culminarão na degeneração da forma monárquica em uma nova forma política. Como se na própria associação feita já existissem as sementes para a sua destruição, devido a uma condição natural descrita pela *anacyclosis*, que é a de os regimes políticos

estarem sempre submetidos a um movimento de transformações que altera sua estrutura e seu funcionamento. A *anacyclosis* nos mostra as condições que a monarquia cria para seu funcionamento são as mesmas que podem proporcionar sua corrupção, e todos os regimes seguem essa lógica, basta o estabelecimento de uma nova relação com a ideia de força, que não esteja voltada para a proteção dos mais fracos, que a monarquia perde a capacidade que a possibilitou organizar a vida coletiva e se corrompe. Dentro da perspectiva polibiana podemos dizer que a corda estendida entre a monarquia e a tirania é uma condição a que todos os regimes estão inseridos, todos podem se degenerar em formas imperfeitas.

Na monarquia, associando à ideia de dever para com o próximo às ideias de solidariedade e gratidão, Políbio descreve um efeito que surge dessa comunidade que é a aversão em relação à ingratidão para com os atos de solidariedade. Elemento que pode ser crucial no processo de transformação desse regime e que pode leva-lo à corrupção e a uma nova configuração. Essa aversão à ingratidão é elemento que surge consequentemente das condições proporcionados pelo vínculo social estabelecido através da monarquia. Da mesma forma que ela surge naturalmente em um momento de valorização da força bruta, quando os homens se comportando como animais buscam segurança em torno de um mais forte em momentos inóspitos e violentos. Quando encontram o apaziguamento os homens aderem a valores, e esses valores passam a dar a tônica para ação coletiva, ou seja, os atos de ingratidão passam a gerar efeitos práticos no funcionamento da ordem monárquica.

Desse modo, no ponto de vista polibiano é do sentimento de gratidão que surge a noção de dever, e do dever, a justiça, da justiça as noções de mal e bem que conformam os fundamentos da moralidade desse tipo de regime, é daí que deriva uma ordem e seus valores. É importante dizer que quando o critério de aglutinação é identificado com elementos como a gratidão, a fidelidade, o medo, e outros sentimentos que são anteriores à esfera política se abre espaço para falar sobre como fatores antropológicos podem alterar a vida política, e também como a natureza da relação que os homens estabelecem dentro de um regime político se conforma a partir de condições antropológicas, condições que envolvem os desejos e as emoções humanas. O que tento insistir é que as condições mais importantes que nos ajudam a entender o surgimento da monarquia se relacionam com o modo como os seres humanos se relacionam com seus desejos, se relacionam com uma forma específica

de valores que são vivenciados e estimulados através na forma do regime. Um regime fundado na força tem sua origem na condição dos homens como feras inseguras, de modo que o que a monarquia pode proporcionar a esses homens é uma resposta para sua natureza, uma possibilidade de organização social que está voltada para as demandas mais elementares do homem.

Como Cardoso expõe, surge então através da monarquia, o princípio das instituições políticas, já que com suas noções morais os homens passam a dedicar reconhecimento, apreço e admiração aos homens dedicados à justiça e ao interesse comum. Os homens então passam a obedecer a seus comandantes não mais por medo ou exclusivamente pelas diferenças de força, mas obrigados pela dívida de gratidão e pelo dever de justiça, fazendo o regime monárquico transformar-se paulatinamente em régio<sup>32</sup>. Sobre essa outra possibilidade de transformação da monarquia Políbio comenta o seguinte: “Assim, por graus imperceptíveis o monarca se torna rei, já que a ferocidade e a força cederam lugar à hegemonia da razão.”<sup>33</sup>.

O que muda na passagem de uma forma à outra é a natureza do vínculo que determina o princípio de associação, ou seja, os motivos que estruturam e fundamentam a organização política ao se alterarem acabam por modificar as condições reais e o funcionamento dos vínculos sociais e das instituições. O que muda da tirania, para a monarquia e para o governo régio são as diferenças entre os vínculos associativos, entre os sentimentos gregários, entre como os valores influenciam a vida em comum.

A corrupção é definida então como essa dinâmica de transformação em que um regime pode mudar para sua forma corrompida ou para sua forma mais organizada em função das relações que se estabelecem com o princípio unificador do regime. Ou seja, no caso da monarquia, ao gerar o apaziguamento e o estímulo de noções morais, com o tempo o homem transforma sua relação com a ideia de força e medo que fundamentam e definem a monarquia, fazendo com que ela funcione através de novas dinâmicas, novos objetos passam a ser valorizados. A força que foi o fator mais determinante para fazer com que as pessoas se organizassem na forma monárquica

---

<sup>32</sup> CARDOSO, Sérgio. *A matriz romana* in: BIGNOTTO, Newton.(org.) *Matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. Página 27

<sup>33</sup> POLÍBIOS, *História* Tradução. M.G.Cury, Brasília: UNB, 1985 Livro VI , cap 6 parágrafo 11-12

passa a exercer outro papel na vida pública depois que a monarquia estimulou certos valores e comportamentos; com o tempo, essa relação com a força se modifica e como ela era o eixo central em torno do qual orbitava toda a estruturação do regime podemos dizer que as características fundamentais do regime mudam. A capacidade da ideia de força como princípio unificador se altera e por isso é importante compreender esse processo de transformação que estamos dando o nome de corrupção.

É importante destacar que tanto a passagem da monarquia para sua forma mais perfeita que seria o governo régio, quanto sua passagem para a tirania são processos que estão dentro do conceito de corrupção polibiano, e isso é uma diferença drástica em relação a Maquiavel. Para Políbio não é a imperfeição do regime que está em jogo, não é uma especulação moral dos regimes, nem de qual é o melhor. O estudo da corrupção é o estudo da transformação dos regimes, daquilo que faz com que o regime passe a funcionar a partir de novos princípios. O estudo da corrupção nessa perspectiva grega é o estudo dos elementos que se transformaram dentro da estrutura de um corpo político que nos permitem dizer que as relações públicas de poder e convivência se dão de outra maneira, assim como os valores e desejos que estão em jogo são outros. O processo de corrupção sempre gera novas constituições políticas.

O modo como os governos são conduzidos ao longo da história fazem com que esses vínculos associativos se alterem e se transformem, mudando sempre a relação do homem com a vida política. E é importante destacar que o que modificou as relações monárquicas fazendo com que aquele regime se transformasse foi sua própria configuração inicial e toda a forma de vida que ela estimulou. A inexorabilidade da corrupção no pensamento de Políbio se relaciona com esse fato de que na própria estrutura do regime se encontram os espaços para que ele seja corrompido.

Um comentário importante a ser feito sobre a passagem da forma monárquica para a forma régia é de que esse processo envolve os elementos de legitimação de todos os regimes retos, que passa pela confiança do povo alçada à condição de forma da legitimidade política. A confiança do povo se torna um critério fundamental para a análise da legitimidade política dos regimes. Ao comentar sobre o consentimento

popular funcionar como o princípio da legitimidade de todos os regimes, Cardoso interpreta a posição do povo como *“fundamento e fiador de toda coisa pública”*<sup>34</sup>.

Dentro dessa perspectiva, o consentimento popular se torna a forma de reconhecimento dos méritos do governante. Mesmo na democracia, que é marcada inicialmente por uma fratura no princípio da confiança, esse princípio de legitimidade política mantém sua lógica. Como explica Cardoso, o momento em que o povo perde a confiança em seus líderes monárquicos ou aristocráticos e decide assumir o controle de seus assuntos comuns pode parecer um momento em que o papel da confiança se esvazia já que o a realização do interesse comum caberia ao seu próprio sujeito, o povo e suas vontades sem mediações. No entanto, conferir esse estatuto à ideia de povo é desconsiderar sua constituição política e também sua existência efetiva.<sup>35</sup>

O que Cardoso nos mostra é que o povo só se faz ator político mediante algum princípio de unificação, já que são muitos os indivíduos e os interesses. Sendo assim o lugar ocupado pelo povo continua sendo significado através de um processo que tem a confiança como principal operador, isso porque o povo só se faz povo mediante um mecanismo que o unifique, ao qual os homens assentem, deixando-o atuar no sentido de sua efetividade. A vontade do povo não é princípio de ação ou atividade política, o povo não delibera, não age e não exerce sua vontade. Ele apenas consente, aprova ou não, adere ou não, às iniciativas políticas dos magistrados. Nesse sentido o poder do povo é somente a forma do interesse comum, sendo sua expressão a expressão da liberdade. A aprovação do povo formaliza, verifica e legitima o que lhe parece bom, justo e do interesse comum.<sup>36</sup>

Da mesma forma que existe uma diferença entre a forma régia e a monárquica no que diz respeito ao princípio que estrutura essas formas de regime, a democracia também apresenta sua forma corrompida. Como argumenta Políbio, a democracia não pode ser entendida como o governo da vontade do povo, dado que o povo sem operador de unidade não existe: *“não é democracia aquele regime em que a multidão*

---

<sup>34</sup> CARDOSO, Sérgio. *A matriz romana* in: BIGNOTTO, Newton.(org.) *Matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. Página 30

<sup>35</sup> CARDOSO, Sérgio. *A matriz romana* in: BIGNOTTO, Newton.(org.) *Matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. Página 29

<sup>36</sup> CARDOSO, Sérgio. *A matriz romana* in: BIGNOTTO, Newton.(org.) *Matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. Página 30

*é senhora de si para fazer o que bem quer ou o que bem entender*<sup>37</sup>. A democracia não funciona através da imposição das vontades de uma massa desejanete, isso é a sua forma corrompida, a oclocracia, na qual o povo colapsa na brutalidade. Ou seja, dentro da mesma lógica do conceito de corrupção aplicada para o estudo da monarquia temos aqui a análise da democracia. Todas suas virtudes que coadunam com a quebra de confiança nas aristocracias, e propiciam uma relação democrática na vida pública são as mesmas condições que podem gerar a desordem característica de uma democracia corrompida.

Cardoso afirma que somos levados a entender que a democracia é ainda fundada num consentimento primitivo, como o governo em que o povo consente a si mesmo enquanto povo “já constituído”, aquele em que projeta e assume seu passado – costumes, tradições, valores e leis - como operador de sua unidade. A democracia supõe a constituição do povo já dada. Se é o derradeiro dos regimes do ciclo é porque supõe a sedimentação de costumes, representações e valores no tempo; supõe história.”<sup>38</sup>

Essa diferença entre a democracia e sua forma corrompida se baseia na concepção romana de democracia, que se apresenta como uma forma de “comando consuetudinário”, como coloca Políbio:

Somente a comunidade em que se observa a tradição e o costume de reverenciar os deuses, honrar os pais, respeitar os mais velhos e obedecer à lei e onde prevalecer a opinião dos muitos pode ter o nome de democracia.<sup>39</sup> (POLÍBIOS.1985: Livro VI, cap 4 parágrafo 5-6)

Existe, portanto, um princípio de legitimação da democracia que avalia a vontade do povo tendo como parâmetro sua história. É uma dívida de gratidão com os antepassados que orienta e alimenta a fidelidade do povo. Essa relação com o passado e com a gratidão exerce o mesmo papel que na monarquia, o medo e a força exercem. São esses os elementos que estruturam o regime, e que estão em jogo no seu processo de corrupção, assim como caracterizam as relações que surgem dentro dele. É por isso que a democracia é colocada como o mais frágil dos regimes dentro

---

<sup>37</sup> POLÍBIOS, *História* Tradução. M.G.Cury, Brasília: UNB, 1985 Livro VI , cap 4 parágrafo 4-5

<sup>38</sup> CARDOSO, Sérgio. *A matriz romana* in: BIGNOTTO, Newton.(org.) *Matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. Página 29

<sup>39</sup> POLÍBIOS, *História* Tradução. M.G.Cury, Brasília: UNB, 1985 Livro VI , cap 4 parágrafo 5-6

do ciclo de Políbio, porque por um lado ele só pode existir se fazendo conservador, e também o menor foco de corrupção atinge de forma crucial o regime, já que ele corrompe não só a função de comando como o fundamento da legitimação. “O *depois da democracia é a ruína da vida política*.”<sup>40</sup>

Nesse sentido a perspectiva polibiana aponta para o dado que o consentimento popular a tudo preside na esfera política, é o elemento chave da *anacyclosis*, como podemos verificar nos seguintes trechos:

O povo concede o poder não apenas a eles [os primeiros reis], mas também a seus descendentes, acreditando que os que deles nasceram e foram por eles criados teriam decisões semelhantes às suas;<sup>41</sup> e naquela aristocracia: “o povo, como se estivesse obrigado a pagar de imediato sua dívida de gratidão para com os destituidores da monarquia, quis fazê-los seus chefes e confiou a eles seu destino”<sup>42</sup>. “Por isso, não é surpreendente que atribua a todas as formas retas de governo traços que a tradição reservou apenas às democracias: igualdade política e liberdade de palavra.”<sup>43</sup> (POLÍBIOS, 1985)

O ciclo de Políbio, ao qual todos os corpos políticos estão submetidos tem seu início, portanto, em um momento pré-político, se iniciam as associações políticas através da monarquia que vai se transformando até chegar na democracia, e novamente em uma situação de extrema insegurança e desorganização que pode levar os homens a mais uma vez se organizarem em torno da ideia de força, e assim por diante; a *anacyclosis* funciona como uma descrição desse processo que foca nos elementos responsáveis pela transformação de um regime em outro. A *anacyclosis* nos revela muito sobre a ideia de corrupção que influenciará Maquiavel. E como podemos constatar até aqui, é uma ideia original que se afasta do pensamento clássico e de qualquer análise moral sobre a corrupção.

Tendo em mente esse paralelo entre a democracia e a monarquia, podemos perceber que os dois regimes estão sujeitos a um possível processo de degeneração, e que as condições para esse processo corruptivo são dadas pela própria forma do regime. Como se todos os regimes contivessem em si “pragas ínsitas”, apetites

---

<sup>40</sup> CARDOSO, Sérgio. *A matriz romana* in: BIGNOTTO, Newton.(org.) *Matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. Página 30

<sup>41</sup> POLÍBIOS, *História* Tradução. M.G.Cury, Brasília: UNB, 1985 Livro VI , cap 7 parágrafo 2-3

<sup>42</sup> POLÍBIOS, *História* Tradução. M.G.Cury, Brasília: UNB, 1985 Livro VI , cap 8 parágrafo 2-3

<sup>43</sup> POLÍBIOS, *História* Tradução. M.G.Cury, Brasília: UNB, 1985 Livro VI , cap 4



humanos que se manifestam a partir da própria natureza do regime, são estimulados por ele e que desarticulam a estrutura de poder.

No caso, do governo régio podemos dizer que a ganância por distinções em relação aos súditos e a ostentação são os apetites naturais que corrompem o princípio de aglutinação do regime, no caso da aristocracia a cobiça por bens e dinheiro geram o mesmo efeito de corrupção, e no caso da democracia as disputas por cargos e vantagens. Como podemos constatar essas condições específicas de degeneração de cada regime são inevitáveis, são dadas pela própria forma do regime e pela relação que os apetites humanos estabelecem com a forma do regime, pois como podemos concluir a partir da reflexão de Políbio, as barreiras que poderiam impedir que a disputa por cargos e honrarias corrompesse a ordem política estão ancoradas unicamente na memória e na relação que se estabelece com a história. Sendo assim, as variações dos tempos tornam essas barreiras muito frágeis e mutáveis colocando a corrupção como um operador constante no ciclo de transformações históricas dos regimes.

John P McCornick escreveu uma obra intitulada “*Machiavellian Democracy*”<sup>44</sup> que parte da crise política que envolve as democracias contemporâneas para apontar como o pensamento de Maquiavel pode ser precioso para compreender a decadência dos regimes. Mesmo que McCornick se aprofunde na questão econômica mais do que nos interessa no presente trabalho, é preciosa a forma como o autor parte de um problema contemporâneo que envolve a degeneração de um modelo político e aponta para a Maquiavel como uma excelente referência para se pensar o universo da crise política. Seguimos na direção de habilitar o discurso maquiaveliano para a discussão da corrupção inevitável dos regimes políticos. Maquiavel é um teórico da crise.

Para McCornick, há muitas evidências no mundo de hoje que mesmo eleições livres e justas não garantem os cargos públicos a indivíduos que respondem às aspirações políticas e expectativas dos eleitores.<sup>45</sup> Além disso, mais do que facilitar o mando do povo, democracias eleitorais parecem permitir e até encorajar as elites políticas e econômicas a se enriquecer as custas da coisa pública e reduzir a liberdade de cidadãos ordinários. Isso resulta na inabilidade dos cidadãos de controlarem o

---

<sup>44</sup> MCCORNICK, John. P. *Machiavellian Democracy*. Cambridge University Press. 2011

<sup>45</sup> MCCORNICK, John. P. *Machiavellian Democracy*. Cambridge University Press. 2011 página Vii

comportamento dos agentes públicos e na incapacidade de reagir aos efeitos do poder e da riqueza, colocando assim uma grande ameaça à representação política, debilitando as condições de liberdade e igualdade das repúblicas do nosso tempo.<sup>46</sup>

É a partir dessa visão sobre as democracias contemporâneas que McCornick resgata “*o mais astuto analista das antigas repúblicas*” para reconsiderar medidas constitucionais e técnicas institucionais que governos populares anteriores à democracia moderna se valeram para servir ao controle político e econômico das elites. Independentemente de seguir o argumento econômico de McCornick é importante destacar que sua abordagem da crise democrática contemporânea através do resgate de Maquiavel, vai de encontro aos passos que estamos trilhando. É através da constatação de processos corruptivos dentro de um modelo político que podemos nos valer do pensamento de Maquiavel para construir modos e práticas para lidar com esse problema. Da mesma forma que McCornick mergulhará nas diversas formas institucionais que permitem a um regime ser mais resistente, estamos enfrentando esse problema constatando que é possível que um regime conte com mecanismos institucionais para se reformular e se reorganizar.

Voltando à Políbio, podemos dizer que a teoria da *anacyclosis* não só confere um estatuto original para a ideia de corrupção e para a interpretação da lógica dos acontecimentos históricos, mas também abre caminho para a defesa do regime misto como a melhor solução para enfrentar um problema que é de ordem natural e, portanto, se impõe. O regime misto é o elo final dos passos teóricos de Políbio que nos interessam para dar o passo em direção à recepção de Maquiavel para essas ideias.

---

<sup>46</sup> MCCORNICK, John. P. *Machiavellian Democracy*. Cambridge University Press. 2011 página Vii

### 1.3 Políbio e o regime misto

Constatando que até mesmo Roma sucumbiu e avaliando as diferenças entre as fragilidades e potências dos regimes, Políbio propõe o regime misto como mecanismo ideal para retardar um processo natural e inevitável de decadência.

O que o regime misto apresenta de diferente em relação aos outros regimes que o torna mais estável é um equilíbrio de forças, que pela junção de elementos antagônicos é capaz de retardar o movimento de degeneração das constituições, absorvendo-o para que seja enfrentado no seio das instituições.

O regime misto seria capaz de criar vias institucionais para que as disputas entre os homens por cargos, honrarias e poder acontecessem sem afetar de forma tão drástica o regime político, um modelo capaz de saciar os desejos antagônicos ao mesmo tempo que preserva a coisa pública. É como se o regime misto utilizasse de elementos reguladores presentes em diversos tipos de regime para equilibrar as nuances da disputa por poder. Segundo Cardoso o regime misto deveria funcionar através do:

estabelecimento de um sistema de contenções (constituído por barreiras ou obstáculos mútuos entre as figuras tradicionais de comando, representadas pelo número de governantes: um, alguns ou muitos), destinado a impedir que as formas simples desandem em abusos e despotismos.<sup>47</sup> (CARDOSO.2013:34)

Políbio apresenta o regime misto como uma invenção constitucional notável de Licurgo, legislador de Esparta, invenção que era capaz de retardar o efeito de corrupção e preservar a ordem política durante um intervalo maior de tempo. Segundo Políbio, Licurgo estava atento para o ciclo natural dos regimes e para a lógica por trás dos acontecimentos históricos:

Ele havia compreendido perfeitamente que todas as mudanças mencionadas acima ocorrem natural e necessariamente e havia também considerado que cada tipo de constituição simples baseada em uma única potência (*dynamis*) torna-se frágil (*episfales ginetai*),

---

<sup>47</sup> CARDOSO, Sérgio. *A matriz romana* in: BIGNOTTO, Newton.(org.) *Matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. Página 34

pois se perverte logo e cai na forma corrompida inerente à sua natureza.<sup>48</sup> (POLÍBIOS 1985: Livro VI, cap 9 parágrafo 2)

O que a invenção de Licurgo guarda de especial é a combinação de todos os aspectos bons peculiares a cada forma de constituição, podendo se utilizar dos desempenhos dos diversos tipo de comando como: a capacidade de condução e justiça dos reis, a coragem e magnanimidade dos homens da elite na busca do interesse público, e o apego do povo aos seus costumes, leis e à liberdade. São esses os pilares do regime misto, apontado como a melhor referência para se lidar com os problemas suscitados pela corrupção envolvida na anacyclosis, o ciclo natural de transformação dos regimes. Como podemos constatar no próprio elogio de Políbio a Licurgo:

não fez sua constituição simples e uniforme, mas uniu nela todas as características boas e peculiares às melhores constituições, de tal modo que nenhuma pudesse crescer acima do devido e degradar-se no seu correspondente mau e que nenhum deles prevalecesse ou sobrepujasse os outros, e assim, o governo pudesse permanecer por longo tempo equilibrado como um barco bem lastreado.<sup>49</sup> (POLÍBIOS 1985: Livro VI, cap 9 parágrafo 2)

Ainda tratando sobre o regime ordenado por Licurgo, Políbio faz perceber que os romanos chegaram ao mesmo resultado em relação às disposições constitucionais, mas o fizeram por outro caminho, não através do raciocínio de um homem excelente como Licurgo, mas o fizeram através de um longo processo de disputas e escolhas bem feitas diante das dificuldades que os momentos de decisão colocavam, adquirindo sempre experiência através de sua própria história.

É importante se perguntar como de fato esse regime funciona, como ele efetivamente ativa suas barreiras inibidoras das tendências desviantes que influenciam todas as formas de poder. O que torna esse regime tão especial aos olhos do historiador grego é justamente sua capacidade prática de solucionar os problemas de ajuste e reorientação das ações dos governantes em direção a causa comum. E o mais interessante é que não se trata de um sistema de controles e limitação de poder por meio de intervenções ou restrições à iniciativas. O regime garante absoluta

---

<sup>48</sup> POLÍBIOS, *História* Tradução. M.G.Cury, Brasília: UNB, 1985 Livro VI , cap 9 parágrafo 2

<sup>49</sup> POLÍBIOS, *História* Tradução. M.G.Cury, Brasília: UNB, 1985 Livro VI , cap 10 parágrafo 7

autoridade e uma inteira autonomia de atuação e iniciativa, em funções e áreas de intervenção distintas, nada se sobrepõe a cada um deles no exercício de suas funções próprias.<sup>50</sup>

Assim Políbio descreve o regime misto em outra passagem:

mesmo para um nativo era impossível dizer com certeza se o regime era aristocrático, democrático ou monárquico. Pois, se fixa os olhos nas prerrogativas dos cônsules, a constituição parecerá totalmente monárquica ou régia, se nas do Senado, ela parecerá então, ser aristocrática; se olhar o povo, ela parecerá claramente uma democracia.<sup>51</sup> (POLÍBIOS:1985 Livro VI, cap 11 parágrafo 11-12)

Não se trata de uma divisão da soberania, mas de uma distribuição de dependências que assegura o ajuste e convivência desses poderes. Os poderes são autônomos, mas não são responsáveis por todas as condições de seus empreendimentos, já que estão inseridos numa dinâmica de vida da cidade orientada pelo interesse público e legitimada pela vontade do povo como corrobora a teoria da *anacyclosis*. “*Essa interdependência orgânica entre o desempenho funcional dos comandos, exige sua articulação e colaboração*”.<sup>52</sup>

O Consulado tem o poder executivo supremo, aplica os decretos do Senado e do povo, dirige a administração e conduz as operações militares (características monárquicas), ao Senado cabe a atividade legislativa e o controle do erário público, os assuntos externos e os cultos (traços de uma aristocracia), e ao povo cabe conferir poder aos mais dignos (considerado por Políbio a recompensa mais bela das virtudes na república), aprova ou rejeita as leis, julga as causas graves, delibera sobre a paz e a guerra (traços de uma democracia). Dentro dessa organização não é interessante para nenhuma das partes deixar de lado o benefício das outras. Todos os comandos são interdependentes em vários aspectos. E o próprio regime estimula a dedicação à coisa pública, a articulação e cooperação entre os poderes, assim como o espírito de iniciativa. É a partir da autonomia, da liberdade, e da possibilidade de interação entre as demandas de cada parcela de poder, que a dinâmica do regime misto mostra suas

---

<sup>50</sup> CARDOSO, Sérgio. *A matriz romana* in: BIGNOTTO, Newton.(org.) *Matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. Página 36

<sup>51</sup> POLÍBIOS, *História* Tradução. M.G.Cury, Brasília: UNB, 1985 Livro VI , cap 11 parágrafo 11-12

<sup>52</sup> CARDOSO, Sérgio. *A matriz romana* in: BIGNOTTO, Newton.(org.) *Matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. Página 36

possibilidades de nos momentos de decadência conseguir orientar a ação dos homens públicos na direção do interesse comum. É possibilitando que os desejos e os humores interajam, e que os conflitos e as disputas aconteçam de forma equilibrada que um corpo político pode encontrar caminhos para se reordenar.

É a partir da reflexão de Políbio sobre o papel cumprido por Licurgo na ordenação do regime misto que vamos nos aproximar dos elementos que nos permitiriam dar o passo em direção ao conteúdo dos *“Discorsi”* de Maquiavel; obra que dialoga com o pensamento do historiador grego e complementa nossa investigação sobre como entender a corrupção através de uma nova perspectiva. A próxima sessão pretende explorar as interseções conceituais e temáticas necessárias para a abordagem de Maquiavel a partir do que construímos até agora.

## 1.4 Interseções entre Políbio e Maquiavel

Apontaremos agora para os 4 eixos conceituais que vão organizar nossa entrada na reflexão maquiaveliana a partir de Políbio. São eles: a fortuna, a teoria dos humores, a fundação contínua e a liberdade. É em torno desses quatro pilares que organizam a reflexão maquiaveliana que vamos orientar nossa reflexão sobre a corrupção. São essas chaves de leitura que nos permitem enfatizar a centralidade do conceito de corrupção para a compreensão da obra de Maquiavel como um todo, assim como sua relação inovadora com Políbio.

Na obra “*Machiavellian Moment*”<sup>53</sup> de J. Pocock, referência obrigatória para os estudos do Renascimento, o autor nos ajuda a traçar de forma mais precisa de que modo os intelectuais gregos e principalmente os romanos influenciaram doutrinas renascentistas sobre a corrupção.

Segundo Pocock, o que nos permite significar essa influência antiga são dois elementos principais contidos no texto de Políbio: 1) descrições de recorrências cíclicas de decadência e corrupção ao longo do tempo, e 2) a supremacia da fortuna sobre as coisas humanas (POCOCK 1975:31)<sup>54</sup>. Um paralelo interessante traçado por Pocock nesse mesmo capítulo é o de que enquanto o intelecto moderno pensa a história como o tempo humano organizado em torno de acontecimentos no mundo social, a mente greco-romana privilegia os aspectos políticos e militares que estão em jogo na ascensão e queda dos impérios (POCOCK 1975:32)<sup>55</sup>. Essas observações são importantes para marcar a relevância do conceito de corrupção dentro da concepção histórica antiga da qual se serve Maquiavel e que é tão diferente da concepção contemporânea.

Genaro Sasso, outro intérprete fundamental, é um autor que também nos ajuda a estabelecer o vínculo entre Políbio e o Renascimento através da *anacyclosis*, que ele encontra tanto no pensamento de Políbio quanto no de Maquiavel. Sasso

---

<sup>53</sup> POCOCK, J.G.A *The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republic Tradition*. Princeton University Press, 1975

<sup>54</sup> POCOCK, J.G.A *The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republic Tradition*. Princeton University Press, 1975 Página 31

<sup>55</sup> POCOCK, J.G.A *The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republic Tradition*. Princeton University Press, 1975 Página 32

caracteriza essa teoria, presente nos dois autores, como um movimento de nascimento-crescimento-decadência que opera em todo corpo político levando ao fatal declínio, a corrupção. (SASSO 1993:483) <sup>56</sup>.

O impacto da *anacyclosis* no pensamento de Maquiavel pode ser discutido quando tomamos como exemplo o capítulo II do livro I dos “*Discorsi*” que é resumido por Newton Bignotto da seguinte maneira:

Descreve-se, assim, como os homens, que viviam como bestas, escolhem um rei e como a realeza degenera-se naturalmente em uma tirania. Essa tirania engendra uma aristocracia que, ao se degenerar cria uma oligarquia. Todo o processo encontra seu fim com o nascimento da democracia e sua transformação posterior em anarquia. Maquiavel conclui essa descrição dizendo que esse é o círculo no qual, girando, todas as repúblicas se governam. (BIGNOTTO. 1991:174) <sup>57</sup>.

Também no livro V da “*História de Florença*” Maquiavel apresenta outra formulação que nos remete a uma filosofia da história ou a uma oscilação cíclica natural:

As províncias, na maioria das mudanças que sofrem costumam sair da ordem e entrar na desordem, para depois passarem de novo à desordem à ordem; porque, não permitindo a natureza que as coisas mundanas tenham parada, quando elas chegam à sua máxima perfeição, não podendo subir mais, é mister que desçam; e, assim também, depois de descerem e pelas desordens chegarem à máxima baixaza, como já não podem descer, haverão necessariamente de subir, e, assim, sempre se desce do bem ao mal, e do mal se sobe ao bem. (MAQUIAVEL.2007:281) <sup>58</sup>

Como podemos ver os pontos levantados por Pocock e Sasso a respeito da influência polibiana no Renascimento de fato nos aproximam do universo conceitual de Maquiavel. A noção de que todo corpo político está sujeito a variações que podem corrompê-lo e destruir suas instituições é comum tanto a Políbio quanto a Maquiavel, apesar disso, nosso interesse é caminhar em direção aos pontos que distinguem os dois pensadores para que possamos significar a novidade maquiaveliana e caminhar em direção ao desenvolvimento da nossa hipótese.

---

<sup>56</sup> SASSO, Genaro. *Niccolò Machiavelli Il pensiero politico*. Il Mulino, Bologna 1993. 483

<sup>57</sup> BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel republicano*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 174

<sup>58</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*. São Paulo: Martins Fontes, 2007 página 281



Como argumenta Newton Bignotto na sessão “*Maquiavel e Políbio*” de sua obra “*Maquiavel Republicano*”, no texto de Maquiavel a ideia de *anacyclosis* não tem o alcance que tem na filosofia de Políbio e é formulada através de outros elementos (BIGNOTTO 1991:176)<sup>59</sup>. Apesar da importância de se reconhecer Políbio como fonte direta para Maquiavel no que diz respeito a essa teoria é preciso estar atento para a diferença entre as doutrinas, principalmente no que diz respeito às causas da corrupção. O que aproxima os dois autores é a ideia de que regimes puros se degeneram em formas imperfeitas e também a ideia de que o regime misto coloca Roma como o exemplo mais perfeito de ordenação institucional, capaz de sustentar o desenvolvimento do corpo político e resistir a “lei natural” de corrupção.

É importante ter cuidado com essa primeira aproximação para que possamos analisar com precisão o que os distingue, que é objeto que queremos alcançar nesse primeiro momento. Como enfatiza Bignotto, a adesão de Maquiavel a ideia de Políbio é apenas parcial<sup>60</sup>, pois depois de considerar a história como cíclica, Maquiavel pondera:

E esse é o ciclo segundo o qual todas as repúblicas se governaram e governam, mas raras vezes retornam aos mesmos governos, porque quase nenhuma república pode ter tanta vida que consiga passar muitas vezes por tais mutações e continuar em pé.<sup>61</sup> (MAQUIAVEL. 2008: 17)

A recusa de Maquiavel em adotar o paradigma da ciclicidade do tempo é fundamental para entender que para ele essa teoria funciona apenas como uma ferramenta abstrata, que aponta uma tendência, mas não desvela o real, como coloca Maquiavel: “mas, supondo-se que isso não ocorresse, uma república seria capaz de ficar passando por tempo infinito de um desses governos a outro” (MAQUIAVEL 2007:17)<sup>62</sup>.

O que existe de mais interessante na teoria da *anacyclosis* para os nossos objetivos é entender as causas da transformação de um regime em outro, o que está

---

<sup>59</sup> BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel republicano*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Página 176

<sup>60</sup> BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel republicano*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Página 176

<sup>61</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007 Página 17

<sup>62</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007 Página 17

em jogo quando os vínculos políticos e os princípios unificadores se alteram, e não a ideia de que inevitavelmente uma monarquia se transformará em uma oligarquia e depois em uma democracia e assim por diante. Seria ingênuo pensar que existe tal lei natural atuando na efetividade da experiência política.

Outra diferença entre Maquiavel e Políbio apontada por Bignotto que nos permitirá desenvolver nossas próprias ideias é que na teoria de Políbio não existe o tratamento da origem da sociabilidade como existe em Maquiavel, do momento de sociabilidade fraca que precede a fundação das instituições. Políbio não faz alusão à origem do ciclo que quer descrever, por outro lado, como para Maquiavel o mais importante não é a *anacyclosis*, ele aborda teoricamente um período de “não sociabilidade”. A herança grega de Políbio o faz seguir a ideia de que a sociabilidade é imanente ao homem, assim ele não se compromete com a origem das formas políticas, por outro lado, Maquiavel recorre ao tempo em que os homens eram feras, uma espécie de “estado de natureza pré-hobessiano” (BIGNOTTO 1991:175)<sup>63</sup>. Levando em conta esse argumento de Bignotto podemos perceber como a natureza humana ocupa um lugar mais importante na teoria de Maquiavel do que na de Políbio.

As observações feitas por Bignotto nos permitem distinguir a ideia de corrupção nos dois autores e nos abrem o caminho para a tentativa de compreender o impacto dessa ideia no Renascimento, isso é, a serviço de que mudanças Maquiavel promoveu uma transição na ideia polibiana de corrupção apontando para o momento em que os homens eram feras? Como a natureza humana pode contribuir para um processo de transformação que parece ser inevitável?

Podemos dizer que a ideia de que a corrupção é uma categoria inerente não só às coisas naturais, mas ao homem e aos regimes políticos se constituiu como um conceito central do que representou a ruptura forjada pelos humanistas em relação à concepção linear de tempo cristã, mas resta compreender como o homem através de sua natureza contribui para a corrupção política. Bignotto diz que a corrupção entendida como algo natural nada esclarece por si só acerca dos limites impostos por ela à ação humana (BIGNOTTO 1991:177)<sup>64</sup>, afirmação com a qual concordamos e buscamos oferecer um novo caminho para o problema que ela nos coloca adiante.

---

<sup>63</sup> BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel republicano*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Página 175

<sup>64</sup> BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel republicano*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Página 177

Podemos perceber que as duas principais questões que se colocaram do ponto de vista da filosofia diante de desse quadro teórico que esboçamos até aqui foram: 1) a pergunta sobre a causa da corrupção 2) a pergunta sobre o desenvolvimento histórico da corrupção. A inflexão do pensamento de Políbio é a novidade que permitiu Maquiavel olhar para a corrupção a partir de uma filosofia da história, construída por uma noção de temporalidade que se apoia numa suposta lógica dos acontecimentos. Dessa maneira se abre a possibilidade de compreender a corrupção como um dado da história que deve ser pesquisado em seu desenvolvimento.

É a partir desse olhar que o regime misto romano é tido como a melhor forma de governo para lidar com as variações da fortuna e a inconstância humana. A ordenação republicana de Roma que sustentou o movimento de crescimento e fortalecimento do corpo político, se tornando capaz de suplantar a ação da fortuna é apontada por Maquiavel como o melhor instrumento político para lidar com a corrupção, assim como fez Políbio, nos resta investigar as razões que Maquiavel dá para isso uma vez que elas são diferentes das apresentadas por Políbio.

Para Maquiavel o formato misto romano deve servir como um guia, uma inspiração que tem sua atenção voltada para as dinâmicas de poder desse regime, que passa por um equilíbrio de humores antagônicos inerentes à qualquer sociedade. Mais do que copiar as regras institucionais romanas que foram capazes de lidar bem com a corrupção, o importante é preservar a noção de que os conflitos inevitáveis entre os homens podem destruir as instituições que proporcionam os vínculos políticos fundamentais para a conservação da vida, e por isso as instituições devem se organizar em torno do problema da corrupção e contar com mecanismos para retardar um processo que é inevitável, pois a possibilidade de que uma disputa entre desejos humanos desencadeie em péssimas consequências políticas e institucionais é não só uma ameaça constante, mas uma realidade histórica de diversos tempos.

O debate sobre as causas da corrupção divide os intérpretes de Maquiavel, por um lado, temos a posição de Thierry Mennisièr<sup>65</sup> que atribui esse processo exclusivamente à instabilidade das coisas humanas, ou seja, à natureza errática do

---

<sup>65</sup> MÉNISSIER, Thierry *Vocabulário de Maquiavel*. Martins Fontes São Paulo 2012. Tradução Claudia Berliner.

homem e seu comportamento cambiante e volúvel, guiado por desejos que compõe o pensamento de Maquiavel. Por outro lado, a ideia de Parel<sup>66</sup> de atribuir a corrupção à instabilidade fundamental do corpo político relativa às disputas entre os humores, que caracteriza o cerne do pensamento maquiaveliano.

Nossa proposta é mostrar que a posição de ambos os autores está ancorada na ideia da instabilidade; são as variações que assolam o corpo político, tanto pela via política, quanto pela via antropológica, que colocam dificuldades para as instituições, e essa é uma condição a que os homens estão submetidos inevitavelmente: a imprevisibilidade, a variação, a fortuna. Levando isso em conta queremos colocar em foco como o princípio unificador dos regimes gera consequências para o estabelecimento dos vínculos, e como esse é um processo que está em constante mutação. A natureza humana responde aos valores dos regimes, sendo estimulados por diversas noções morais como medo, solidariedade, etc que acabam transformando o regime constantemente. No nosso entendimento a instabilidade fundamental a que estão submetidos os corpos políticos e que aparece como causa da corrupção se explica através da combinação da proposta dos dois autores, de modo que para estudar a corrupção no pensamento de Maquiavel é importante precisar as diversas facetas dessa instabilidade, como os fatores que dizem respeito a resolução institucional dos conflitos e os fatores que dizem respeito a como o comportamento humano contribui para as crises de legitimação e transformação dos regimes.

Intérpretes como Pocock<sup>67</sup> focam sua análise no conceito de fortuna tomando-o como o ponto fulcral que nos permite pensar a ideia de corrupção em Maquiavel. Isso porque a corrupção permaneceria como uma ameaça constante mesmo em regimes organizados, nessa perspectiva são as variações dos tempos as responsáveis pela degeneração de um corpo político.

É claro que esse processo poderia ser controlado, retardado ou acelerado, mas não dependeria exclusivamente das ações virtuosas de homens políticos, nem de boas regras para evitá-lo. Ele poderia acontecer através das coisas que saem do

---

<sup>66</sup> PAREL, J. Anthony *The Machiavellian Cosmos*. Yale university press. New Heaven and London. 1992. Página 122

<sup>67</sup> POCOCK, J.G.A *The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republic Tradition*. Princeton University Press, 1975

controle, e por isso o conceito de fortuna é tão poderoso dentro dessa perspectiva de análise de Pocock. No entanto, não pretendemos seguir essa via de explicação para as causas da corrupção no pensamento de Maquiavel. Consideramos essa explicação genérica, ela exagera o papel cumprido pela *anacyclosis* no pensamento de Maquiavel, isso porque explica o processo da corrupção como uma consequência natural de um processo maior sem conferir significado à efetividade histórica. Como já vimos, o interesse de Maquiavel não é naturalizar a corrupção como um processo que faz parte da política, mas descrevê-la enquanto processo histórico desmembrando suas causas que são de diversas naturezas. Ou seja, não é exclusivamente porque a vida política está submetida às variações imprevisíveis da fortuna que os regimes se degeneram. Os regimes se degeneram porque os interesses inconciliáveis dos homens não encontram vias institucionais para equilibrá-los de forma adequada, de modo que os valores e os vínculos de associação que sustentavam aquele regime se alteram, as relações entre os homens a partir de seus valores dão forma a um novo regime.

Intérpretes como Parel<sup>68</sup> privilegiam a teoria dos humores como a melhor ferramenta conceitual para investigar esse problema, ou seja, a ideia de que o perene conflito entre o povo e os grandes, ou entre os que desejam dominar e os que desejam ser livres, é a razão para que nenhum corpo político seja capaz de durar no tempo, como se esse conflito inevitável tivesse como consequência a transformação contínua de um regime em outro através das dinâmicas políticas estabelecidas entre o povo e os grandes.<sup>69</sup> A perspectiva de Parel é menos genérica e aponta para uma das causas cruciais da corrupção, o conflito, mas permanece incompleta do nosso ponto de vista. É fundamental destacar como a teoria dos humores contribui para a corrupção porque ela aponta para um dos conceitos nucleares da filosofia de Maquiavel, o conflito. O conflito é o motor das ações dentro de um corpo político, mas ele ainda permanece como uma explicação que não aponta para o que a corrupção tem de específico em relação aos outros processos que se desdobram em um corpo político, que também tem o conflito fundamental como causa. Assim como a explicação que leva em conta

---

<sup>68</sup> PAREL, J. Anthony *The Machiavellian Cosmos*. Yale university press. New Heaven and London. 1992

<sup>69</sup> PAREL, J. Anthony *The Machiavellian Cosmos*. Yale university press. New Heaven and London. 1992. Página 124

só a fortuna, a que leva em conta só os humores não nos satisfaz. Estamos caminhando em direção a uma interpretação que parte da ideia da instabilidade fundamental que permeia o cosmos maquiaveliano, caracterizando tanto a natureza humana, como os conflitos inevitáveis do corpo político, e a ação da fortuna, para compreender como a natureza humana pode contribuir para a transformação dos regimes.

Pretendemos nos diferenciar de todas essas leituras. Claro que levaremos em conta o papel do conceito de fortuna, da teoria dos humores, assim como do comportamento errático do homem e da instabilidade fundamental do corpo político, mesmo porque não seria possível pensar a corrupção no pensamento de Maquiavel sem esses elementos. No entanto, nossa ideia é que a corrupção não pode ser entendida plenamente através de apenas um desses conceitos.

O comportamento humano e a instabilidade fundamental do corpo político são nossas referências principais através das quais podemos compreender melhor como a fortuna e a teoria dos humores podem contribuir para esses processos. Acreditamos que só analisando todas as possíveis causas da corrupção podemos caminhar em direção ao problema institucional que é o mais importante: como lidar com ela? Sendo assim propomos a via que aponta mais de uma causa para a corrupção, que a entende como um problema complexo e inevitável, que só pode ser explicado levando em conta os aspectos histórico-políticos em sua relação com a natureza humana.

Thierry Mennisièr chama atenção para uma ferramenta analítica fundamental para o desenvolvimento da nossa hipótese. Mennisièr coloca em foco a importância da distinção maquiaveliana entre *Cose naturali/ Cose umane* a serviço da investigação sobre as causas da corrupção<sup>70</sup> (MÉNISSIER. 2012:54). Essa dupla-chave nos permitirá significar a principal novidade maquiaveliana em relação à Políbio, que entendemos ser a questão antropológica. Podemos concordar com Mennisièr quando ele diz que “o universo de Maquiavel é o da crise. O florentino refletiu sobre as variações de sua época, afirmando que o mundo é estruturalmente habitado pela instabilidade” (MÉNISSIER 2012:54)<sup>71</sup>. Mudar de comportamento segundo as

---

<sup>70</sup> MÉNISSIER, Thierry *Vocabulário de Maquiavel*. Martins Fontes São Paulo 2012. Tradução Claudia Berliner. Página 54

<sup>71</sup> MÉNISSIER, Thierry *Vocabulário de Maquiavel*. Martins Fontes São Paulo 2012. Tradução Claudia Berliner. Página 54

circunstâncias é uma ideia de Maquiavel que normalmente é interpretada na perspectiva da arte de governar, sendo alvo de desqualificações morais, mas ela concerne a uma necessidade de se adaptar a um universo fundamentalmente instável. Nós entendemos que a corrupção no pensamento de Maquiavel não pode ser enxergada como algo que faz parte apenas de um ciclo natural, mas como algo que faz parte das coisas humanas, as quais são consideradas muito mais instáveis do que as variações naturais na perspectiva renascentista.

A instabilidade fundamental do cosmos maquiaveliano é tema central da obra "*Machiavellian Cosmos*"<sup>72</sup>. Parel se concentra no modo como Maquiavel utiliza a teoria dos humores para pensar a ideia de corrupção. Segundo o autor, a noção de humor é a segunda maior fonte do naturalismo característico da teoria política de Maquiavel.<sup>73</sup> É o humor que propicia qualquer indivíduo ter seus objetivos e desejos muitas vezes antagônicos. Maquiavel utiliza a noção de humor não só para compreender a natureza humana, mas também as variações que influenciam o corpo político.

A pressuposição da ciência médica do Renascimento que permite Parel fazer essas conexões é a ideia de que da mesma forma que o corpo humano é composto de humores, o corpo político é composto de humores políticos. A teoria dos humores coloca a unidade do corpo humano/político como resultante da cooperação entre opostos. Quando os humores antagônicos interagem podem trazer uma constituição saudável ou corrompida. A chave para a saúde do corpo é cada humor ter sua satisfação específica.

Essa necessidade de satisfazer os humores é uma necessidade pré-moral, funciona como uma condição. Procurar a satisfação dos desejos para além do equilíbrio dos humores é uma marca de patologia, e um traço importante do processo de corrupção. A função do bom governo é satisfazer os humores que constituem um corpo político, do povo e dos grandes. Por mais que esses desejos sejam inconciliáveis o desafio de criar condições para a interação entre esses humores aponta justamente para o que se deve buscar para evitar a corrupção. Para Políbio, o

---

<sup>72</sup> PAREL, J. Anthony *The Machiavellian Cosmos*. Yale university press. New Heaven and London. 1992.

<sup>73</sup> PAREL, J. Anthony *The Machiavellian Cosmos*. Yale university press. New Heaven and London. 1992. Página 125

regime misto de Licurgo contava com os melhores atributos institucionais para lidar com esse problema, ou seja, contava com regras que permitiam o povo desafogar sua ânsia por liberdade e também aos grandes conservarem sua fatia de domínio, além de poder contar com a força política dos reis.

Através da perspectiva de Parel podemos tomar a teoria dos humores como um critério para julgar a boa constituição política e a constituição corrupta, que é caracterizada por cada humor buscar sua satisfação individual sem se importar com a totalidade da saúde do organismo político. A ideia que está por trás da análise de Parel é a de que um governo ordenado deve satisfazer as necessidades não só de seus indivíduos, mas de suas classes. (PAREL 1992: 101-113)<sup>74</sup>.

Essas ideias sobre as teorias dos humores nos permitem compreender o que está em jogo no elogio do regime misto de um modo mais interessante; Maquiavel não está dizendo que a única forma de controlar melhor a corrupção é ter um rei, um senado, e uma representação institucional popular na estrutura do corpo político, mas que os desejos que normalmente guiam e orientam essas diferentes classes sempre existirão e precisarão de satisfação, ou seja, um corpo político que consegue equilibrar os diferentes humores e desejos que estão em jogo na sua efetividade pode ter mais sucesso em resistir aos processos inevitáveis de transformação e degeneração, podendo assim durar mais no tempo, os desejos precisam de vias institucionais sólidas para se expressar frente aos desejos antagônicos sem afetar a ordem do corpo político.

John Najemy, em seu artigo *“Society, class, and state in Machiavelli’s Discourses on Livy”*<sup>75</sup>, recupera algumas asserções de Maquiavel nos *“Discorsi”* pra falar como Maquiavel trabalha em cima das histórias de Tito Lívio e da influência greco-romana no Renascimento. A principal razão para a atenção de Maquiavel a esses pontos não é a filosofia da história polibiana, mas a ideia de que a história inicial da república romana é a melhor fonte de exemplo institucional. Segundo Najemy, a comparação que Maquiavel faz entre a Florença renascentista e a antiga Roma

---

<sup>74</sup> PAREL, J. Anthony *The Machiavellian Cosmos*. Yale university press. New Heaven and London. 1992. Página 101-113

<sup>75</sup> NAJEMY, M. John (edit). *The Cambridge Companion to Machiavelli* Cambridge University Press, 2010.



anuncia uma busca contínua por novos métodos e instituições<sup>76</sup> (NAJEMY 2012:96). Compartilhamos com Najemy a ideia de que toda essa problemática nos direciona para uma busca constante por novos modos e nova ordem, que teriam como diferencial a capacidade de retardar a corrupção por conseguirem se adaptar não só à natureza humana desejosa, mas também à natureza cindida de qualquer corpo político, e ao antagonismo natural entre os objetivos dos homens.

O que Najemy quer dizer é que a fundação contínua é uma ideia importante de se destacar dentro da investigação da corrupção, pois uma característica que o regime misto oferece aos olhos de Maquiavel é justamente a versatilidade e a capacidade de readaptação. Uma busca contínua por novos modos e ordens é uma busca contínua por evitar um desequilíbrio corruptivo do corpo político. A análise de Najemy é preciosa para nosso percurso, pois aponta para como lidar com a corrupção descrita da forma como fizeram Políbio e Maquiavel. A versatilidade das instituições, sua capacidade de absorver conflitos, sua capacidade de se transformar sem perder o princípio unificador do regime, sua capacidade de manter os vínculos de associação nas crises são os atributos com os quais um corpo político deve contar para melhor lidar com a corrupção na perspectiva de Maquiavel.

Maquiavel nos deu a lição de que com o tempo as coisas sempre variam e é preciso mudar com elas no capítulo XXV do *Príncipe* (MAQUIAVEL 2001: 121-125)<sup>77</sup>. Com esse ensinamento em mente Mennisièr avalia o poder da liberdade humana e o impacto da cosmologia maquiaveliana sobre sua teoria política. Ele coloca perguntas como: qual é a relação entre a esfera de ação humana e a condição natural de variação? Como entender a corrupção à luz dos conceitos de *virtù* e fortuna? Essas são questões importantes que orbitam em torno da nossa hipótese de que Maquiavel descreve a corrupção como a incapacidade das instituições de se adaptarem a um universo fundamentalmente instável e a uma natureza humana cambiante. Até aqui caminhamos em direção à ideia de que só com a renovação constante das instituições, um meio de se adaptar às variações, e com um equilíbrio na satisfação dos desejos poderíamos lidar com a corrupção. É aqui que se abre espaço para discutir a fundação contínua, o regime misto e o exemplo romano por uma via original,

---

<sup>76</sup> NAJEMY, M. John (edit). *The Cambridge Companion to Machiavelli* Cambridge University Press, 2010. Página 96

<sup>77</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2001 página 121-125

que leva em conta não só à fortuna e as variações históricas, mas o homem e suas ações. O que estamos tentando fazer é levar a cabo uma análise que equilibra e combina o aspecto desejoso do homem com o aspecto mutável da vida política que marca a compreensão de Maquiavel da política.

Levando em conta os pontos levantados por todos esses comentadores, voltaremos nossa atenção novamente para a interseção entre os “*Discorsi*” e os argumentos de Políbio em sua História, que culminaram no elogio da constituição ordenada por Licurgo. É importante destacar como a comparação que Maquiavel faz entre Esparta e Roma nos fornece um elemento crucial para distanciar a teoria de Maquiavel da de Políbio. Porque por mais que o resultado do argumento seja o elogio do regime misto como uma ferramenta interessante, Maquiavel coloca a questão sobre como se chegar a esse regime misto, como construí-lo? Da forma como fez Esparta, ou da forma como fez Roma? Através dessa comparação de Maquiavel podemos extrair elementos fundamentais para o caminho que estamos trilhando. Nosso interesse é mostrar que mais importante do que o regime misto é o modo que os romanos chegaram até ele, que foi caracterizado por uma excelente capacidade do regime de se adaptar, se transformar, ser versátil diante das antagônicas exigências da vida política, ou seja, contar com mecanismos para trazer a busca por estabilidade e conservação do corpo político para dentro do seio das instituições.

Através do elogio à constituição mista romana, Maquiavel destaca não só seu caráter institucional, mas o modo através do qual os romanos chegaram a esse formato, os meios que permitiram Roma percorrer esses caminhos. Maquiavel considera importante que os conflitos inevitáveis entre os homens venham surgindo e moldando as instituições a partir da relação que os humores estabelecem em cada litígio, de modo que não podemos pensar que a mera aplicação dos moldes institucionais do regime misto seja suficiente para combater a corrupção, mais importante que isso é que os humores tenham como desafogar suas ânsias, o que só é possível em um regime livre. Um regime realmente livre é, portanto, o mais forte e mais capaz de aglutinar todas as características que mencionamos até agora apontadas pelos pensadores que podem ser eficazes para lidar com a corrupção.

A ideia de liberdade entra como fator determinante para chegarmos ao ponto mais importante que distingue o ciclo de corrupção descrito por Maquiavel da *anacyclosis* polibiana.

Dentro de uma perspectiva republicana, o que a corrupção ameaça é a liberdade do regime, isto é, ameaça a possibilidade de uma vida cívica, ou seja, ameaça a capacidade do regime de se reestabelecer nas adversidades através de suas próprias forças, superar as ameaças da corrupção; o processo corruptivo extingue a possibilidade de que através da interação entre os humores que compõe aquele corpo político ele reestabeleça sua constituição saudável. Sendo assim, podemos dizer que os pontos mais relevantes da inflexão do pensamento de Maquiavel em relação à teoria de Políbio são: em primeiro lugar, a ideia de que o regime vai formando suas leis com o tempo, ou seja, que são os humores e as circunstâncias históricas que devem guiar a reorganização contínua do regime frente às dificuldades ao invés de um modelo a ser aplicado; e em segundo lugar, a introdução do conceito de liberdade para a compreensão do que é o processo de corrupção, que ajuda a entender que o que a corrupção degenera é a capacidade do regime de se reestruturar através do exercício da liberdade de seus próprios cidadãos.

Retomando o eixo central do nosso percurso, que vai de Políbio a Maquiavel, da fortuna ao homem, voltaremos agora a atenção para os capítulos iniciais dos *“Discorsi”* para colocar em foco os elementos textuais que nos permitem levar adiante nossa interpretação sobre a corrupção. Os *“Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio”* podem ser interpretados como uma narrativa acerca da decadência do império romano, dessa forma, a ideia de corrupção se torna um operador conceitual nuclear dentro da estrutura da obra. A liberdade e a vivacidade dos conflitos e das instituições nos primeiros anos da república romana, que a fazem um bom exemplo, também estiveram submetidas a um processo mais amplo de degeneração que as corromperam.

Da mesma forma que Políbio buscava compreender como é possível que a cidade que submeteu todo o mundo conhecido colapsou, Maquiavel busca mapear os elementos que estavam envolvidos nos processos históricos que levaram Roma à sua ruína. O incômodo desses dois pensadores em última instância perpassa por uma compreensão do que é a corrupção; o historiador romano explica esse fenômeno através da naturalização de um ciclo na teoria de regimes, ou seja, através da *anacyclosis* entendida como um processo natural no qual os regimes se transformam indefinidamente uns nos outros, seguindo um ciclo que começa na monarquia e termina na democracia; já o secretário florentino aprofunda a ideia polibiana e confere

significado não só aos elementos antropológicos envolvidos no processo de transformação dos regimes, como abandona a ideia do ciclo para dar espaço a ideia de liberdade, buscando estabelecer uma constituição equilibrada entre os humores.

Para continuarmos nosso percurso através dos argumentos do *“Discorsi”* consideramos necessário dedicar um capítulo da tese exclusivamente ao aprofundamento na organização das teses de Maquiavel nessa obra, bem como mapear o debate entre os comentadores dessa obra tão importante. No próximo capítulo voltaremos nossa atenção precisamente para os argumentos dos *“Discorsi”* analisando as diversas acepções que a ideia de corrupção vai ganhando ao longo do texto, buscando um conceito teórico que nos permita dar o passo em nossa investigação na direção da antropologia envolvida nessa descrição de um mundo político fundado em humores, desejos cambiantes e marcado pela instabilidade e imprevisibilidade.

A partir da contribuição dos diversos autores que mencionamos podemos apontar para certas chaves conceituais indispensáveis para a investigação de Maquiavel. É a partir das chaves conceituais abordadas, que apontam para a relação entre fortuna, teoria dos humores, fundação contínua e liberdade, que vamos delimitar os espaços teóricos que nos interessam explorar dentro do pensamento de Maquiavel sobre a corrupção. São esses elementos que explicam a lógica da corrupção em suas diferentes acepções. Seguiremos a partir daqui na direção da compreensão do que faz Roma tão poderosa e porque foi corrompida, agora dentro na perspectiva maquiaveliana.

## CAPÍTULO 2: A CORRUPÇÃO NOS DISCORSI DE MAQUIAVEL

Uma das ideias centrais que articula o desenvolvimento da nossa tese e marca sua originalidade é justamente como o estudo dos textos literários de Maquiavel pode contribuir para a compreensão de temas políticos desenvolvidos nas obras principais, como o tema da corrupção.

Como já mencionamos, o recorte teórico que vamos utilizar para desenvolver essa hipótese é a interpretação da corrupção nos “*Discorsi*”. Isso significa que para que possamos justificar nossas ideias e determinar um percurso organizado, o primeiro passo nesse capítulo consistirá em apresentar uma leitura da obra em questão, que objetiva mapear e analisar as diferentes acepções que a ideia de corrupção vai ganhando ao longo do texto, com o foco na sua relação com os principais conceitos de Maquiavel, buscando explorar os diferentes registros em que a reflexão sobre esse tema se desdobra.

Como poderemos constatar a reflexão sobre a corrupção é complexa, explorada através de mais de uma via ao longo da obra que vamos investigar; seus efeitos são pensados desde o momento de fundação de um corpo político, passando pelo momento de organização das leis, levando em conta as transformações dos regimes e, principalmente, levando a cabo uma reflexão sobre o que esse processo de corrupção de fato ameaça.

Diante dessas demarcações teóricas, vamos apontar para os momentos em que essa reflexão não se afasta da pergunta sobre como a natureza da ação humana, caracterizada por humores, desejos, imprevisibilidade e inconstância contribui para esse processo de degeneração. Essa será nossa via de entrada no terceiro capítulo da tese.

A partir do primeiro passo que estamos propondo, que consiste na análise de um problema político clássico em uma das obras mais conhecidas de Maquiavel, estaremos habilitados a delimitar os espaços que o texto oferece para a interseção com a via literária que nos interessa.

É a partir das inflexões teóricas que destacam como elementos da natureza humana podem contribuir para o desencadeamento de processos de transformação e decadência de corpos políticos que apontaremos para a possibilidade de investigar

uma série de concepções acerca da condição humana que fazem parte da filosofia de Maquiavel, e que corroboram com a visão renascentista e republicana que estruturam os pilares do realismo político inaugurado pelo filósofo florentino.

O percurso que estamos propondo é, portanto, apresentar nossa interpretação da corrupção nos *“Discorsi”* ao longo do capítulo presente, para que no capítulo seguinte da tese possamos apresentar o complemento inovador que textos como a *“Mandrágora”*, *“Belfagor, o arqui-diabo”*, *“Clizia”* entre outros, podem oferecer para a compreensão de um problema tão complexo dentro da filosofia de Maquiavel.

Nesse capítulo da tese, vamos organizar a análise dos *“Discorsi”* a partir de eixos conceituais específicos. Nossa leitura da obra vai se estruturar a partir das noções de: república, humores, liberdade, fundação contínua, e teoria dos regimes.

Cada uma das seções desse capítulo busca traçar as relações de cada um desses conceitos, que consideramos os mais importantes para a compreensão da estrutura da obra, com a reflexão em torno da corrupção.

Nosso desafio é apontar como a ideia de corrupção articula esses conceitos em função de uma nova compreensão do republicanismo de Maquiavel, de sua ideia de política, e, principalmente, sobre a condição humana.

Na seção 2.1 vamos abordar como podemos justificar através do debate com os principais comentadores do texto que um dos temas centrais da obra é a corrupção da república. Esse passo abrirá espaço para abordar através da ideia de corrupção as relações do pensamento de Maquiavel com as ideias centrais do republicanismo, e nos permitirá sustentar nossas escolhas teóricas.

Na seção 2.2, recorrendo ao texto de Maquiavel, e novamente ao debate entre os comentadores, o nosso intuito é apresentar como a teoria dos humores, que gerencia grande parte dos argumentos nos *“Discorsi”*, se articula com a interpretação da corrupção que estamos propondo, e se consolida como uma das ideias mais importantes que estruturam a filosofia de Maquiavel.

Na seção 2.3, nossa análise se volta para o conceito de liberdade levando em conta sua relação com a ideia de corrupção que estamos investigando. Nosso interesse é mostrar como o conceito de corrupção pode gerenciar as ideias que vinculam a teoria dos humores e o republicanismo ao conceito de liberdade, para destacar essa passo teórico como uma das mais importantes contribuições inovadoras de Maquiavel

para a compreensão do que de fato a corrupção ameaça: a liberdade da república, e qual é o papel do povo diante desse processo.

Na seção 2.4, que encerra o segundo capítulo da tese, depois de articularmos as ideias mais importantes que estruturam a obra estaremos aptos a destacar o funcionamento e os impactos do processo de decadência descrito por Maquiavel desde a fundação do corpo político até o momento de organização de suas leis, ou seja, vamos destacar como a análise dos processos de corrupção de Roma, em diferentes momentos, aponta para a necessidade do corpo político contar com a capacidade de se reformular continuamente. Nesse parte do texto nossa atenção se volta para dois temas principais: a fundação contínua e o regime misto.

Nosso objetivo é mostrar que Maquiavel não fornece uma resposta institucional de forma esquemática para solucionar o problema da corrupção. Isso corrobora com a visão da política como algo da ordem do imprevisível, e com a noção de que se tomarmos a corrupção como um processo inevitável possamos encontrar boas saídas institucionais baseadas na busca pelo equilíbrio entre desejos opostos e na instabilidade fundamental da vida política.

E assim, a partir dessa organização conceitual que estamos propondo, estabelecemos os eixos argumentativos que consideramos indispensáveis para sustentar a ideia de que é possível uma leitura inovadora da obra de Maquiavel sustentada pelo conceito de corrupção, que abre as portas para acessarmos textos pouco explorados, dentro de um tema, também pouco explorado nos comentários de Maquiavel: o lugar ocupado pela natureza humana dentro de sua filosofia.

Nossa hipótese é a de que uma boa análise dos “*Discorsi*” nos permite mobilizar todos esses pontos que nos interessam.

## 2.1 A corrupção da república

Faz parte das nossas intenções levar a cabo uma interpretação dos *“Discorsi”* que acesse não só o sentido interno do texto no que diz respeito à hermenêutica do conceito de corrupção ao longo da obra, distinguindo suas acepções, mas que também nos permita apontar para sua conexão com outras obras de Maquiavel (conseqüentemente para um conceito que estrutura sua filosofia); para suas relações com o republicanismo, e com o humanismo, que marcam o contexto intelectual no qual Maquiavel desenvolve seus argumentos.

Nossa aposta é de que a ideia de corrupção é capaz de gerenciar todas os principais conceitos que organizam o argumento fundamental do texto, alçando essa reflexão ao posto de um dos principais temas da obra.

Nosso esforço teórico nessa seção é, em primeiro lugar, mostrar que o *“Discorsi”* pode ser interpretado como uma obra filosófica sobre a corrupção de Roma, buscamos justificar essa leitura para em seguida estabelecer a conexão dessa reflexão com o republicanismo, mostrando como uma ideia de república orienta as concepções maquiavelianas sobre esse tema. Esse procedimento nos permite dar o passo em direção a consolidação da ideia de que o livro *“Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio”* pode ser interpretado como uma obra que tem a corrupção da república como um de seus eixos estruturantes.

Estamos posicionando a reflexão maquiaveliana em torno da corrupção nos *“Discorsi”* como uma poderosa construção filosófica que nos permite transitar entre as principais ideias que constituem o núcleo do pensamento de Maquiavel, funcionando como um pivô em torno do qual orbitam suas ideias inovadoras sobre a natureza da política e sua relação com a condição humana.

Nossa hipótese é a de que a escolha hermenêutica pelo estudo da obra através do conceito de corrupção nos permite mobilizar as ideias que articulam as concepções de Maquiavel sobre a liberdade, sobre a república, sobre a ação humana e suas propostas institucionais. Esses pilares conceituais da obra de Maquiavel são os elementos teóricos que nos permitiram fundamentar a intertextualidade que estamos propondo. A relação da corrupção com cada um desses aspectos de sua teoria é o que nos permitirá mobilizar perguntas inovadoras sobre seu trabalho.



Como vamos mostrar ao longo desse capítulo, para compreender a reflexão sobre a corrupção ao longo do texto é necessário mobilizar a teoria dos humores, ponto estrutural da teoria de Maquiavel, da mesma forma que a ideia de liberdade (marca de sua relação com o republicanismo), a teoria dos regimes, a leitura de Maquiavel sobre a experiência romana; e também as motivações históricas que permeiam o contexto de construção dos textos e seus vínculos com a tradição republicana e humanista. O conceito de corrupção está no centro da filosofia de Maquiavel e consideramos indispensável compreendê-lo.

\*\*\*

Como mostraremos adiante a escolha do tema da corrupção, e a escolha por lidar com textos literários para desenvolver uma tese mais ampla sobre a obra de Maquiavel não é tão arbitrária quanto parece, e os primeiros argumentos que podemos mobilizar para justificar a ideia de que essa é uma noção fulcral para a compreensão da filosofia de Maquiavel como um todo, se relacionam, em parte, com o contexto de produção dos textos, marcado por um intenso intercâmbio entre as artes, a literatura e a filosofia que caracterizam a novidade da Florença renascentista frente aos antigos parâmetros escolásticos. É a partir da fervilhar das ideias humanistas que vamos delimitar os primeiros pontos a serem destacados na interpretação que estamos propondo.

O melhor caminho para iniciar nosso argumento é destacarmos por onde passa a importância de se levar em conta o contexto de produção dessa obra, e o contexto intelectual no qual ela foi escrita para justificar nosso pressuposto em relação à função do conceito de corrupção dentro da obra.

O nosso interesse ao iniciar o estudo de uma obra tão importante por essa via é uma forma de apontar para certos elementos teóricos que funcionam como ferramentas indispensáveis para atender as demandas da nossa interpretação, como apontar para a conexão com o contexto intelectual humanista e, principalmente, sua conexão com a tradição republicana.

A escolha por esse ponto de partida sinaliza elementos que permitem justificar nosso interesse pela interseção com textos literários, que foram escritos na mesma época, e, mais do que isso, nos fornece elementos cruciais para corroborar com o

argumento já muito utilizado entre os estudiosos de Maquiavel de que o problema da corrupção é o grande tema dos “*Discorsi*”.

Esse apoio na tradição de comentadores fornece solidez a um percurso que visa estabelecer uma relação mais ampla entre literatura e política dentro da obra de Maquiavel se utilizando do recorte da corrupção. Nosso principal interesse ao longo dessa seção é justificar a tese de que a motivação fundamental da obra que vamos analisar é compreender como uma república se corrompe e o que está em jogo nesse processo.

Se esse é o tema fundamental dos “*Discorsi*”, isso significa que as teorias e os conceitos que são mobilizados ao longo dos argumentos desenvolvidos dentro da obra estão à serviço da investigação filosófica desse problema específico, que é a corrupção. É a partir dessa noção que podemos articular conceitos intertextuais de Maquiavel na direção de um reposicionamento da importância do conceito de corrupção dentro da obra, que possibilitaria uma interpretação inovadora sobre a condição humana. Esse é o eixo central que delimita nosso percurso argumentativo.

Diferentemente do Príncipe, escrito no exílio<sup>78</sup>, Maquiavel redige os discursos quando está em contato direto com debates políticos e filosóficos sobre como o estudo do passado romano poderia ajudar na reflexão sobre o processo de corrupção florentino que o filósofo vivenciava.

No ano de 1516, Maquiavel foi introduzido em um ambiente conhecido como “*Orti Oricellari*”, palco do encontro de jovens intelectuais florentinos que discutiam e investigavam os mais variados temas como: literatura, poesia, mas também política, tendo sempre o passado republicano de Roma como referência primordial e a crise política da Itália no século XVI como inspiração e força motriz. Assim Vivanti descreve os *Orti Oricellari*:

Eram reuniões que remontavam a uma nobre tradição humanista de conversações e de debates literários e filosóficos, mas agora, com Cosimo, frequentemente as questões políticas se impunham, animadas por um espírito antitirânico, que se inspirava na lembrança da antiga Roma republicana, tal qual transmitida pelos grandes

---

<sup>78</sup> “Ficarei então assim, entre meus piolhos, sem encontrar ninguém que se lembre de meus serviços ou que acredite que possa servir para algo”. Esse é um trecho de uma correspondência de Maquiavel com Vettori datada de 10 de junho de 1514 no qual podemos ter uma imagem do ambiente no qual o Príncipe foi escrito. Para mais informações sobre o exílio ver: VIVANTI, Corrado *Maquiavel nos tempos da política* Editora Martins Fontes 2016

historiadores do passado: Lívio e Tácito, Plutarco e Políbio. Em tal ambiente, Maquiavel leu ou expôs alguns trechos de seus Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio, e discutiu temas mais tarde retomados em A Arte da Guerra. (VIVANTI:2008:11)<sup>79</sup>

Um comentário importante para explorarmos como a relação dos *Orti Oricellari* com a tradição republicana é desenvolvida nos “*Discorsi*” é o de Quentin Skinner: ao comentar sobre a influência desse contexto intelectual no trabalho de Maquiavel o autor salienta o aspecto artístico e literário do ambiente que nos interessa, mas enfatiza como o teor das discussões políticas que eram travadas se assemelham com diversas motivações e reflexões dos “*Discorsi*”. Como coloca Skinner:

No entanto, é evidente que, de um modo geral, os debates mais intensos nos Orti giravam em torno da política. Como recordaria depois em seus Diálogos um dos participantes dessas reuniões, Antonio Brucioli, ali se discutia incessantemente o destino dos regimes republicanos – como chegaram a alcançar a grandeza, como conservam as liberdades que lhe são características, como entram em declínio e se corrompem e como finalmente atingem o ponto inevitável do colapso. (SKINNER 1981:80)<sup>80</sup>

A partir da menção aos Diálogos de Antonio Brucioli podemos constatar como a espinha dorsal da abordagem da corrupção que se desenvolve nos “*Discorsi*” e em outros momentos do pensamento maquiaveliano era assunto central nos encontros no *Orti Oricellari*. Podemos dizer que as principais preocupações que estão envolvidas nos “*Discorsi*” são expressas nesse trecho recuperado por Skinner. A preocupação com os rumos políticos de Florença, que apontavam para uma decadência, permeia o contexto intelectual e cultural da época e se traduz como poderosa filosofia política através da obra de Maquiavel que é oriunda desse cenário.

São nos anos em que Maquiavel está frequentando o Orti Oricellari que ele escreve os “*Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*”, e mais do que isso, Maquiavel tem a oportunidade de debater suas ideias com uma plateia que buscava novas formas de se compreender o mundo. Esse lugar de encontro da literatura e da política foi decisivo para a construção não só dos “*Discorsi*”, mas também da “*Arte da*

---

<sup>79</sup> VIVANTI, Corrado. *Nicolau Maquiavel nos tempos da política*. Martins Fontes. 2016 página 100

<sup>80</sup> SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Editora Brasiliense. 1988. Página 80

*Guerra*”, obra que Maquiavel redigiu no mesmo período e pôde discutir nesse contexto intelectual.

Inclusive, a “*Arte da Guerra*” é uma obra escrita na forma de diálogo, que trata sobre a corrupção do sistema militar italiano, nela é apresentada uma conversa travada entre um capitão mercenário e um grupo de intelectuais tendo como cenário os jardins do *Orti Oricellari*, que mais uma vez coloca em foco a preocupação sobre como organizar a vida civil através dos exemplos antigos que demonstraram a capacidade de conservar suas instituições e fundamentalmente sua liberdade.<sup>81</sup>

Minha intenção ao mencionar o contexto de produção, e as motivações teóricas do contexto intelectual de duas das obras mais importantes de Maquiavel é apontar no registro filosófico em que esses textos são construídos para o afastamento da noção de um conhecimento marcado pela rigidez escolástica. É na interseção renascentista entre as artes, a literatura e a filosofia, que se debruçam sobre um mundo em crise, que podemos situar alguns dos elementos fundamentais para a construção da filosofia de Maquiavel que se ancora no humanismo e no republicanismo<sup>82</sup>.

Como argumenta Claude Lefort é imprescindível para a compreensão dos “*Discorsi*” que estejamos atentos para sua referência constante a teorias e eventos conhecidos, assim como para o uso que Maquiavel faz da linguagem humanista para abandonar os paradigmas medievais reconhecendo seu caráter inovador.<sup>83</sup>

Newton Bignotto afirma que se a referência a repúblicas do passado é fundamental para o a construção do texto de Maquiavel, não podemos perder de vistas como são problemas específicos de Florença que mobilizam a reflexão na obra.<sup>84</sup>

Segundo o autor, o projeto intelectual de Maquiavel e de sua geração era reencontrar o vigor inicial dos primeiros tempos de república e “*devolver a sua cidade natal o esplendor de um regime que vivia uma longa agonia desde o dia em que as*

---

<sup>81</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *A arte da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2006

<sup>82</sup> Ver. BARON, H. *The crisis of the Early Italian Renaissance*. Princeton: Princeton University Press, 1966 (2ª edição); LEFORT, C. *Le travail de l'oeuvre Machiavel*. Paris: Gallimard, 1972; POCOCK, J. G. A. *The Machiavellian moment*. Princeton: Princeton University Press, 1975.

<sup>83</sup> LEFORT, Claude *Le Travail de l'oeuvre*. Paris, Gallimard. 1972

<sup>84</sup> BIGNOTTO, Newton. *Introdução* In: MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007 página 38

*antigas instituições republicanas foram desmanteladas pela política agressiva da casa dos Médicis*".<sup>85</sup>

Bignotto sinaliza para uma forte conexão entre as motivações teóricas de Maquiavel e a busca pelos meios de se reestabelecer um ideal republicano que foi corrompido em Florença. Isso nos ajuda a situar os *"Discorsi"* no horizonte que estamos mirando, como uma obra que tem como pergunta principal a possibilidade de se organizar uma república corrompida, através da inspiração num exemplo antigo de república que conseguiu retardar esse processo.

São vários os momentos no texto em que Maquiavel toma como objeto a possibilidade de Florença se reconectar com sua origem republicana. Como coloca Bignotto: *"Talvez esse tenha sido o sonho secreto do escritor. Confiante na qualidade do povo florentino e em seu amor pela liberdade, nunca deixou de esperar o retorno de uma república popular em sua pátria."*<sup>86</sup>

Um artigo que nos ajuda a posicionar de forma criteriosa o pensamento de Maquiavel na esteira do republicanismo é intitulado *"Maquiavel, a república e o desejo por liberdade"*<sup>87</sup> de Helton Adverse. Segundo o autor, os trabalhos de Hans Baron, Skinner, Pocock e Lefort foram determinantes para a consolidação do vínculo entre Maquiavel e a tradição republicana.<sup>88</sup> Partindo desse consenso Adverse aponta para a possibilidade de compreender a especificidade do republicanismo de Maquiavel dentro desse debate, que é justamente ser um republicanismo "não consensual", baseado no conflito e marcado pela instabilidade.

Sobre o debate entre os comentadores citados por Adverse, ele se posiciona da seguinte maneira em relação as diferentes concepções sobre o vínculo de Maquiavel com o republicanismo:

Sendo assim, alguns, como Skinner e Pocock, defendem uma espécie de leitura continuísta da obra de Maquiavel que a situa em um

---

<sup>85</sup> BIGNOTTO, Newton. *Introdução* In: MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007 página 39

<sup>86</sup> BIGNOTTO, Newton. *Introdução* In: MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007 página 40

<sup>87</sup> ADVERSE, Helton. *Maquiavel, a república e o desejo por liberdade*. Trans\Form\Ação, vol. 30, nº 2, 2007

<sup>88</sup> ADVERSE, Helton. *Maquiavel, a república e o desejo por liberdade*. Trans\Form\Ação, vol. 30, nº 2, 2007

movimento de retomada e reelaboração do republicanismo clássico que tem seu início na Idade Média. Evidentemente, a originalidade de Maquiavel é, nessa perspectiva, se não apagada, bastante mitigada. Por outro lado, Lefort apresenta uma interpretação muito distinta, enfatizando o caráter conflitivo da vida cívica, o que significa conceder grande importância à teoria maquiaveliana dos "humores" que perturbam a ordem política. É o modelo de uma "sociedade democrática" que Lefort encontra em seus textos e que confere a eles um raro vigor, uma força explicativa da qual a filosofia política não deve abrir mão se deseja pensar a política na atualidade.<sup>89</sup> (ADVERSE: 2007)

Levando em conta essas duas formas de compreender os laços de Maquiavel com o republicanismo podemos dizer que a nossa perspectiva teórica nos direciona para uma aproximação da perspectiva *lefortina* e para a corroboração do argumento de Adverse. É a partir da noção de instabilidade fundamental que a noção de corrupção pode contribuir para a investigação da obra de Maquiavel e seus principais conceitos, como promover uma nova noção de república que abre novos caminhos para a compreensão da filosofia política.

O que há de mais relevante ao associar o pensamento de Maquiavel ao republicanismo clássico é enfatizar a ideia de que a participação dos cidadãos nas atividades cívicas é uma condição inexorável para a realização de uma organização institucional na qual o poder é exercido pelos membros da comunidade, característica fundamental da república. Na segunda perspectiva o que há de mais essencial é destacar *“o caráter agônico da vida civil, a “indissociável sociabilidade” que une e separa os homens vivendo em um regime político marcado pelas incessantes confrontações das forças sociais”*.<sup>90</sup>

Como salienta Adverse é importante ponderar as nuances entre as duas perspectivas, mesmo que nosso caminho passe por adotar a chave de leitura lefortiana, pois como iremos argumentar mais à frente é o conceito de corrupção que articula as relações entre o conflito, a liberdade e a república através da teoria dos humores, situando a participação dos cidadãos na vida pública como um dos

---

<sup>89</sup> ADVERSE, Helton. *Maquiavel, a república e o desejo por liberdade*. Trans\Form\Ação, vol. 30, nº 2, 2007

<sup>90</sup> ADVERSE, Helton. *Maquiavel, a república e o desejo por liberdade*. Trans\Form\Ação, vol. 30, nº 2, 2007

caminhos para que uma república possa se organizar frente a um cosmos fundamentalmente instável:

Em suma, teríamos, de um lado, um republicanismo "institucional", na perspectiva do qual a lei e a ordem são não somente os efeitos mas o âmbito próprio da liberdade e, de outro lado, um republicanismo "conflitivo" em que a sociedade é essencialmente aberta e o espaço público para a ação livre é concebido em sua instabilidade estrutural; nesse caso, mais do que a ocasião da liberdade, as instituições republicanas são constantemente relançadas por ela.<sup>91</sup> (ADVERSE: 2007)

O que queremos apresentar através dessas menções ao argumento de Adverse são alguns objetos teóricos importantes para a tradição de comentadores que serão articulados em nossa tese através do conceito de corrupção, como essa dinâmica que constantemente altera as instituições da república, o que abre espaço para a discussão da refundação, assim como dessa dinâmica conflitiva que responde à teoria dos humores que iremos destrinchar adiante.

Depois de falar um pouco sobre esses elementos valiosos que extrapolam a leitura do texto em si, podemos apontar com precisão para a nossa via de entrada na abordagem do texto: estamos partindo do pressuposto de que a corrupção da república é o conceito central que articula o desenvolvimento da obra, sua conexão com o contexto intelectual do republicanismo, e com a estrutura do pensamento maquiaveliano.

Só com os passos seguintes da análise poderemos justificar nossas ideias, e situar Maquiavel como o grande teórico da corrupção destacando a centralidade e a funcionalidade argumentativa que essa ideia possibilita diante do desafio de compreender os desdobramentos de sua reflexão, a conexão com outros textos, e a dimensão de seu impacto na história do pensamento ocidental.

Apontando para a mesma direção que estamos circunscrevendo, através dos espaços teóricos que estamos explorando, Felix Gilbert comenta em sua obra *“Machiavelli and Guicciardini Politics and History in Sixteenth Century Florence”*<sup>92</sup>

---

<sup>91</sup> ADVERSE, Helton. *Maquiavel, a república e o desejo por liberdade*. Trans\Form\Ação, vol. 30, nº 2, 2007

<sup>92</sup> GILBERT, Felix. *Machiavelli and Guicciardini – Politics and History in Sixteenth Century Florence*. Princeton University Press. 1965

sobre as intenções teóricas de Maquiavel em relação aos “*Discorsi*” destacando a busca pelas condições de uma boa república como a principal motivação do texto.

O argumento de Gilbert se apoia em uma comparação dos “*Discorsi*” com “*O Príncipe*”. O autor aponta para a lógica argumentativa que sustenta cada uma das obras<sup>93</sup>, para desenvolver a ideia de que uma das principais preocupações de Maquiavel é fornecer uma teoria capaz de orientar a busca pelas melhores condições para se organizar a vida pública, ou em outras palavras, evitar sua ruína.

Através da comparação entre as duas obras, Gilbert alça a preocupação de Maquiavel sobre as estratégias de se manter um corpo político organizado como a preocupação fundamental de sua filosofia<sup>94</sup>. Enquanto no “*Príncipe*” Maquiavel desenvolve respostas teóricas para a conservação de um principado, nos “*Discorsi*”, essas mesmas respostas teóricas estão voltadas para a conservação da república. A diferença fundamental entre as obras passaria então pelo regime que cada uma toma como objeto, mas ambas estariam à serviço de uma pergunta essencial para Maquiavel, que seria a compreensão da corrupção, para poder evitá-la através de saídas institucionais.

A forma como vamos considerar a visão geral de Gilbert sobre os “*Discorsi*” de Maquiavel se desenvolve a partir da compreensão de que a busca pelas condições de manutenção de uma boa república nada mais é que uma busca pelas condições que permitem uma república evitar seu processo de corrupção. Como se a busca pelos melhores meios de conquista e manutenção de um corpo político que marca a lógica argumentativa do “*Príncipe*” já apontasse para uma preocupação central em relação ao processo de corrupção que é aprofundada nos “*Discorsi*” e referenciada exclusivamente à república.<sup>95</sup>

Como coloca o próprio Maquiavel no capítulo II do “*Príncipe*” corroborando com a tese de Gilbert que estamos utilizando, “*o fio da urdidura*” de sua argumentação no

---

<sup>93</sup> GILBERT, Felix. *Machiavelli and Guicciardini – Politics and History in Sixteenth Century Florence*. Princeton University Press. 1965 página 106

<sup>94</sup> GILBERT, Felix. *Machiavelli and Guicciardini – Politics and History in Sixteenth Century Florence*. Princeton University Press. 1965 página 106

<sup>95</sup> GILBERT, Felix. *Machiavelli and Guicciardini – Politics and History in Sixteenth Century Florence*. Princeton University Press. 1965 página 106



Príncipe e nos Discorsi se assemelha, se trata de uma busca pelos meios de conservação dos corpos políticos:

Não tratarei aqui das repúblicas porque em outro momento, discorri, longamente sobre o assunto.<sup>96</sup> Ocuparme-ei somente dos principados e, tecendo os fios da urdidura antes indicada, discutirei de que forma podem ser governados e mantidos.<sup>97</sup> (MAQUIAVEL: 2001:7)

Seguindo a esteira das abordagens de Skinner e Gilbert podemos traçar um primeiro caminho de aproximação do texto que destaca seu tema principal como a corrupção da república, o interesse central é mapear as formas de retardar um processo que parece inevitável.

Essa ideia situa de forma muito organizada as motivações do nosso percurso. É por essa via que vamos analisar o pensamento maquiaveliano, apoiados na ideia de que o elo entre esses argumentos passa por uma compreensão mais aprofundada do que está em jogo no processo de decadência de um corpo político.

Na mesma direção, Skinner, no capítulo de sua obra *“Maquiavel”* chamado *“Os meios para se alcançar a grandeza”*, aponta para a pergunta central da obra, que segundo ele é: como Roma alcançou tamanha grandeza, quais foram seus métodos?<sup>98</sup>

Para Skinner, Maquiavel encara essa pergunta como uma questão prática, que endossa a tese humanista de que qualquer pessoa que considere a vida política de qualquer tempo irá perceber que todos as cidades e todos os povos têm os mesmos desejos e as mesmas características, nesse sentido, aqueles que examinarem os eventos passados podem prever certas coisas futuras e aplicar remédios utilizados pelos antigos. Ou seja, se pudermos descobrir como Roma evitou a corrupção poderíamos repetir algumas decisões.<sup>99</sup>

Essa asserção de Skinner é muito valiosa para corroborar com nosso percurso já que estamos investigando Maquiavel como um autor que presencia a corrupção de

---

<sup>96</sup> Discorsi

<sup>97</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2001 página 7

<sup>98</sup> SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Editora Brasiliense. 1988. Tradução Maria Lúcia Montes. Página 83

<sup>99</sup> SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Editora Brasiliense. 1988. Tradução Maria Lúcia Montes. Página 83

sua cidade e busca soluções filosóficas para compreender essa situação através do estudo do passado.

Da mesma forma, estamos investigando um problema da vida pública, que faz parte da vida contemporânea utilizando uma reflexão renascentista sobre esse tema. É muito importante demarcar como a pergunta destacada por Skinner se relaciona fundamentalmente com uma pergunta sobre a corrupção. Foi a Roma republicana que contou com mecanismos para proporcionar sua duração no tempo.

Outro autor que não pode deixar de ter seu argumento mencionado em relação à centralidade da corrupção da república na obra de Maquiavel é John Pocock.

Para ele, a relação que o texto de Maquiavel estabelece com o passado romano é dinâmica e leva em conta a república tanto como ideal, quanto como história, ou seja, leva em conta uma forma de governo que leva o nome de república e é defendida como a melhor forma de se enfrentar a corrupção, e também com a noção de bem comum que na época de Maquiavel passa a ser associada com a ideia de república, mas que na tradição inglesa poderia ser usada para se referir a qualquer corpo político, mesmo uma monarquia.<sup>100</sup>

Acompanhamos a ideia de Pocock de que a relação que Maquiavel estabelece com o republicanismo é essencial para compreender suas intenções nos *“Discorsi”*, por isso, para deixar mais precisa ainda nossa abordagem podemos dizer que mais do que uma obra sobre a ideia de corrupção em geral, ou diferentemente de Políbio, que estudou a corrupção numa perspectiva naturalista, avaliando seus impactos sobre diversas formas de regime, o tema por excelência dos *“Discorsi”* é a corrupção da república.

Compreender a corrupção da república é o caminho teórico tomado por Maquiavel, e se torna importante para o encadeamento da nossa argumentação situar esse pressuposto que estamos adotando, apoiados no debate com a tradição. É no desequilíbrio entre os cidadãos, e os humores de uma república que várias das noções maquiavelianas sobre o comportamento humano podem ser mobilizadas para compreender as crises políticas que as instituições atravessam.

---

<sup>100</sup> POCOCK, J.G.A *The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republic Tradition*. Princeton University Press, 1975 página 144

Essa escolha teórica de Maquiavel por dedicar uma obra ao estudo da corrupção da república é coerente com a ideia apresentada em diversos momentos de sua obra de que a república é mais mutável, tem mais vida<sup>101</sup>, e portanto, ao mesmo tempo que apresenta mais desafios para sua compreensão, torna mais preciso um estudo que parte da ideia polibiana de que a corrupção se relaciona justamente com as variações inevitáveis e a instabilidade que caracterizam cada regime. Em outras palavras, para melhor compreender os processos de variação, instabilidade e decadência por que não tomar como objeto o regime que é mais dinâmico e mais cambiante nesse sentido já que a corrupção afeta a todos eles?

É com o olhar voltado para a novidade que o pensamento de Maquiavel nos oferece, do ponto de vista da corrupção da república, que vamos pautar nossa investigação demarcando os ganhos teóricos que as escolhas de Maquiavel nos possibilitam.

As diferentes perspectivas dos autores que mencionamos até aqui podem ser interpretadas como diferentes modulações da ideia central de que o tema fundamental dos *“Discorsi”* é uma reflexão sobre o que permite uma república durar no tempo; é uma obra que se constitui como uma busca filosófica pelos elementos que estão em jogo na vida política que podem desencadear o crescimento e o declínio de um povo. Esse movimento histórico que vai da ruína à grandeza e da grandeza à ruína tem uma lógica de funcionamento que só pode ser esclarecida a partir da noção de corrupção.

Voltando ao artigo de Adverse, ele pondera que *“uma análise do republicanismo de Maquiavel tem de enfrentar os dois pontos destacados em cada uma das correntes interpretativas: o institucional e o conflitivo”*<sup>102</sup>. Para ele a noção que permite articulá-los é a de liberdade. E para estabelecer essa articulação o autor volta sua atenção para a teoria dos humores em Maquiavel. Esse é o caminho sugerido pelo intérprete que vamos adotar para dar o passo em direção à próxima seção.

A partir de uma exposição de como será nossa via de entrada na interpretação dos *“Discorsi”*, daremos o passo em direção à teoria dos humores, em seguida, em

---

<sup>101</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2001 página 24

<sup>102</sup> ADVERSE, Helton. *Maquiavel, a república e o desejo por liberdade*. Trans\Form\Ação, vol. 30, nº 2, 2007

direção à liberdade, dando continuidade ao posicionamento do conceito de corrupção que estamos propondo ao longo da leitura desenvolvida.

É importante mencionar o trabalho de José Luiz Ames, mais um autor que pode nos ajudar já que corrobora com a validade argumentativa desse percurso adotado por Adverse que estamos adotando. Esse caminho nos leva da teoria dos humores à concepção de liberdade, a partir da ideia de que a instabilidade fundamental da vida política e seu caráter conflituoso posicionam a corrupção como um problema fundamental do texto de Maquiavel.

Cito um trecho da reflexão de Ames contido em seu artigo *“Liberdade e conflito – o confronto dos desejos como o fundamento da liberdade em Maquiavel”*<sup>103</sup> :

Maquiavel, para estabelecer sua compreensão de liberdade, parte da análise dos humores: a oposição dos desejos que mobilizam os homens para a obtenção de objetivos conflituais. Esta busca de um bem que não tem como ser dividido equitativamente dá origem a uma concorrência geral entre os homens e, por conseguinte, entre as forças políticas.<sup>104</sup> (AMES: 2009)

Essa concorrência entre as forças políticas, que é apontada por Ames como fruto de uma condição conflituosa natural, é justamente a dinâmica da república que pode desequilibrar a disputa entre as forças e desencadear sua corrupção, o que, como vamos constatar, significa extinguir a possibilidade da república se reordenar através da ação de seus cidadãos. É quando o povo se desloca fundamentalmente de seu papel de guardião de liberdade como Maquiavel analisa no livro V do capítulo I dos *“Discorsi”*<sup>105</sup>. Vamos voltar a esse ponto de forma mais detalhada.

Até aqui consideramos justificadas as razões para considerar os *“Discorsi”* como uma obra que trata sobre a corrupção de república, e como sua investigação se desdobra em relação às vertentes do republicanismo.

Nossa ideia é a de que o conceito de corrupção nos permite compreender tanto o interesse de Maquiavel pelas soluções institucionais da república diante desse

---

<sup>103</sup> AMES, José Luiz. *“Liberdade e Conflito: o confronto dos desejos como fundamento da ideia de liberdade em Maquiavel”*, *Kriterion*, nº 119, 2009.

<sup>104</sup> AMES, José Luiz. *“Liberdade e Conflito: o confronto dos desejos como fundamento da ideia de liberdade em Maquiavel”*, *Kriterion*, nº 119, 2009.

<sup>105</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007

problema, quanto o interesse de Maquiavel por uma condição inexorável da convivência humana que é a disputa, o conflito. Ou seja, o conceito de corrupção nos permite compreender aspectos de ambas as correntes de interpretação do seu republicanismo. Articula a capacidade do pensamento de Maquiavel de buscar soluções para um problema aparentemente insuperável.

É só a partir da noção que o conflito está no cerne da vida política republicana, e que ela sempre pode se desorganizar, que podemos considerar em posse de um pressuposto realista para uma investigação que busca soluções institucionais para as relações humanas, dentro de uma cidade, não prejudicarem o interesse público, o bem comum, e o “*vivere civile*” (participação ativa na vida pública).

Para dar sequência ao nosso argumento vamos agora voltar a atenção para o significado filosófico da teoria dos humores justificando a relevância dessa ideia para o nosso percurso.

## 2.2 A teoria dos humores e a corrupção

Uma das noções fulcrais para se compreender o pensamento de Maquiavel não só nos “*Discorsi*”, mas que estrutura grande parte do seu raciocínio sobre as relações sociais é o conceito de humor<sup>106</sup>, a ele diz respeito essas características comuns a todos os tempos que torna o percurso teórico de Maquiavel inovador e frutífero. Cito, para dar um exemplo, uma das famosas formulações dessa ideia contida no *Príncipe*:

Pois, em todas as cidades existem esses dois humores diversos, que nascem da seguinte razão: o povo deseja não ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo; desses dois apetites opostos, nasce nas cidades um dos três efeitos: principado, liberdade ou licença.<sup>107</sup> (MAQUIAVEL: 2001:45)

É muito importante destacar como Maquiavel deixa claro que a estrutura política de uma cidade, toda sua forma institucional é uma consequência da interação entre apetites opostos, o que confere centralidade à compreensão desses desejos e seus conflitos<sup>108</sup>.

A configuração do corpo político e todas suas possibilidades de desenvolvimento e decadência são determinadas pelo modo através do qual esses humores antagônicos interagem.

Como comenta Adverse, corroborando com a nossa leitura sobre a mesma formulação da teoria dos humores que citamos de Maquiavel, é a partir da interação entre esses desejos opostos que um corpo político tem o cerne de suas disputas determinadas, e conseqüentemente uma organização institucional que delas deriva, ou, a elas responde:

---

<sup>106</sup> “São inúmeras as referências na obra de Maquiavel aos desejos (ou “humores”) opostos que constituem a dinâmica pulsional de toda civiltà. Vale destacar, porém, três delas: a primeira, no capítulo IX de *O príncipe*; a segunda, no capítulo 4 do livro I dos *Discursos* sobre a primeira década de Tito Lívio;<sup>6</sup> e a última no capítulo 1 do livro III da *História de Florença*.” In: ADVERSE, Helton. *Maquiavel, a república e o desejo por liberdade*. Trans/Form/Ação, vol. 30, nº 2, 2007

<sup>107</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2001 página 45

<sup>108</sup> Do ponto de vista polibiano era a “Constituição” própria de cada regime que determinava toda a vida que dele deriva, no caso de Maquiavel é o modo específico através do qual esses humores interagem que resultará numa forma institucional específica.

A ordem política na cidade será definida então a partir da oposição entre os desejos que animam seus cidadãos. Essa passagem me permite fazer duas considerações que creio relevantes para situarmos o problema do republicanismo de Maquiavel: a primeira diz respeito à natureza dos humores; a segunda ao efeito de seu confronto.<sup>109</sup> (ADVERSE: 2007)

Dois pontos levantados por Adverse devem ser destacados aqui para começarmos a trazer para análise as possibilidades oferecidas pelo conceito de corrupção: a natureza dos humores, e o efeito de seu confronto.

Esses dois elementos apontados como cruciais para se compreender o republicanismo de Maquiavel se articulam da seguinte maneira em torno da corrupção: dada a natureza dos humores, seu efeito é um conflito estrutural que aponta para uma condição fundamental de qualquer político, que é a possibilidade desse confronto desorganizar todas as instituições da república que, tem sua função orientada para a preservação da liberdade e a manutenção de uma ordem que estrutura o interesse público.

No que diz respeito à natureza dos humores, podemos dizer que são inconciliáveis, e como descreve Ames, a noção de humor em Maquiavel é fundamentalmente desmesurada e absoluta<sup>110</sup>. O que Ames ajuda a perceber é que as boas condições institucionais, que podem evitar o colapso da vida civil, se relacionam com a capacidade das instituições de absorver um conflito inexorável. O ponto de partida para a organização de uma república afastada da corrupção é considerar essa condição humana conflitiva, “absoluta e desmesurada” e estruturar as instituições a partir desse dado.

O artigo<sup>111</sup> de José Luiz Ames no qual estamos nos apoiando é muito relevante para situarmos uma compreensão precisa sobre como opera a noção de humor dentro da obra de Maquiavel, e que corrobora com o nosso percurso, assim como com os apontamentos de Adverse.

---

<sup>109</sup> ADVERSE, Helton. *Maquiavel, a república e o desejo por liberdade*. Trans/Form/Ação, vol. 30, nº 2, 2007

<sup>110</sup> AMES, José Luiz. “*Liberdade e Conflito: o confronto dos desejos como fundamento da ideia de liberdade em Maquiavel*”, *Kriterion*, nº 119, 2009.

<sup>111</sup> AMES, José Luiz. “*Liberdade e Conflito: o confronto dos desejos como fundamento da ideia de liberdade em Maquiavel*”, *Kriterion*, nº 119, 2009

Nesse texto Ames ressalta como esses desejos antagônicos que compõe a teoria dos humores podem levar à ruína da vida em comum. Por um lado a dominação total, e por outro lado a liberdade plena;<sup>112</sup> a natureza desmedida da relação entre os humores e seu aspecto inconciliável delimitam espaços para compreendermos por onde passa a desintegração de uma ordem e seus valores, pelo desequilíbrio entre essas forças, que tem como principal efeito colocar em risco o interesse público, ou a possibilidade de uma vida coletiva organizada a partir de parâmetros capazes de durar no tempo ao conseguir se adequar às necessidades históricas geradas pelo conflito dos humores. Como comenta Ames:

Cada um persegue uma finalidade própria cuja realização plena será a ruína de toda vida coletiva. Boas instituições e boas leis asseguram a liberdade na medida em que forem capazes de impedir que grandes ou povo consumam seu desejo ou que abandonem seu desejo próprio para assumir o do outro.<sup>113</sup> (AMES: 2009)

Ainda explorando os dois pontos levantados por Adverse, no que diz respeito aos efeitos do confronto entre os humores para o corpo político, podemos situar justamente essa possibilidade constante de desequilíbrio entre as forças, que colocaria o interesse público em segundo plano resultando na desintegração de um dos pilares que compõe uma república.

A teoria dos humores está no núcleo do desenvolvimento teórico que perpassa toda a obra do filósofo florentino, e funciona como uma descrição de dois desejos fundamentais, que estão em conflito em qualquer corpo político, o desejo de ser livre e o desejo de dominar, esses são os dois desejos antagônicos, desmesurados, absolutos, inconciliáveis que caracterizam as relações políticas para Maquiavel. É importante destacar que esses desejos não tem o mesmo objeto, são desejos por dominação e por liberdade. E a oposição que essa lógica conflitiva determina acaba estabelecendo o funcionamento da vida pública de um corpo político.

Como comenta Adverse:

Podemos ver então que o desejo de não ser dominado está longe de poder ser reduzido ao negativo do desejo de dominar, como se

---

<sup>112</sup> AMES, José Luiz. “*Liberdade e Conflito: o confronto dos desejos como fundamento da ideia de liberdade em Maquiavel*”, *Kriterion*, nº 119, 2009.

<sup>113</sup> AMES, José Luiz. “*Liberdade e Conflito: o confronto dos desejos como fundamento da ideia de liberdade em Maquiavel*”, *Kriterion*, nº 119, 2009.



tratasse de A e não-A. Caso se tratasse de uma contrariedade absoluta, a dinâmica política se encerraria uma vez afirmado um dos desejos, ao passo que Maquiavel nos diz algo diferente: as inimizades entre povo e plebe perduraram enquanto Roma alcançava sua grandeza. É porque não há contrariedade absoluta que os dois desejos podem então se afirmar e os conflitos manter rigorosa a vida política. Mas isso não quer dizer que um desejo possa se afirmar independentemente do outro: eles remetem um ao outro indefinidamente.<sup>114</sup> (ADVERSE: 2007)

Essa oposição entre a dominação e a liberdade, que é característica fundamental de qualquer corpo político, essa instabilidade gerada pelo conflito entre povo e grandes, nos direciona para a investigação de como Roma lidou bem com essa condição, e a resposta para isso sugerida por Maquiavel é a de que Roma foi capaz de ir mantendo sempre sua busca por novos modos e ordenações através de como esse conflito se desencadeava historicamente. Essa é a melhor condição para se adaptar a um ambiente fundamentalmente instável tal como uma república livre. É esse o caminho de Maquiavel.

O que está no núcleo da teoria dos humores é a ideia de que todo corpo político é fundamentalmente cindido, com outras palavras, só existe política onde há conflito. É muito importante para o nosso percurso destacar a importância teórica desse argumento. A ideia de que o que está por trás da organização das instituições de qualquer corpo político é a busca pelos meios de se organizar um conflito insuperável, que determina a relação entre os desejos dos cidadãos, coaduna com a ideia de que o desafio do corpo político de lidar com a corrupção é constante, ou seja, a instabilidade fundamental do “*cosmos político*”<sup>115</sup> de Maquiavel deve ser interpretada a partir da noção de humor.

Como salienta Parel, existe uma influência das ideias da teoria médica de Hipócrates que propõe que a unidade pode surgir a partir da interação de opostos e que a satisfação dos humores pode ter um efeito benéfico no organismo como um todo.<sup>116</sup> Considero importante destacar essa influência já que do ponto de vista

---

<sup>114</sup> ADVERSE, Helton. *Maquiavel, a república e o desejo por liberdade*. Trans\Form\Ação, vol. 30, nº 2, 2007

<sup>115</sup> PAREL, J. Anthony *The Machiavellian Cosmos*. Yale university press. New Heaven and London. 1992.

<sup>116</sup> PAREL, J. Anthony *The Machiavellian Cosmos*. Yale university press. New Heaven and London. 1992.

filosófico estamos diante da afirmação de que o conflito e a instabilidade são realidades da vida política que se impõe, e não podemos ignorar se o intuito é compreender sua natureza e funcionamento.

Nesse sentido, a originalidade de Maquiavel passa também por uma compreensão de que o melhor modo de se enfrentar a corrupção é compreender a natureza conflitiva da vida e propor soluções a partir desse dado, tal como fez Roma ao lidar com os impasses que opunham patrícios e plebeus. A melhor forma para que essa república se desenvolvesse não era eliminando esse conflito, mas fornecendo as melhores condições institucionais para que ele possa acontecer de modo a satisfazer de alguma forma os humores.

Nossa ideia é a de que muitas das respostas e das interpretações de diversos momentos históricos e transformações devem necessariamente passar pela compreensão dos desejos e apetites que guiaram as ações humanas em cada contexto, elas apontam para o cerne das disputas políticas que fazem parte da história de qualquer povo.

É preciso destacar por onde passa a relação que se estabelece entre a ideia de corrupção e a teoria dos humores para que fique cada vez mais claro como o recorte que escolhemos para estudar o pensamento de Maquiavel se justifica, ou em outras palavras, como a noção de corrupção nos possibilita compreender elementos clássicos já conhecidos da filosofia de Maquiavel, e abre novas possibilidades teóricas como a que estamos tentando explorar pela via antropológica, ou em palavras menos comprometedoras, por uma via que destaca o papel de uma condição humana insatisfeita e desejosa dentro da vida pública.

Mais do que isso, a corrupção se mostra como um conceito indispensável para a compreensão de grande parte da reflexão humanista sobre as possibilidades de se organizar instituições políticas sólidas, pautadas em valores republicanos, e capazes de proporcionar uma disputa entre os humores que aconteça da melhor forma possível, ou seja, preservando a liberdade das instituições, caracterizadas pelas deliberações públicas, e preservando o ideal humanista da participação cívica como um traço fundamental da república.

---

Todo esforço de se pensar a melhor forma de organizar uma república capaz de enfrentar a corrupção de uma maneira adequada deve passar pela compreensão prévia de que ela é conflituosa, cindida, mutável e composta por homens desejosos. É assim que afastamos o ideal falho e cientificista dos rumos da filosofia política a partir do século XIX que parecem acreditar na possibilidade de organizar uma sociedade perfeita a partir de uma ciência supostamente confiável.

É justamente isso que a noção de humor deixa bem claro, que em todo e qualquer corpo político existe uma disputa interna inconciliável entre os membros, que nunca pode ser completamente domada, que muitas vezes pode sair do controle, destruir as instituições, ou também, em casos como o romano, pode ser bem controlada e direcionada para o interesse público, se as instituições contarem com a capacidade de se adaptar a um cosmos instável, marcado pela ação da fortuna, ou seja, se contar com a capacidade de continuamente se reorganizar em função dos desequilíbrios e demandas gerados pelo conflito entre o povo e os grandes.

Diante desse cenário, no qual, existe uma instabilidade constante gerada por um conflito insuperável, que pode corromper e desequilibrar o corpo político, em função do pouco apego ao interesse público por parte da maioria das pessoas, a contribuição de Helton Adverse sobre o papel do povo diante de seu desejo por liberdade se torna fundamental de ser abordada.

No artigo *“Maquiavel, a república e o desejo por liberdade”* Adverse toma como seu principal objetivo entender qual é a natureza do desejo do povo e seu papel na vida política. Sua hipótese é a de que a função que Maquiavel atribui ao povo, o guardião da liberdade, exige a participação ativa do cidadão nos afazeres cívicos, sua inscrição no espaço público como agente político.<sup>117</sup>

Como falaremos mais à frente, é importante para Maquiavel pensar quais são os meios para que a disputa entre os humores aconteça pela via institucional e de forma ordenada e equilibrada. O equilíbrio entre a satisfação dos humores é uma das chaves para compreender filosoficamente as possíveis soluções práticas para enfrentar o processo de corrupção.

---

<sup>117</sup> ADVERSE, Helton. *Maquiavel, a república e o desejo por liberdade*. Trans/Form/Ação, vol. 30, nº 2, 2007

No capítulo de sua obra chamado “*A prevenção da corrupção*”<sup>118</sup>, Skinner argumenta que a configuração institucional, ou o tipo de regime de cada cidade não é suficiente para garantir que a liberdade seja preservada. Isso se deve ao fato de que “*em sua maioria, as pessoas continuam a se apegar mais às suas próprias ambições que ao interesse público, e nunca fazem nada de bom, a não ser por necessidade.*”<sup>119</sup>

É importante interpretar esse argumento como algo que aponta para uma tendência perpétua de cidadãos com excesso de poder, assim como grupos poderosos, venham a alterar o equilíbrio da constituição em favor de seus próprios fins egoístas e faccionalistas, plantando assim as sementes da corrupção e colocando a liberdade em risco.<sup>120</sup>

Se torna crucial para nosso percurso perceber como a condição cindida entre os interesses, que caracteriza qualquer corpo político, situa o problema da corrupção no núcleo da discussão política sobre como a sociedade se organiza e mantém suas estruturas.

O principal efeito dessa condição conflituosa para a qual a teoria dos humores aponta é lançar os regimes numa busca constante por ordenação e por meios de evitar que as coisas saiam do controle já que a ameaça é constante; segundo Mansfield, essa incessante busca por meios de canalizar os conflitos na direção do interesse público marcam as virtudes da política romana e se relacionam com os mecanismos institucionais que ela adotou diante dos humores que opunham patrícios e plebeus<sup>121</sup>.

Tanto no seu desenvolvimento republicano interno quando em sua expansão como uma potência imperial esses são fatores relevantes para entender porque Roma é um exemplo de um corpo político sólido e capaz de enfrentar a instabilidade natural da vida, e esses dois fatores se relacionam com os mecanismos adotados para lidar com os conflitos internos que permitiram retardar a decadência e a corrupção.

---

<sup>118</sup> SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Editora Brasiliense. 1988. Tradução Maria Lúcia Montes. Página 104

<sup>119</sup> SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Editora Brasiliense. 1988. Tradução Maria Lúcia Montes. Página 104

<sup>120</sup> SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Editora Brasiliense. 1988. Tradução Maria Lúcia Montes. Página 104

<sup>121</sup> MANSFIELS, Harvey. *Machiavelli's new modes and orders. A Study of the Discourses on Livy*. University of Chicago Press 1979. Página 31

Segundo Pocock, Maquiavel oferece duas hipóteses que explicam esses mecanismos adotados por Roma que seriam capazes de evitar a corrupção.

A primeira hipótese é a de que foi a desunião entre os humores que trouxe liberdade, estabilidade e poder à república romana, e a segunda hipótese é que fazer dos plebeus os guardiões da liberdade teve o efeito de transformar Roma em uma potência militar.<sup>122</sup>

Mansfield<sup>123</sup> destaca a capacidade romana de inovar e de se remodelar como uma característica muito valorizada no texto dos *“Discorsi”*. Enfoque que o próprio Maquiavel ressalta no prólogo do livro ao se comparar com os exploradores e navegadores que se lançam na aventura de construir algo novo através do diálogo com a tradição, e também em outros momentos do texto. Tentaremos deixar claro como a capacidade de renovação é um dos elementos centrais para atingirmos as conclusões de Maquiavel sobre o processo de corrupção.<sup>124</sup>

Seguindo essa mesma direção de Mansfield e Pocock, Skinner afirma que a única forma de fazer face a uma ameaça impossível de erradicar (a corrupção) é a constante vigilância. *“O preço da liberdade é a eterna vigilância”*<sup>125</sup>. Essa frase emblemática corrobora com a investigação que estamos levando a cabo por quatro motivos:

- a) Toma a corrupção como uma ameaça eterna;
- b) Toma a liberdade como o que de fato a corrupção ameaça;
- c) Toma a instabilidade como algo da natureza do corpo político
- d) Coloca a eterna vigilância como o caminho para as instituições.

Continuando seu argumento, Skinner afirma que é essencial aprender os sinais que indicam perigo, isso significa reconhecer o meio pelos quais os cidadãos

---

<sup>122</sup> POCOCK, J.G.A *The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republic Tradition*. Princeton University Press, 1975

<sup>123</sup> MANSFIELDS, Harvey. *Machiavelli's new modes and orders. A Study of the Discourses on Livy*. University of Chicago Press 1979. Página 31

<sup>124</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007

<sup>125</sup> SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Editora Brasiliense. 1988. Tradução Maria Lúcia Montes. Página 105

isolados ou os partidos políticos podem ser capazes de obter mais poder do que é seguro conferir-lhes. Além disso, é essencial que se crie um conjunto de leis e instituições especiais para lidar com tais contingências.<sup>126</sup>

No comentário de Skinner é importante perceber como a teoria dos humores permanece como uma importante âncora teórica que sustentará o percurso da nossa tese. Consideramos muito precisa a abordagem de Skinner sobre o que ele chama de “*prevenção da corrupção*”, o que estamos tentando mostrar é que diante do significado de corrupção que estamos construindo podemos retirar consequências importantes para as possíveis soluções das instituições diante dela.

As mais importantes são diagnosticar o desequilíbrio da interação dos humores, o que passa por perceber como o interesse público de um dado corpo político pode ser ameaçado por faccionalismos; além disso o texto sugere a possibilidade de contar com a criação de mecanismos institucionais para balancear a disputa em torno da liberdade e da dominação.

É importante demonstrar como as conexões que estamos estabelecendo acontecem no texto de Maquiavel. Para isso é importante recorrer ao capítulo IV dos “*Discorsi*”, no qual o filósofo já anuncia em seu título (“*A desunião entre a plebe e senado tornou livre e poderosa a república romana*”) como os conceitos que exploramos até aqui se encaixam na lógica do texto, confirmando a hipótese que estamos sustentando.

Já no título do capítulo a “*desunião*”, ou o conflito natural entre dois grupos que compõe o cenário político romano, é apontado como a causa fundamental da liberdade e do poder de Roma. Não pela natureza específica do conflito que opunha patrícios e plebeus. É importante interpretar essa afirmação de Maquiavel como um destaque para o fato de que foi como o conflito se desencadeou, e como ele foi enfrentado que determinam as condições favoráveis para a manutenção da liberdade.

Nesse capítulo do texto, Maquiavel se esforça para refutar a ideia de que Roma foi uma república essencialmente desorganizada, e marcada por tantos tumultos, que

---

<sup>126</sup> SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Editora Brasiliense. 1988. Tradução Maria Lúcia Montes. Página 105

foram a fortuna e a disciplina militar os únicos elementos responsáveis por seu sucesso.<sup>127</sup>

A ideia de Maquiavel é mostrar que os tumultos e as desordens atravessadas por Roma normalmente são lembrados só pelos estragos que eles geraram, que foram poucos, e não para os inúmeros momentos de reorganização que eles proporcionaram podendo equilibrar a satisfação dos humores. Maquiavel afirma que todas as leis em favor da liberdade surgem da desunião entre esses humores, é preciso deixá-los interagir e estimular a interação saudável entre eles, por aí passa a preservação da liberdade.<sup>128</sup>

Nesse trecho podemos ver outra formulação da teoria dos humores no texto de Maquiavel que contribui para o destaque que estamos dando sobre como esse conflito essencial pode contribuir para a criação de boas leis se acontecer num ambiente como o romano:

Direi que quem condena os tumultos entre os nobres e a plebe parece censurar as coisas que foram a causa primeira da liberdade de Roma e considerar mais as assuadas e a grita que de tais tumultos nasciam do que os bons efeitos que eles geravam; e não consideram que em toda república há dois humores diferentes, o do povo, e o dos grandes, e que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles, como facilmente se pode ver que ocorreu em Roma.<sup>129</sup> (MAQUIAVEL:2007:21-22)

Este é outro trecho fundamental desse capítulo que nos permite enfatizar como a teoria dos humores permite visualizar a importância dos conflitos romanos como elementos essenciais para a consolidação de um regime republicano capaz de durar no tempo:

porque os bons exemplos nascem da boa educação; a boa educação, das boas leis; e as boas leis, dos tumultos que muitos condenam sem ponderar: porque quem examinar bem o resultado deles não descobrirá que eles deram origem a exílios ou violências em desfavor

---

<sup>127</sup> “quero dizer algumas coisas contra a opinião de muitos, segundo a qual Roma foi uma república tumultuária e tão cheia de confusão que, se a boa fortuna e a virtú militar não tivessem suprido seus defeitos, ela teria sido inferior a qualquer outra república.” In: MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007 página 21

<sup>128</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007 página 21 - 22

<sup>129</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007 página 21 - 22

do bem comum, mas sim a leis e ordenações benéficas à liberdade pública.<sup>130</sup> (MAQUIAVEL:2007:22)

O exemplo histórico romano que Maquiavel utiliza para fundamentar sua tese de que o conflito entre as classes romana foi o principal fator para garantir boas leis, assim como sua liberdade é a criação dos tribunos da plebe.

No capítulo III Maquiavel mostra como o efeito dos inúmeros confrontos, tumultos e perturbações entre a nobreza e a plebe após a expulsão dos Tarquínios, foi a criação de uma das instituições mais importantes para a manutenção da liberdade, ou seja, um dos elementos institucionais mais fundamentais para se evitar a degradação dos ideias republicanos: os tribunos da plebe.<sup>131</sup> A ideia central é que são os conflitos que tem a capacidade de gerar boas leis se contarem com uma estrutura institucional adequada.

Nosso desafio agora é compreender o significado dessa garantia de liberdade, como isso se relaciona com a corrupção da república, ou em outras palavras porque a liberdade é o que de fato a corrupção ameaça, porque a manutenção da liberdade é a marca de uma república afastada da corrupção, e quais são os meios para se atingir essa conservação.

---

<sup>130</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007 página 21 - 22

<sup>131</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007 página 19-21



## 2.3 A liberdade e a corrupção

O conceito de liberdade no âmbito da discussão sobre a corrupção é um dos principais pontos para diferenciarmos a teoria de Maquiavel da de Políbio, assim como para assinalarmos a novidade que o pensamento maquiaveliano oferece para uma compreensão mais apurada do processo de corrupção da república, para uma melhor compreensão do que a corrupção de fato ameaça: a liberdade, sobre a qual os cidadãos que compõe um corpo político têm diferentes interesses e desejos; e sobre a qual o povo guarda uma responsabilidade fundamental no que diz respeito à sua manutenção através da participação ativa na administração da vida pública.

Para que possamos compreender como a reflexão em torno da corrupção nos ajuda a compreender o significado da liberdade dentro do republicanismo de Maquiavel adotamos o caminho de partir da instabilidade fundamental da política sinalizada pela teoria dos humores para justificar como essa condição aponta para a necessidade de se conservar a liberdade através da ação do povo como o caminho mais sólido para garantir o desenvolvimento de um corpo político afastado da corrupção.

Como mostramos na seção anterior os conflitos que desencadearam a criação dos tribunos da plebe tiveram como efeito principal o posicionamento do povo como responsável por um papel ativo diante do desafio de evitar o desequilíbrio entre os humores que causa o processo de corrupção. E esse papel do povo é justamente garantir a liberdade, garantir que o principal traço desse corpo político seja a participação popular nas deliberações, assim como garantir sua capacidade de absorver os conflitos entre os humores institucionalmente.

A criação dos tribunos da plebe permitiu ao povo uma fatia de poder necessária para desafogar sua ânsia por liberdade, sem desestruturar o lugar ocupado pela nobreza, que também se viu capaz de saciar sua vontade de dominação. Essa instituição foi capaz de favorecer a atuação do povo na vida pública fortalecendo um dos pilares do republicanismo de Maquiavel que é transferir para a ação do povo as condições de manutenção da liberdade.

Os tribunos da plebe posicionam o povo como “*guardiões da liberdade*”, usando as palavras de Maquiavel do capítulo V para se referir ao lugar conferido ao povo.<sup>132</sup> É a partir da possibilidade do povo participar da disputa institucional por poder, gerada pelos tribunos da plebe, que Roma encontra seus mecanismos para evitar que qualquer um desses desejos absolutos e desmesurados se sobressaia à ordenação civil. É esse o significado da manutenção da liberdade, e aqui se conecta a ideia de corrupção.

Adverse sinaliza em seu texto para o fato de que é papel do povo guardar a liberdade justamente porque seu desejo não é usurpá-la, e sim não ser dominado. É um desejo negativo. Cito:

O capítulo seguinte dos Discursos examina a questão: quem deve ser o guardião da liberdade, o povo ou os grandes? O bom senso aconselha a dar guarda de uma coisa àquele que tem menos desejo de dela se apoderar. Sendo assim, é ao povo que cabe a guarda da liberdade, uma vez que seu desejo é essencialmente o de não ser dominado, o que quer dizer – em termos positivos utilizados pelo próprio Maquiavel – que os plebeus (ignobili) têm “maior vontade de viver livres” (Maquiavel, 1993b, p. 83). Mas o que significa, praticamente, estar imbuído da tarefa de guardar a liberdade? No nível institucional, significa dispor de autoridade para, por meio de seus representantes, exercer importantes magistraturas e, no exercício dessas magistraturas, o povo não deverá visar a dominação.<sup>133</sup> (ADVERSE: 2007)

Esses argumentos sobre a liberdade nos direcionam para a ideia de que o significado do povo como guardião da liberdade é justamente um mecanismo que permite evitar a degeneração da república. É só com a participação ativa do povo nas deliberações públicas que uma república pode manter suas condições de preservação de uma ordem.

Como coloca o filósofo florentino: “*E os desejos dos povos livres raras vezes são perniciosos à liberdade, visto que nascem ou de serem oprimidos ou da suspeita de que virão a sê-lo.*”<sup>134</sup> Maquiavel destaca que o desejo de um povo livre sempre

---

<sup>132</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007 página 24

<sup>133</sup> ADVERSE, Helton. *Maquiavel, a república e o desejo por liberdade*. Trans/Form/Ação, vol. 30, nº 2, 2007

<sup>134</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007 página 23

nasce da ameaça de perder a liberdade em função da lógica que opõe esses desejos, sendo assim, o desejo do povo cumpre um papel muito importante na manutenção de uma república.

A possibilidade de realização do desejo do povo através das instituições é o principal mecanismo que mantêm vivo o funcionamento de uma república afastada da corrupção. Como atesta Maquiavel, os tribunos tiveram dois efeitos fundamentais que precisamos destacar para dar o passo em direção ao lugar que a liberdade ocupa em nossa reflexão sobre a corrupção, garantir a participação do povo na administração e garantir a liberdade:

E se os tumultos foram razão para a criação dos tribunos, merecem sumos louvores, porque, além de concederem a parte que cabia ao povo na administração, tais tribunos foram constituídos para guardar a liberdade romana.<sup>135</sup> (MAQUIAVEL:2007:23)

É sempre uma dinâmica entre as ideias de liberdade e corrupção dentro do texto que orientam a investigação de por que Roma pôde inspirar a organização institucional de outros tempos. Justamente por contar com mecanismos que colocam a liberdade no centro da vida pública que Roma pode fornecer lições sobre como evitar a degradação de uma república.

Corroborando com nossa inserção no tema, Skinner afirma que a experiência comprova que somente as cidades que estiveram em liberdade expandiram em termos de domínio e riqueza, isso resume a experiência romana e explica suas realizações. Nas cidades em que se estabelece uma tirania o desenvolvimento político e econômico não vai pra frente, pelo contrário.<sup>136</sup>

Essa leitura de Skinner sobre como Maquiavel enxerga a relação entre liberdade e corrupção é muito importante e sustentada por ampla base textual. Seguimos na direção de trazer para o centro da discussão sobre a corrupção a ideia de liberdade, capaz de justificar o interesse pela experiência romana, e capaz de deixar mais claro o que de fato é a corrupção da vida política de uma república, que passa por um desequilíbrio em relação a satisfação dos humores; em outras palavras,

---

<sup>135</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007 página 23

<sup>136</sup> SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Editora Brasiliense. 1988. Tradução Maria Lúcia Montes. Página 83

se o desejo do povo por liberdade não é saciado provavelmente o desenvolvimento de tal república será marcado por um faccionalismo, que corromperá a república com o tempo, destruirá o interesse público, e influenciará no funcionamento das instituições de modo negativo. Skinner nos ajuda a perceber que a forma corrompida de cada regime, como por exemplo, a tirania não é capaz de sustentar o desenvolvimento de nenhuma cidade<sup>137</sup>.

Esse pressuposto maquiaveliano indicado por Skinner é muito importante de ser destacado para o nosso percurso argumentativo. O que está em jogo é o conceito de corrupção diretamente conectado com a compreensão da ideia de liberdade e com a possibilidade da manutenção de uma ordem e crescimento das cidades, que só poderia ser realizada em uma república.

O republicanismo mais uma vez ganha destaque como importante elo conceitual para que possamos compreender a relação que estamos estabelecendo entre corrupção e liberdade.

A ideia de que o processo de destruição da vida política e a incapacidade de retomar os rumos da organização de uma cidade se relacionam com a destruição dos valores republicanos deve ser explorada para uma interpretação precisa dos “*Discorsi*”. É quando a participação do povo na vida pública em defesa da liberdade não é possível que podemos entender a lógica do processo que levou um regime político ao declínio.

O que a interpretação de Skinner nos permite visualizar é muito importante, no trecho a seguir, Skinner se utiliza de várias citações dos “*Discorsi*” para construir o argumento de que não é na monarquia e não é na tirania que encontramos os grandes exemplos antigos de desenvolvimento notável de uma cidade e superação do processo de corrupção:

Segundo Maquiavel, um estudo da história clássica revela que a chave para se entender as realizações de Roma reside em algo que pode ser resumido numa única frase. “A experiência demonstra que as cidades não se expandiram em termos de domínio ou riqueza exceto quanto estiveram em liberdade”. O mundo antigo oferece duas ilustrações particularmente notáveis dessa verdade geral. Em primeiro lugar, “é uma coisa maravilhosa considerar a grandeza que Atenas foi capaz de alcançar no espaço de uma centena de anos após ter-se

---

<sup>137</sup> SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Editora Brasiliense. 1988. Tradução Maria Lúcia Montes. Página 83

libertado da tirania de Psístrato”. Mas acima de tudo, é “muito maravilhoso observar a grandeza atingida por Roma depois que se libertou de seus reis”. Em compensação, “o oposto de todas essas coisas acontece naqueles países que vivem como escravos”. Pois, “tão logo uma tirania se estabelece em uma comunidade livre”, o primeiro mal que daí resulta é que tais cidades “não vão mais pra frente e não mais aumentam seu poder ou riqueza, mas na maioria dos casos – na verdade, sempre – vão pra trás. (SKINNER:83)<sup>138</sup>

Depois de mobilizar esses argumentos podemos dizer através de uma forma mais organizada porque a república é o melhor caminho para se investigar o processo de corrupção, e porque Maquiavel faz certas escolhas nessa obra em relação à abordagem do tema. Tendo mencionados esses aspectos podemos voltar agora aos primeiros capítulos da obra para compreender como a conceito de liberdade vai estruturando toda a reflexão sobre a corrupção em diferentes momentos do corpo político.

Como vamos mostrar, o objetivo de Maquiavel no primeiro capítulo dos “*Discorsi*” é avaliar o que caracteriza a fundação livre de uma cidade, tal como foi a de Roma, o que seria justamente a condição que permitiria grandes progressos. Como já mencionamos no capítulo anterior um dos pontos de maior envergadura na compreensão da corrupção nos “*Discorsi*” é a introdução de um conceito de liberdade que remete à participação nas deliberações públicas como seu principal fundamento.

Para Maquiavel, as cidades fundadas afastadas da liberdade não podem atingir progressos relevantes. E do ponto de vista da fundação, o corpo político que tem mais probabilidade de ser corrompido é aquele fundado por forasteiros que dependem de outros, é o corpo político fundado através da servidão. Como coloca Maquiavel:

É o que acontece com as colônias mandadas por repúblicas ou príncipes para aliviarem suas cidades de habitantes, ou para defenderem as terras recém conquistadas que desejam manter com segurança e sem despesas, [...]E, como tais cidades não são livres na origem, raras são as vezes em que realizam grandes progressos, e entre elas é possível contar as que são capitais de reinos.<sup>139</sup> (MAQUIAVEL:2007:9)

---

<sup>138</sup> SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Editora Brasiliense. 1988. Tradução Maria Lúcia Montes. Página 83

<sup>139</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007 Página 9

Na sequência do argumento Maquiavel apresenta os elementos que justificam o fato da fundação livre ser determinante para se construir um corpo político forte e capaz de lidar com a corrupção. Já de início o conceito de liberdade ganha centralidade para se compreender a natureza das transformações de um regime.

Como pondera Maquiavel no início do capítulo, Roma já em seus primeiros passos era detentora de atributos relevantes para conduzir suas variações políticas, de modo que é o melhor exemplo a ser tomado: *“Quem ler a história do princípio da cidade de Roma e da forma como tudo foi ordenado e por quais legisladores, não se admirará de que tanta virtù se tenha mantido por vários séculos naquela cidade.”* (MAQUIAVEL:2008:7)<sup>140</sup>

Já em seus primeiros passos dentro do processo de organização de uma cidade Roma demonstrou qualidades consideradas por Maquiavel como fundamentais para que o corpo político tenha condições de ir se ajustando e conservar sua integridade frente a possibilidade constante de uma decadência que caracteriza as variações históricas.

Segundo Maquiavel, o melhor atributo de Roma, que nos permite tomá-la como exemplo de uma fundação que pode levar a boas consequências políticas, é o fato de ter sido fundada por homens livres. Como argumenta Maquiavel:

Quem, portanto, examinar a edificação de Roma, se considerar que Enéias foi seu primeiro fundador, dirá que ela está entre as cidades edificadas por forasteiros; se considerar que foi Rômulo, dirá que é das edificadas pelos homens nascidos no lugar; seja qual for o modo considerado, verá que Roma teve um princípio livre, sem depender de ninguém. (MAQUIAVEL:2008:11)<sup>141</sup>

Assim a liberdade é alçada ao posto de uma condição fundamental para que um corpo político possa se organizar frente às variações dos tempos, mais importante do que a diferença entre nativos e forasteiros é a condição em que esses homens se encontram, livres ou servos.

---

<sup>140</sup> MAQUIAVEL. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Martins Fontes. São Paulo. 2007. Página 7

<sup>141</sup> MAQUIAVEL. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Martins Fontes. São Paulo. 2007. Página 11

A liberdade entra de forma decisiva em nosso arcabouço conceitual na intenção de investigar a ideia de corrupção, o que torna a teoria de Maquiavel mais robusta e mais complexa do que a de Políbio, mas independente disso, o mais importante de se destacar é que para além do regime misto, apontado como uma das boas ferramentas para se lidar com a corrupção, a liberdade é um elemento essencial dentro do processo de organização e constante reorganização de qualquer cidade. Prova disso é que ao final do capítulo Maquiavel restringe a reflexão que será levada a cabo nos “*Discorsi*” para os acontecimentos que aconteceram em Roma depois de sua fundação livre, que foram realizados por deliberação pública, e dentro da cidade.<sup>142</sup> (MAQUIAVEL:2008:11)

Nesse sentido, podemos entender que mesmo que a primeira coisa que qualquer fundação estabeleça seja a relação entre nativos e estrangeiros, o mais decisivo para investigar o desenvolvimento histórico de um corpo político é como essas noções se articularam em torno do conceito de liberdade. E justamente por uma boa articulação com a ideia de liberdade, que significa a possibilidade do povo de participar das deliberações e desafogar sua ânsia por “não-dominação” é que Roma pode se tornar um exemplo de fundação para as intenções de Maquiavel de mostrar o que torna um corpo político resistente à corrupção desde seu início.

É a partir da relação que uma república estabelece com a liberdade que ela cria as condições para ser um corpo político sólido, resistente e capaz de se adaptar. Só a liberdade das instituições e a livre interação entre os humores é capaz de propiciar condições boas para enfrentar processos de decadência. Como corrobora Skinner:

Ao dar tanta ênfase à liberdade, o que Maquiavel tem em mente é, antes de mais nada, o fato de que uma cidade que se decida a alcançar a grandeza deve permanecer livre de qualquer forma de servidão política, quer seja ela imposta “internamente”, pelo governo de um tirano, quer “externamente”, por um poder imperial. Isto, por sua vez, significa que dizer de uma cidade que ela tem liberdade é o mesmo que dizer que ela se mantém independente de qualquer autoridade que não seja a da própria comunidade. Assim, a liberdade acaba por se identificar com o autogoverno. (SKINNER: 84)<sup>143</sup>

---

<sup>142</sup> <sup>142</sup> MAQUIAVEL. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Martins Fontes. São Paulo. 2007. Página 12

<sup>143</sup> SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Editora Brasiliense. 1988. Tradução Maria Lúcia Montes. Página 83

A liberdade e a deliberação pública são elementos destacados por Maquiavel na história romana como responsáveis pela força desse corpo político, que o permitiram durar no tempo. Sendo assim, não só o formato institucional romano e o modo como os romanos o construíram são importantes para se pensar a corrupção, mas principalmente, a potência do formato republicano que é mais adaptável a variações e mais vivaz. Relembrando o capítulo V do *Príncipe*, Maquiavel já dizia: “Nas repúblicas, porém, há mais vida, mais ódio, mais desejo de vingança. Nelas, a memória da antiga liberdade não as deixa nem as pode deixar repousar”. (MAQUIAVEL:2011:24).<sup>144</sup>

Esse movimento intenso que caracteriza a vida republicana se bem absorvido pelas instituições torna o corpo político mais resistente. Uma república que não coloca a liberdade como seu núcleo, e como sua principal referência para construir as instituições é uma república que já nasce corrompida e ameaçada em um grau muito maior.

Esse foco que Maquiavel dá para as deliberações públicas é fator decisivo para o caminho que estamos percorrendo, isso porque, já que Roma está sendo usada como modelo de construção institucional, fica claro como a deliberação pública não só faz parte da manutenção da liberdade, mas também é a dinâmica que a caracteriza, a participação do povo como marca de liberdade.

Sendo assim, podemos dizer que o corpo político com maior capacidade de resistir ao processo de corrupção é aquele que nasceu livre e dispõe de mecanismos para assegurar a liberdade das deliberações públicas, por outro lado, o corpo político que não garante a possibilidade das deliberações públicas de acontecerem de forma livre é um corpo político que estará mais à frente no processo de decadência que normalmente é caracterizado pelo interesse de um grupo se sobrepor ao interesse público. Essa segunda situação caracteriza justamente a ruína da liberdade

A decadência de uma cidade se relaciona justamente com seu afastamento das principais ideias que orbitam em torno do bom funcionamento de uma república. O exemplo romano é a principal referência argumentativa para Maquiavel sustentar a tese de que mesmo que a corrupção e a decadência sejam processos inevitáveis é

---

<sup>144</sup> MAQUIAVEL. *O Príncipe*. Martins Fontes. São Paulo. 2011



possível mapear e compreender as ferramentas republicanas que permitiram a Roma e a algumas outras repúblicas enfrentarem de forma mais organizada as disputas inevitáveis da vida política.

Essa relação que estamos traçando entre as deliberações públicas e a ideia de corrupção devem sempre ser pensadas à luz da teoria dos humores. Como já mencionamos é importante que os desejos humanos tenham a possibilidade de ser saciados, é importante que a interação entre os humores seja caracterizada pela liberdade. É importante destacar essas interseções para que fique clara nossa ideia de que a reflexão sobre a corrupção no pensamento de Maquiavel leva em conta elementos que muitas vezes não são explorados a fundo através dos textos políticos mais conhecidos. Uma república livre é aquela na qual os desejos e os conflitos humanos podem interagir de forma equilibrada.

São esses os eventos mais relevantes para se compreender como Roma atingiu tamanha grandeza e apresentou mecanismos importantes para lidar com a insolúvel e perene disputa entre os homens; seu alto grau de liberdade era o que Roma tinha de específico, e por isso, para compreender com precisão o que aconteceu com aquelas instituições Maquiavel restringe a investigação aos elementos da vida pública.

Munidos das noções de que o *“Discorsi”* é uma obra que trata da corrupção da república, ou se quisermos, da corrupção da liberdade, levando em conta seu contexto intelectual de produção, que aponta para um intercâmbio de saberes, e também a ideia de que essa reflexão mobiliza perguntas tanto sobre a natureza humana quanto sobre a natureza da política, estamos prontos para dar os passos em direção à outros argumentos presentes no texto que nos revelam ainda mais acepções sobre como a corrupção se desencadeia em diversos momentos da história de uma cidade como: a fundação, a organização das leis e a refundação.

## 2.4 Corrupção, fundação continua e regime misto

Para mostrar como as ideias de humor, liberdade e república se articulam dentro da reflexão sobre a corrupção de Roma vamos analisar os argumentos da obra que estão em jogo para compreendermos como Maquiavel pensa toda a complexidade do problema da corrupção. Os diferentes significados que esse conceito recebe no momento de fundação, na conquista, na manutenção, e em diversos outros momentos da vida política de uma cidade, são o nosso objeto principal por ora.

No pensamento de Maquiavel a ideia de renovação das instituições, ou do retorno às virtudes da fundação (a refundação contínua), como algo positivo se encontra no núcleo de sua reflexão sobre os processos de decadência política. Aparece como o primeiro elemento teórico que nos permite discutir soluções institucionais adotadas por Roma, que orientam a investigação filosófica do conceito de corrupção.

Como afirma Maquiavel em D 3.1 no capítulo intitulado *“Quem quiser que uma seita ou uma república viva por muito tempo, precisará fazê-la voltar frequentemente ao seu princípio”*:

E como estou falando de corpos mistos, como as repúblicas e as seitas, digo que são saudáveis as alterações que as levam de volta a seus princípios. Portanto, são mais bem ordenadas e têm vida mais longa aquelas que, mediante suas ordenações, podem renovar-se muitas vezes, ou que, por algum acontecimento independente de tal ordenação, procedem a tal renovação. E é mais claro que a luz o fato de que, não se renovando, tais corpos não duram<sup>145</sup>

Com a análise do texto de Maquiavel fica claro como a busca por novos modos e ordenações é de fato um dos aspectos relevantes para se pensar a corrupção, não que seja o mais fundamental, porque para nos diferenciarmos de outras leituras mostraremos que essa constante busca por novos modos e ordens se pauta na premissa de que o corpo político é cindido e de que a natureza humana é instável.

---

<sup>145</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007

Uma obra que nos ajuda na análise dos “*Discorsi*” é o livro “*Machiavelli’s new modes and orders. A study of the Discourses on Livy*”<sup>146</sup> de Harvey Mansfield. Nessa obra o autor toma os “*Discorsi*” como uma interpretação da república romana que tem como principal objetivo destacar a “*constante busca por novos modos de ordenação política*” como uma das características mais preciosas de Roma. Mansfield toma essa busca incessante por novos meios institucionais como uma das características fundamentais do regime romano que interessam a Maquiavel.<sup>147</sup>

Nesse primeiro momento decidimos seguir a hipótese de Mansfield de que um traço distintivo de Roma, que a permitiu durar no tempo, é a constante busca por novos modos e ordens<sup>148</sup>, essa característica é fundamental para se compreender porque Roma tem boas lições a oferecer do ponto de vista da corrupção, e se torna uma importante chave teórica para nosso percurso; poderemos constatar mais a frente como a capacidade de se renovar e se adaptar a variações se configuram como meios úteis para que as instituições possam enfrentar o problema da corrupção com mais segurança e preservar sua liberdade, além disso é uma das marcas do regime misto que justificam seu elogio, o que há de mais fundamental e possibilita a manutenção do funcionamento de uma ordem republicana é, portanto, na concepção de Maquiavel a capacidade de reformar suas leis.

Além disso, para ir mais longe, diríamos que essa constante busca por novos modos para que autores como Mansfield apontam<sup>149</sup> é na verdade uma constante busca por liberdade, que é o que se pode perder quando rui a ordem, e é o valor mais importante que nos permite caracterizar a solidez de uma república. Uma república que tem condições de preservar sua liberdade é justamente a que tem mais condições de constantemente se reformular.

Esses são os aspectos essenciais que devem estar em jogo nessa busca por ordenação como poderemos atestar no curso da tese. O que estamos dizendo é que

---

<sup>146</sup> MANSFIELDS, Harvey. *Machiavelli’s new modes and orders. A Study of the Discourses on Livy*. University of Chicago Press 1979.

<sup>147</sup> MANSFIELDS, Harvey. *Machiavelli’s new modes and orders. A Study of the Discourses on Livy*. University of Chicago Press 1979. Página 31

<sup>148</sup> MANSFIELDS, Harvey. *Machiavelli’s new modes and orders. A Study of the Discourses on Livy*. University of Chicago Press 1979. Página 31

<sup>149</sup> MANSFIELDS, Harvey. *Machiavelli’s new modes and orders. A Study of the Discourses on Livy*. University of Chicago Press 1979.

essa busca por novos modos só será eficaz se levar em conta certos aspectos fundamentais que a filosofia de Maquiavel nos oferece para a reflexão, tais como: sua noção de que a política é essencialmente conflito, o homem é instável e movido por desejos, e que a busca por novas ordens deve estar em função da manutenção da liberdade, que é caracterizada pela possibilidade do povo de decidir sobre a os rumos da vida pública. Essa é a essência de uma república sólida como foi Roma.

É importante ficar atento para que se a busca por novas ordenações é traço fundamental de Roma, isso significa que esse ambiente era fundamentalmente instável, variava com o tempo, e estava sempre buscando soluções para evitar a corrupção da liberdade de suas instituições. A busca constante por novos modos é uma consequência direta da realidade conflitiva dos humores e caracteriza a boa condição de adaptação que marca o funcionamento das instituições de uma república.

O que há de inovador é olhar para essas características não como sinônimos de fraqueza do corpo político, ou como defeitos; pelo contrário, como vamos constatar nos *"Discorsi"*, essas condições dinâmicas e variáveis apontavam para o fato de que Roma contava com boas condições para enfrentar o processo inevitável de degradação das instituições, sua capacidade de se renovar e manter vivos os conflitos que fazem parte da república se conectam com as razões de porquê a organização republicana conta com os mecanismos mais eficazes para evitar o processo de corrupção.

Genaro Sasso mostrou em sua principal obra que mesmo o regime republicano encontra limites para seu desenvolvimento. Analisando a experiência romana, Sasso argumenta que foi a liberdade que conferiu a potência para a república romana crescer, conquistar novos territórios e se tornar um império.<sup>150</sup>

Se a liberdade está relacionada com a capacidade de um regime canalizar suas disputas para a vida institucional, a consequência disso será um regime mais consistente e com maiores possibilidades de crescimento o que pode colocar o regime livre em questão. A ideia de Sasso é que a liberdade transformou Roma em um império e corrompeu suas virtudes.<sup>151</sup>

---

<sup>150</sup> SASSO, Genaro. *Niccolò Machiavelli. Il pensiero politico. Vol 1* Página 486

<sup>151</sup> SASSO, Genaro. *Niccolò Machiavelli. Il pensiero politico. Vol 1* Página 486

Voltando ao primeiro capítulo dos “*Discorsi*” quando Maquiavel coloca em destaque a reflexão sobre a fundação de Roma podemos estabelecer conexões importantes com a ideia de corrupção que construímos até aqui e entender sua relação com a fundação contínua. Estamos apontando para a relação entre o processo de corrupção da cidade e a fundação da cidade, para em seguida tratar do significado da fundação contínua.

A pergunta sobre como a fundação de uma cidade pode influenciar na sua capacidade de manter sua liberdade, dentro de uma certa estabilidade que a permita durar no tempo, ganha muita relevância como ponto de partida da obra. Uma reflexão sobre as melhores condições de fundação de uma cidade não pode abandonar a ideia de que é preciso que aquele corpo político seja capaz de durar no tempo. E como estamos insistindo ao longo do texto, para se pensar esse problema será preciso investigar não só questões políticas, mas teremos que levar em conta elementos relacionados aos desejos humanos, aos humores e a seu comportamento.

Como podemos perceber até aqui a reflexão sobre o processo de corrupção é sempre dinâmica no sentido que pensar sobre as melhores condições de fundação é também falar sobre os erros, sobre o que se deve evitar, e com isso apontamos para o núcleo da questão sobre o que está em jogo, o que de fato é relevante no momento em que uma cidade está sendo fundada para que ela encontre menos dificuldades no seu processo de desenvolvimento.

Para realizar o passo teórico de mapear as origens mais remotas do processo de corrupção, ou seja, para destacar o que pode gerar desequilíbrios graves entre os humores já no momento de fundação, Maquiavel inicia o primeiro capítulo da obra partindo de uma comparação de dois modos de fundação de cidades. Já na fundação das cidades Maquiavel lança luz sobre fatores que irão influenciar a capacidade de uma cidade resistir à decadência que se mantém como ameaça constante. Outro argumento que reforça a importância de toda a organização política se articular em torno da possibilidade constante de desorganização, e conseqüentemente, reorganização.

O argumento de Maquiavel é que Roma foi capaz de adotar os melhores caminhos desde seu princípio e que esse não é um dado a ser desprezado. Como poderemos constatar ao longo do argumento, já na sua fundação foi possível situar a liberdade como o centro em torno do qual orbitam os elementos que vão estruturar as

instituições, a vida pública, o vínculo estabelecido entre o cidadão e a república, entre a memória do povo e aos valores da cidade. A possibilidade de se reorganizar está justamente em função de fortalecer “o vínculo estabelecido entre o cidadão e a república, entre a memória do povo e aos valores da cidade”.

Como analisa Mansfield<sup>152</sup>, o início dos “*Discorsi*” nos mostra que desde sua história republicana até o auge do império, Roma pode ser analisada a partir das condições que estavam em jogo em sua fundação, como por exemplo: a divisão entre nativos e estrangeiros, como se essas condições determinassem as possibilidades de desenvolvimento e derrocada das instituições no futuro assim como grande parte do funcionamento das instituições, sendo assim, para uma análise precisa do processo histórico que corrompeu Roma é necessário analisar a interpretação de Maquiavel sobre a relevância dessa distinção.

Afinal, o interesse de Maquiavel é destacar porque uma cidade fundada por nativos, como foi Roma, conta com melhores condições para estabelecer vínculos sociais duradouros, abrindo caminho para os próximos passos no processo de ordenação. E mais do que isso compreender como a noção de “estrangeiro” faz parte não só da fundação de Roma, mas de toda sua história, é a partir da lógica que essas noções estabelecem que o regime pôde se transformar. A noção de estrangeiro que está no cerne da análise do capítulo I e determina grande parte das motivações teóricas que nos interessam.

Mansfield comenta que quando vamos investigar a literatura sobre o início de Roma a partir de Tito Lívio era comum atribuir o sucesso dessa cidade a elementos divinos, ou linhagens divinas que exaltam a excelência dos fundadores.<sup>153</sup>

Maquiavel se recusa a enveredar por essas explicações e aponta para a distinção fundamental que está em jogo no momento de fundação das cidades: a diferença entre cidades fundadas por nativos, e as fundadas por forasteiros, isso é o que explica algo sobre a relação entre a corrupção, o modo que uma cidade é fundada, e sua capacidade de manter a liberdade.

---

<sup>152</sup> MANSFIELS, Harvey. *Machiavelli's new modes and orders. A Study of the Discourses on Livy*. University of Chicago Press 1979.

<sup>153</sup> MANSFIELS, Harvey. *Machiavelli's new modes and orders. A Study of the Discourses on Livy*. University of Chicago Press 1979. página 28

A partir dessa distinção podemos entender que Maquiavel não tem como recuar sua análise para um momento anterior ao que os homens eram divididos entre nativos e estrangeiros, talvez essa seja a primeira consequência da fundação de um corpo político. Sendo assim, é a diferença entre essas duas condições que coloca os primeiros parâmetros para investigarmos como Maquiavel situa o problema da corrupção no momento de fundação em sua teoria.

O fato da cidade ser fundada por nativos ou por estrangeiros determina parte da relação que se estabelece com a memória daquele povo, com sua liberdade e autonomia. E como pudemos constatar na teoria dos regimes polibiana, os vínculos associativos que se estabelecem entre os indivíduos e as classes na construção de um corpo político são o que há de mais importante na formatação das condições de desenvolvimento do regime, ou seja, é a natureza desses vínculos associativos que determina para quais possibilidades o corpo político pode se desenvolver.

Essa interseção entre Maquiavel e Políbio é fundamental para nosso percurso. Ela é tão importante pois situa no horizonte da investigação certos parâmetros que se relacionam não só com a natureza da política, mas também se relacionam com elementos como a memória de um povo, os vínculos entre as classes, e várias outras coisas que dizem respeito a elementos da condição humana que estão em jogo nas transformações dos regimes, e nas disputas que geram essas transformações.

O que estou me esforçando pra dizer é que o modo através do qual se estabelecem vínculos associativos entre os humanos de um corpo político dizem sobre os métodos adotados para lidar com os conflitos entre os humores presentes na cidade.

Dando continuidade ao argumento, o florentino chama nossa atenção para outro atributo romano que vai além de sua fundação, mas o modo a partir do qual os romanos foram construindo suas leis e instituições depois da fundação, a ideia de como é importante deixar que as leis e as instituições sejam moldadas com o tempo, a partir da relação entre os humores que dividem o corpo político, ganha centralidade nesse momento do texto.

Essa é a principal condição para avaliarmos um corpo político como livre. O corpo político deve contar com a possibilidade de se transformar e contemporizar segundo os acontecimentos.

Sendo assim, podemos dizer que o ponto de partida dos “*Discorsi*” é a ideia de que a liberdade é o que propicia a uma república as melhores condições para se organizar frente a imprevisibilidade natural da vida. A questão de como se construir o regime é o segundo passo de Maquiavel depois de discutir as fundações, e como vamos constatar isso vai de acordo com a ideia de que não existe um modelo ideal de regime misto a ser aplicado, e que a força e a liberdade de um regime são reflexos dos caminhos de transformação pelos quais as instituições passam, esse por sua vez são resultado da interação livre entre os humores do povo e dos grandes.

Um corpo político fadado à corrupção é aquele que interfere na relação desejosa entre os humores e não tem capacidade de mudar as condições para a interação livre entre esses humores. É preciso que o corpo político tenha condições de reformular suas leis continuamente para que ele seja livre e resistente.

Contudo, ao inscrever a ordem da lei na desordem dos dissensos, Maquiavel descartou a ideia de uma ordem institucional como solução definitiva da desordem dos dissensos. Conseqüentemente, nenhuma lei ou instituição é capaz de resistir definitivamente ao risco da corrupção. Isso obriga ao retorno periódico às origens: a experiência do momento constitutivo da violência originária que, expondo os homens ao risco, restaura o prestígio e vigor iniciais de Estados e instituições.

Como comenta Newton Bignotto:

O leitor é advertido das intenções do autor logo nas primeiras frases, mas a tarefa de descobrir os caminhos que irá trilhar mostra-se bem mais complicada do que deixam supor as críticas aos que se servem do passado apenas para venerar peças de antiquário. Maquiavel sabe que para tornar proveitosa sua viagem de exploração de novos continentes terá de dar a seu leitor não apenas um método para se servir das ferramentas antigas, mas também, e principalmente, um novo mapa das terras da política, uma nova teoria sobre um território que vinha sendo explorado desde a antiguidade.<sup>154</sup> (BIGNOTTO: 2007:39)

No comentário de Bignotto encontramos uma conclusão muito importante que coaduna com os argumentos desenvolvidos até aqui. A ideia de que não existe um

---

<sup>154</sup> BIGNOTTO, Newton. *Introdução* In: MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007 página 39



método a ser copiado, e sim uma noção de homem e de política a serem levadas em conta para se pensar a melhor forma de uma organização institucional.

É no segundo capítulo da obra que Maquiavel explora a comparação entre a forma através da qual as cidades receberam leis e se aproxima da ideia que as leis devem ser continuamente elaboradas, mas sem uma fórmula sobre quais são as melhores lei. Esse contexto argumentativo nos permite compreender o lugar ocupado pelo regime misto dentro desse debate e configura nosso último passo na análise das possibilidades de se pensar a corrupção dentro dos “*Discorsi*”.

Como podemos perceber a corrupção é pensada a partir de diversos pontos de vista dentro da obra, afinal um estudo histórico e filosófico sobre Tito Lívio que tem como objeto central a corrupção de Roma se propõe a retirar consequências teóricas para esses problemas. Para responder porque o maior regime do mundo se corrompeu e retirar consequências para a filosofia política através desse estudo é necessário esgotar o problema.

Sendo assim, depois de avaliar as relações entre a fundação e a corrupção, Maquiavel passa para o momento seguinte à fundação que seria a organização das leis e das instituições.

Do mesmo modo que Maquiavel avalia que para evitar o processo de corrupção (dada sua natureza relacionada aos humores) existem condições melhores para a fundação de um corpo político e que essas condições se relacionam com a liberdade, ele também entende que existe uma maneira melhor de construir as leis. Esse melhor modo de construir as leis também é o modelo romano, também se relaciona com o conceito de liberdade e mais uma vez Maquiavel se vale da comparação entre cidades como uma metodologia capaz de fundamentar seus argumentos.

O mais interessante são as consequências filosóficas que podemos retirar dessa análise, afinal, quando Maquiavel rejeita o modelo espartano no capítulo II, não é pela razão de ser um regime fraco perante à corrupção, mas pelo fato de que quando as cidades estão construindo leis elas não podem depender da fortuna e virtú de um grande legislador. Isso se tornará mais claro nos próximos parágrafos.

Maquiavel inicia sua comparação colocando de um lado, as cidades que receberam leis em seu princípio, de uma só vez e de um homem só; e de outro, as cidades que vão recebendo leis segundo os acontecimentos, ao acaso e várias

vezes.<sup>155</sup> Como exemplo de cada um desses dois modelos Maquiavel coloca de um lado a experiência espartana, que põe as ações de Licurgo em foco, e de outro a experiência romana.

O argumento maquiaveliano entende que mesmo que o regime espartano não se tenha corrompido por mais de 800 anos, graças ao regime misto, não se pode esperar que todos os legisladores sejam tão eficazes como foi Licurgo, depender de tão grande virtú de um único homem pode representar uma dependência da fortuna, o que nunca é um sinal de segurança e estabilidade dentro do pensamento de Maquiavel.

É crucial destacar que à crítica de Maquiavel não é ao formato institucional espartano, ao mesmo tempo que esse formato institucional não é apontado como solução. Refletir sobre o regime misto no pensamento de Maquiavel é compreender quais são suas qualidades e como elas podem dizer muito sobre a natureza das boas ordenações políticas.

Maquiavel critica o modelo espartano pelo modo como ele foi construído em comparação com o romano. E é uma crítica que se baseia na ideia fundamental de que não poderíamos depender da *virtù* de um líder para construir boas leis, pois esse líder virtuoso nem sempre existe. Por isso o regime misto deve ser interpretado com cautela, de forma apressada poderíamos apontar ele como a solução para o problema da corrupção já que balanceia os humores, mas não se trata de um resposta tão simplista ao problema.

Maquiavel entende que o melhor regime é aquele construído livremente a partir dos conflitos e humores específicos de cada cidade, que gerarão instituições diferentes e assim por diante. A importância de se elogiar o regime misto para Maquiavel é colocar em pauta mais uma vez a relevância da livre interação entre os humores para a vida política, não é um elogio que busca esgotar a questão sobre como lidar com a corrupção, mas apontar novamente que a capacidade de se transformar é a condição mais preciosa que um regime pode contar para não se

---

<sup>155</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007 página 12

corromper. Mais do que isso, essas transformações devem estar à serviço de uma refundação. O reestabelecimento dos vínculos associativos do povo com a cidade.

Baseado nisso, Maquiavel atribui a perfeição que Roma atingiu à sua capacidade de contemporizar segundo os acontecimentos e se mostrar um regime mais flexível para lidar com as variações dos tempos, não só pela característica fundamental que o regime romano guardava com esparta no que diz respeito ao regime misto, mas principalmente por ser um corpo político com maior capacidade de se reajustar e se reformar diante das ameaças inerentes à vida política, provenientes não só de um processo natural de corrupção, mas também dos humores que compõe qualquer corpo político e colocam o conflito e a instabilidade como marcas essenciais da experiência política.

A necessidade de se adaptar a um universo fundamentalmente instável é uma condição a que a organização institucional romana tem mais condições de responder e isso é fruto de sua fundação livre, do modo como construíram as leis e fundamentalmente da liberdade e espontaneidade que envolve a interação dos humores através da deliberação pública que marcaram todos esses processos históricos.

Maquiavel acompanha o elogio polibiano ao regime misto mostrando como um equilíbrio representativo entre as diferentes forças que compõe o corpo político pode proporcionar condições desejáveis para a resolução de conflitos, e para o controle da corrupção. No entanto, como estamos demonstrando, a amplitude da reflexão de Maquiavel sobre esse tema é maior do que simplesmente dizer que o regime misto é a melhor solução para enfrentar a corrupção. O filósofo florentino diz mais que isso, para ele o mais importante é que os humores possam interagir livremente e que o corpo político sempre preserve sua capacidade de se reformar através de suas próprias instituições e da ação de seus cidadãos.

As virtudes do regime misto se relacionam todas com o fato dele conseguir gerar um equilíbrio entre as forças políticas, conseguir representar o povo e os grandes. Um corpo político sem essas capacidades é um corpo político corrompido, que não pode ver esperança em se reordenar através das instituições, pois elas, além de não contarem com mecanismos de renovação, se encontram afastadas de uma distribuição de poder que reflita a interação saudável entre os humores que compõe o corpo político. São instituições que não dependem mais de si mesmas.

Nesse momento propedêutico da obra o que mais chama atenção é a corrupção entendida como aquilo que ameaça a liberdade das deliberações públicas de um povo se configurando como o principal elemento que impede o crescimento e o desenvolvimento de um corpo político equilibrado. Isso impede a cidade de se reformular em tempos adversos.

Como apontamos em momentos anteriores do texto, desde a fundação de um corpo político podemos detectar os elementos que podem contribuir para um processo de corrupção. Apoiado na ideia de Políbio que os vínculos associativos estabelecidos na fundação determinam as condições de desenvolvimento do corpo político, Maquiavel aponta para a condição política desses homens em relação à liberdade como o ponto de partida para entender as transformações que o regime pode sofrer com o tempo.

Dentro dessa perspectiva, podemos mobilizar alguns argumentos do capítulo dois dos *“Discorsi”*, que nos permitem traçar uma linha mais direta e precisa em relação à inspiração polibiana. É no segundo capítulo que Maquiavel apresenta sua visão em relação à anacyclosis, tal como sua visão em relação ao componente humano presente nas transformações dos regimes.

Aqui a ideia de corrupção ganha um sentido mais amplo, não só como o que ameaça a liberdade e tira o corpo político dos caminhos de reordenação, mas como um processo de transformação dos regimes que é inevitável. O objetivo não é dizer que todos os regimes se corrompem, mas dizer que todos os regimes se transformam uns em outros seguindo certos parâmetros.

Pensar a ideia de corrupção como esse processo natural de transformação que se não for controlado ameaça a liberdade é um passo teórico importante que nos afasta da ideia do senso comum que a política e a corrupção são consequentes, e também da ideia de que ela é um processo incontrolável.

É mais realista apontar para o que de fato a corrupção ameaça para poder entender qual é o processo que a desencadeia, por isso estamos explorando toda essa articulação em torno do conceito da liberdade que marca os primeiros capítulos dos *“Discorsi”*, corrobora não só com as ideias que estão em jogo no contexto do humanismo cívico que influencia Maquiavel e representa uma grande inflexão da filosofia republicana que ecoará até os nossos tempos.

Na avaliação de como um regime se corrompe, perde seus vínculos associativos e se transforma em outro podemos mapear os elementos que estão envolvidos nessa transformação e pensar mecanismos capazes de afastá-los da vida republicana.

Parte das intenções de Maquiavel ao se referir diretamente ao ciclo polibiano são justamente encontrar a dinâmica da interação de humores que desencadeiam o processo de transformação dos regimes. E já que a obra segue o raciocínio de que Roma foi o corpo político que lidou melhor com a corrupção por contar com mecanismos de manutenção da liberdade e a capacidade de reordenação é crucial entender como aconteceu a interação entre os humores dentro desse corpo político.

Só uma análise que pretende mapear o que está em jogo nas transformações dos regimes é capaz de detectar os desequilíbrios nas relações entre as classes que desencadearam as transformações históricas.

É no campo dos desejos, das ambições e dos interesses que marcam a história de um povo que podemos compreender as razões, assim como o processo que desencadeou suas transformações reais. São os humores que determinam a natureza específica dos conflitos, são eles a força motriz que fazem com que as instituições tomem novos rumos, sucumbam ou prosperem no sentido de atender ao interesse público.

Ainda no segundo capítulo, depois de ponderar que é melhor receber as leis com o tempo, pois isso torna o regime mais adaptável a circunstâncias imprevisíveis, Maquiavel se debruça sobre o processo histórico que vai transformando um regime em outro.

É importante para o nosso percurso salientar os elementos antropológicos que Maquiavel destaca em sua teoria dos regimes, pois são eles que serão acentuados pelos textos literários, onde o autor tem mais liberdade para exagerar e destacar os elementos humanos que fazem parte da vida pública e acabam alterando o percurso histórico.

Como já mencionamos anteriormente nosso objetivo central nesse capítulo é percorrer o argumento maquiaveliano dando especial atenção às diferentes acepções que a ideia de corrupção vai ganhando ao longo do texto. No primeiro capítulo Maquiavel aponta a corrupção como o que ameaça a liberdade do corpo político,

assim como o que ameaça a capacidade do corpo político de se reorganizar nos momentos de ruptura, é um processo que afeta o equilíbrio das deliberações públicas tornando o corpo político mais fraco e desorganizado. A partir do segundo capítulo Maquiavel apresentará a corrupção como uma possibilidade de ameaça constante a qualquer regime para o qual seus governantes devem estar atentos, e portanto serem capazes de reorganizar as condições institucionais. Relembrando Skinner: “A eterna vigilância”.

### CAPÍTULO 3: A CONDIÇÃO HUMANA E OS TEXTOS LITERÁRIOS

O interesse dos estudiosos pelos textos literários de Maquiavel esteve associado muitas vezes à tentativa de compreensão da personalidade do secretário florentino. Também existem trabalhos que se esforçam por especificar quais eram suas ideias sobre a literatura, ou de determinar qual foi seu papel no mundo literário e cultural de Florença.

Vários desses estudos pavimentam nosso caminho de entrada na investigação desse material e forneceram elementos teóricos importantes para os nossos argumentos. Mesmo que nossas intenções se diferenciem da maioria desses autores, consideramos relevante, para uma via de entrada nesse assunto, apresentar ao longo desse capítulo uma revisão de alguns estudos desenvolvidos sobre as obras literárias de Maquiavel até então.

Como poderemos constatar várias das conclusões desses autores podem nos servir como apoio em determinados contextos argumentativos. Nosso esforço irá na direção de pontuar nossas interseções e os pontos que nos distanciam da teoria desenvolvida a respeito da literatura de Maquiavel. Só com esse procedimento introdutório é que poderemos trabalhar o conteúdo interno desses textos que contribuem para a nossa argumentação centrada na relação da natureza humana com a corrupção como um elo estruturante da filosofia de Maquiavel.

Nossas intenções miram estabelecer a conexão desses textos com as obras políticas mais conhecidas, através da busca de um denominador comum que nos permita caracterizar filosoficamente o papel desses textos na construção de uma ideia sobre o comportamento humano e suas consequências para a filosofia política, isto é, como contribuem para o desenvolvimento e para a compreensão de problemas clássicos como o da corrupção que é nosso objeto principal.

O primeiro trabalho que vamos mencionar é o de Franco Gaeta, intitulado *“Introduzione a N.Machiavelli, il teatro e gli scritti letterari”*. Nessa obra o comentador pretende eliminar a ideia da gênese “ocasional” desses textos, como se estivessem deslocados do que é considerada a reflexão mais importante de Maquiavel. Gaeta nos

permite mirar com precisão o lugar ocupado por esses textos dentro da obra como um todo.<sup>156</sup>

O argumento desenvolvido por Gaeta nos permite estabelecer um ponto de partida preciso sobre o olhar que estamos lançando para a obra literária de Maquiavel: como um complemento de seus interesses filosóficos mais importantes que encontram formas de expressão mais eficazes em outros registros de escrita. O que está em jogo nesse primeiro momento da nossa abordagem é compreender as razões que levam Maquiavel a apresentar suas ideias filosóficas sobre o comportamento humano através de comédias, poemas e contos sobre a vida privada.

O melhor argumento para sustentar nossa proposta se encontra nas palavras do próprio Maquiavel na obra *“Diálogo sobre nossa língua”*<sup>157</sup>. Esse pequeno texto pode ser compreendido como um esforço de Maquiavel para mostrar como a discussão em torno do status da língua toscana é uma discussão que extrapola a filologia e ganha contornos políticos.

Maquiavel escreveu o Diálogo como um apelo patriótico ao uso do toscano, a língua italiana considerada superior. Além disso, este documento é uma importante fonte sobre a concepção de Maquiavel em relação ao gênero cômico, que é o ponto que nos interessa. É importante destacar a passagem na qual Maquiavel afirma que as comédias são um espelho da vida privada que por sua forma de expressão se tornam exemplos úteis para a vida.<sup>158</sup> Nesse texto Maquiavel nos permite compreender o propósito de sua comédia não só como uma representação da vida privada e cotidiana, mas destaca uma finalidade pedagógica para a sociedade.

---

<sup>156</sup> GAETA.F, *“Introduzione a N.Machiavelli, il teatro e gli scritti letterari”*. Milano, 1965. Página 9

<sup>157</sup> MACHIAVELLI.N *Dialogo intorno alla nostra lingua* In: Tutte le opere

<sup>158</sup> MACHIAVELLI.N *Dialogo intorno alla nostra lingua* In: Tutte le opere *“ancora que il fine d'una commedia sia proppore uno specchio d'una vita privata, nondimeno il suo modo de farlò é con certa urbanità e termini che muovino riso, acció che gli uomini, correndo a quella delectazione, gustino poi l'esempio utile che vi è suoto. E perciò le persone con chi difficilmente possano essere persone gravi, la trattano; perché nun può essere gravità in un servo fraudolento, in un vecchio deriso, in un giovane impazzato d'amore, in una putanna lusinghiera, in un parassito goloso; ma ben ne risulta di questa compozisione d'uomini effeti gravi e utili alla vita nostra. Ma perché le cose sono trattate ridiculmente, convieni usare termini e motti che faccino questi effetti; i qualli termini, se non sono proprii e patrii, dove sieno soli, interi e noti, non muovono né possono muouvere. Donde nasce che uno che non sia toscano non farà mai questa parte bene, perché, se vorrà dire i motti della patria sua farà una veste rattopata, facendo una composizione mezza toscana e mezza forestiera.”* Página 457



Maquiavel destaca que não podemos esquecer que recorrer a termos coloquiais, eventos ridículos que provocam o riso e despertam prazer através de personagens cômicos resulta em efeitos e exemplos úteis para nossas vidas, que só serão eficazes através de termos compreendidos por todos, com a língua nacional.

Tratar esse conjunto de textos como ocasionais ou deslocados de sua reflexão política é deixar de lado que o próprio Maquiavel reconhece que a vida privada abordada pela via cômica encontra sua melhor forma de proporcionar reflexões úteis para a compreensão da vida em comum. É preciso considerar a poderosa contribuição que os textos literários podem significar diante do desafio de compreender Maquiavel. Vamos ancorar o nosso raciocínio nesse ponto de partida, nos afastando teoricamente das interpretações que justificam a produção literária de Maquiavel através de elementos de sua vida pessoal, ou tomar ocasiões de sua biografia como o cerne de sua empreitada literária.

Partimos da ideia que existe uma conexão filosófica e conceitual entre suas obras, que vamos nos esforçar por destacar e justificar, como assinalamos na Introdução do trabalho. Nossa hermenêutica se apoia mais no conteúdo de ~~de~~ dos os textos do que no contexto biográfico que os cerca. Apesar disso, consideramos que vários desses estudos enriquecem a compreensão do significado dos escritos literários em sua relação com o contexto florentino e tornam nossa entrada no tema mais criteriosa.

Nosso primeiro passo consiste em abandonar a ideia de que os textos políticos e os textos literários constituem dois blocos separados de textos dentro da obra de Maquiavel, como se não fizessem parte de um mesmo projeto intelectual, ou como se o intercâmbio temático entre as obras não tivesse relevância filosófica do ponto de vista conceitual.

Vamos tomar esse grupo de textos como um todo teórico complementar, destacando suas especificidades. Essa estratégia está ancorada no argumento de que a época de redação desses textos não se confunde, não são momentos distintos da carreira de Maquiavel. E mais do que isso, o diálogo entre as obras é o que há de mais fundamental que pretendemos destacar para que nosso ponto de chegada fundamente esse tipo de abordagem. O que está em jogo é a compreensão de que Maquiavel encontrou formas de expressão diferentes para tratar de objetos diferentes, mas que são indispensáveis e complementares para sua reflexão política.

Na perspectiva de Carlo Dionisotti, na obra "*Machiavelli Letterato*"<sup>159</sup>, é mais importante compreender como a ocasião de encontrar um público para os "*Discorsi*", que se relaciona com o contexto dos "Orti Oricellari", que já mencionamos, está diretamente vinculada ao modo como seria possível fazer literatura num centro como Florença. O empenho político e cultural que marca os temas dos "*Discorsi*" não pode ser analisado fora do contexto que motiva Maquiavel a trabalhar sua problemática sobre a condição humana por outras vias narrativas.

A importante ideia que estamos tentando destacar através da menção ao ensaio desse importante comentador é a de que uma literatura desenvolvida no contexto intelectual florentino deveria estar conectada às questões que motivavam os estudiosos a repensar os destinos de Florença. Uma literatura que não mobilizasse os temas humanistas e republicanos não seria capaz de repercutir no mesmo cenário intelectual que suas obras políticas foram bem recebidas. E o que sabemos é que essas obras foram discutidas e recebidas no mesmo ambiente, acrescentando de modo diferente novos elementos para a nova filosofia que surgia, caracterizada por uma investigação acerca dos impactos e possibilidades da ação humana na vida pública diante a natureza cambiante e instável da vida em comum constada pela história florentina e pelo legado romano.

Um argumento que será crucial para a nossa tese é desenvolvido no mesmo texto de Gaeta, é a ideia de que esses textos nos permitem acessar não só uma singularidade de natureza estilística, mas principalmente apontam para uma unidade filosófica, ou em outras palavras, para uma problemática que permeia todos os textos, que seria justamente o significado da contingência, da imprevisibilidade e instabilidade que marcam a experiência humana<sup>160</sup>. Como afirma Gaeta, com os textos literários podemos acessar elementos centrais do pensamento de Maquiavel, a forma como sua consciência crítica interfere na criação desses textos, a gênese histórica e a incidência da experiência cotidiana do autor sobre suas ideias.<sup>161</sup>

Esse conjunto de textos constituem uma excelente via para a compreensão de uma parte específica do pensamento de Maquiavel que estamos considerando

---

<sup>159</sup> C.DIONISOTTI, *Machiavelli Letterato*. In: AA.VV. *Studies on Machiavelli*. Sansoni. Firenze 1972

<sup>160</sup> GAETA.F, "*Introduzione a N.Machiavelli, il teatro e gli scritti letterari*". Milano, 1965. Página 9

<sup>161</sup> GAETA.F, "*Introduzione a N.Machiavelli, il teatro e gli scritti letterari*". Milano, 1965. Página 10

indispensável para a compreensão do problema da corrupção. O modo como a ação humana encontra suas possibilidades de ser dentro de um mundo conflituoso, movido por desejos inconciliáveis e insaciáveis é elo fundamental da reflexão política de Maquiavel sobre a decadência dos regimes, e que encontra nos textos literários esse denominador comum e foco principal.

A problemática da fortuna, da contingência e do impacto dessa condição sobre a vida em comum passa a ser explorado através do humor, da ironia, e são apresentados através da trivialidade da vida cotidiana, mostrando que mesmo em seu âmbito privado, a experiência humana é marcada por uma constante tensão entre a realização dos desejos, os conflitos, o engano. Alguns autores como Vivanti utilizam o termo ambiguidade para descrever essa condição humana que Maquiavel desenvolve em seus textos.<sup>162</sup>

Como constatamos através da análise de alguns textos, as narrativas se desenvolvem a partir do conflito entre desejos inconciliáveis, que encontram situações inesperadas, nas quais muito se revela sobre a natureza desses desejos insaciáveis, desmesurados e sobre como seus efeitos tornam o ser desejoso capaz de corromper e ser corrompido, e como é justamente esse livre jogo entre desejos que movimenta a ação humana tanto no âmbito público quanto privado.

Tornar essas noções acessíveis através de contos, peças de teatro, cantos e formas literárias alternativas é um modo de apresentar de forma prática, ou, ligada à verdade efetiva das coisas, como o comportamento humano na vida privada pode ser compreendido por uma constante que extrapola as disputas políticas, ao mesmo tempo que determina a lógica das mesmas, uma vez que o conflito político é definido através da noção de humor no pensamento de Maquiavel.

Trazer para o âmbito privado as consequências de se encarar a natureza da política, e a natureza humana da forma como compreende Maquiavel, ou seja, baseadas no conflito e na instabilidade, é justamente apontar para uma constante na ação humana que corrobora toda estrutura da forma inovadora que Maquiavel pensa as relações políticas.

---

<sup>162</sup> VIVANTI, C. *Nicolau Maquiavel nos tempos da política*. MARTINS Fontes. São Paulo 2016. Página 120.

Tanto na vida privada, quanto na vida pública, a experiência humana é marcada por certas características que alteram os rumos das histórias, como a possibilidade de se colocar o interesse privado na frente do público, a possibilidade de infringir regras, pactos e acordos para benefício próprio, a possibilidade do engano, de se preocupar mais com as coisas aparecem do que com o que elas realmente são. Várias dessas possibilidades que movimentam as narrativas literárias de Maquiavel são apresentadas como virtudes políticas de um bom governante em obras como o *Príncipe*, por exemplo. Em outras palavras, para se manter no poder é preciso avaliar as melhores ações dos governantes como ações que partem de premissas em relação à ação humana.

Entender o espaço que essas ações ligadas ao desejo insaciável ocupam na vida pública é um elemento fundamental para se pensar os processos de corrupção. Maquiavel dá lugar dentro da reflexão política para vários modos de agir vinculados à natureza desejosa do homem que impactam drasticamente a vida pública e a experiência política, que podem facilmente ser constatados por qualquer leitor em histórias comuns sobre a vida privada.

Mostrar de forma tão simples, como os enganos e a corrupção podem acontecer na vida privada é um modo de levantar as seguintes perguntas: Será que na vida pública o comportamento humano é muito diferente? Se não é, é importante levar isso em conta para compreender as transformações históricas e a natureza da política? A aposta de Maquiavel é de sim, e é justamente essa função que os textos literários cumprem, fundamentar uma ideia sobre o comportamento humano que é anterior aos conflitos políticos, para que fique mais organizada a compreensão sobre a natureza desses conflitos.

Como a corrupção acontece e se torna uma ameaça intransponível é uma ideia que se relaciona com essa condição humana. Como pudemos constatar na *anacyclosis* maquiaveliana, onde as transformações dos regimes se relacionam essencialmente com expectativas, com uma memória coletiva, e com desequilíbrios entre os humores em relação aos valores que orientam uma cidade, suas instituições e o bem comum.

Tomamos então a reflexão sobre a contingência e a fortuna, em seu conflito com a condição desejosa do homem, como a principal questão desenvolvida nos textos literários, o que se conecta de forma direta com grande parte do núcleo da

reflexão política de Maquiavel. Compreender essa problemática a que estamos nos referindo como “a principal marca” dos textos literários é dar um importante passo na solidificação do conhecimento em relação a um dos elos conceituais mais importantes da filosofia de Maquiavel, a novidade da fortuna na reflexão política.

O realismo político que se fundamenta na análise da verdade efetiva das coisas tem como pilar filosófico justamente a ideia de que não existem modelos políticos ideais e de que a história se transforma continuamente num ritmo que escapa a nossa capacidade de previsão dos eventos. Esse pressuposto maquiaveliano traz para a nossa reflexão a pergunta sobre o papel e o funcionamento da ação humana nesse contexto teórico. Assim se estrutura nossa via de entrada nos textos literários.

Corrado Vivanti afirma que a comédia de Maquiavel está impregnada de significado moral e acentuadamente político pela representação de uma humanidade simuladora, em que o engano é o próprio motor da ação.<sup>163</sup> Para fundamentar seu argumento Vivanti utiliza da mesma ferramenta argumentativa que estamos propondo, a conexão com os textos políticos. Ele recorre a um trecho dos “Discorsi” (1:30) em que Maquiavel diz que “*os homens não sabem ser nem completamente maus nem completamente bons*” para delimitar precisamente o espaço de ação que envolve os personagens de sua comédia e suas ambiguidades.

Como se os textos literários ilustrassem as consequências de uma natureza humana essencialmente ambígua, que fundamenta uma concepção filosófica da política, da república e da corrupção. O modo de ação dos personagens se conecta diretamente com a natureza dos conflitos entre desejos que movimentam toda a vida em comum.

Essa condição de não ser capaz da maldade ou da bondade completamente carrega um significado importante para os argumentos políticos e é apresentada de forma direta nos textos literários, de um modo que pode ser facilmente compreendido e se conecta à vida privada e à vida pública simultaneamente desvelando uma natureza humana que nos permite entender porque a corrupção sempre será uma ameaça constante, porque as instituições devem ser capazes de se reformular com o

---

<sup>163</sup> VIVANTI, C. *Nicolau Maquiavel nos tempos da política*. MArtins Fontes. São Paulo 2016. Página 120.

tempo e ir se adaptando, e porque pensar sobre a ilusão de um regime ideal que eliminaria os conflitos humanos é um esforço teórico inócuo.

Os textos literários de Maquiavel nos apresentam uma condição humana que se conecta diretamente com as ideias filosóficas mais importantes que estruturam sua reflexão sobre porque regimes organizados se corrompem. O argumento de Vivanti é de suma importância para o nosso percurso ao apontar que o espaço de ação humana localizado na incapacidade da maldade ou bondade plena é peça chave para a compreensão de sua filosofia.

Podemos ir além e recorrer a uma passagem do Príncipe onde Maquiavel apresenta algumas ideias que foram interpretadas pelo viés do pessimismo antropológico. No entanto, a nossa intenção não é afirmar esse pessimismo antropológico, mas sim, mostrar que sua concepção de homem tem mais ganhos teóricos quando aponta para a instabilidade dessa condição e suas consequências do que quando acentua a maldade humana. O que insistimos em demarcar é o denominador comum entre os textos políticos e literários. *“Isso porque geralmente se pode dizer o seguinte acerca dos homens: que são ingratos, volúveis, simulados e dissimulados, fogem dos perigos, são ávidos por ganhos, e enquanto lhes fizerem bem, pertencem inteiramente a ti, e te oferecem o sangue, os bens, a vida e os filhos, como eu disse acima, desde que a carência esteja distante; mas, quando precisas deles, revoltam-se.”*<sup>164</sup>

Outro trabalho muito importante de ser mencionado é o de Diego Sazo Muñoz. Em um texto chamado *“La finalidad dela comedia em Maquiavelo”*<sup>165</sup> o autor defende a tese de que Maquiavel desenvolveu uma teoria do gênero cômico que se materializou em pelos menos três comédias. Segundo ele, *“Andria”*, *“A Mandrágora”* e *“Clizia”* fornecem elementos para dizer que Maquiavel se esforçou para contemplar a vida privada e cotidiana amparado em uma filosofia centrada em seu realismo. O objetivo de Muñoz em seu artigo é fornecer uma interpretação sobre a finalidade dessas comédias para delimitar qual é o seu papel na totalidade da filosofia de

---

<sup>164</sup> MAQUIAVEL. *O Príncipe*. Martins Fontes. São Paulo 2011 página 54

<sup>165</sup> MUÑOZ. Diego. *La finalidad dela comedia em Maquiavelo*. In: *La Revolución de Maquiavelo*. MUÑOZ. Diego. Santiago. 2013. Página 297

Maquiavel. Para Munõz o realismo de Maquiavel estrutura seu olhar sobre a vida privada.

Esse caminho é muito interessante para tomarmos como referência, já que estamos delimitando os espaços de conexão que nos interessam. Nosso objetivo central não é determinar a finalidade dos textos literários, mas podemos partir da ideia desenvolvida por Munõz para explorar como essa função colabora para a investigação do problema da corrupção. Eles nos ajudam ampliar o arcabouço conceitual de um dos elos argumentativos da teoria sobre a corrupção que aparece como fundamental, a natureza da ação humana.

Ao apresentar sua estratégia metodológica para a investigação proposta, Munõz afirma que sua leitura está baseada no realismo, passo teórico que vamos acompanhar. Além disso, o autor afirma que a comédia maquiaveliana teria como finalidade conceder um “espelho da vida privada” que seja capaz de representar a “cotidianidade” dos homens, estabelecendo por meio dos conteúdos morais de sua obra um exemplo útil aos espectadores.<sup>166</sup>

A ideia de Munõz é a de que as comédias buscariam transmitir e ensinar uma moralidade, sendo assim Maquiavel poderia ser considerado um comediógrafo moralista que pregava uma ética particular por meio de sua criação cômica, uma ética que teria o papel de transmitir sua moralidade não só ao campo político como indicariam “*O Príncipe*” e os “*Discorsi*”, mas também à vida privada.

Como já mencionamos, o caminho adotado por Munõz tem um grande valor metodológico para o nosso percurso e vamos nos apoiar na ideia de que é importante determinar a finalidade filosófica que esses textos cumprem dentro da obra. No entanto, não pretendemos nos comprometer com a ideia de que podemos entender Maquiavel como um comediógrafo moralista. Consideramos Maquiavel um pensador que inaugura uma nova concepção sobre a política e se utiliza de diferentes registros formais para expressar suas ideias. O passo mais importante é reconhecer que sua reflexão sobre a vida privada, que é tema principal dos textos literários, contribui de forma decisiva para seu pensamento político na medida em que define a natureza da ação humana em consonância com os pilares de seu realismo político.

---

<sup>166</sup> MUÑOZ, Diego. *La finalidad dela comedia en Maquiavelo*. In: *La Revolución de Maquiavelo*. MUÑOZ, Diego. Santiago. 2013. Página 298

O trabalho de Vivanti nos orienta a explorar conexões diretas entre os “*Discorsi*” e o núcleo temático que organiza as obras literárias, e por outro lado, visa apontar de maneira precisa para o papel interpretativo que essas obras cumprem na investigação do realismo político de Maquiavel.

Ao longo de nossa análise recorreremos também aos estudos de Dionisotti e Gaeta. Eles nos permitem conceber a relevância desse conjunto de textos dentro da construção e da recepção da obra como um todo dentro do contexto florentino. Mais ainda, eles ajudam a identificar a reflexão sobre a contingência e a ocasionalidade como um elo temático que abre o caminho para tornar a investigação desses textos uma etapa fundamental na compreensão de como Maquiavel pensa a condição humana e quais são as consequências dessa condição para a vida em comum entre os homens.

Explorar esses espaços teóricos exige que, antes da análise do conteúdo das peças em si, que justificam os argumentos dessas teorias, se delimite com precisão os argumentos filosóficos que sustentam a intertextualidade que estamos propondo. Para dar sequência à análise de possíveis leituras sobre esse conjunto de textos, vamos apresentar mais algumas interpretações a partir das quais vamos delimitar nossos espaços.

Apesar das leituras que vamos apresentar da obra cômica de Maquiavel não encontrarem consenso entre os comentadores há dois pontos que estão presentes em muitos deles: a relevância particular do contexto florentino para sua aproximação da via literária, e a oportunidade de extrapolar a reflexão sobre a vida pública através do que a vida privada contribui para a compreensão da primeira.

Munõz faz uma revisão bibliográfica muito interessante sobre esse assunto na qual vamos nos apoiar apontando para os elementos que contribuem para nossa tese, e também para os que não são relevantes para nossos propósitos. Feita essa revisão, estaremos habilitados a discutir os elementos mais importantes das obras em si.

O primeiro autor citado por Munõz é Mario Martelli. Martelli afirma que um fator econômico, relacionado às necessidades de Maquiavel, foi decisivo para sua escolha



de produzir comédias<sup>167</sup>. Essa ideia encontra repercussão na obra de Ridolfi, um dos maiores biógrafos de Maquiavel. Para Ridolfi, Maquiavel encontrou momentos de “ócio literário”, que contribuíram para o desenvolvimento de uma série de leituras dos antigos que apontam influências claras de Plauto, Terêncio e Aristófanes.<sup>168</sup> Nessa mesma direção há uma leitura irônica a respeito da finalidade das comédias que encontra sua gênese na própria vida de Maquiavel.

Para Ezio Raimodi, Maquiavel busca através das comédias representar a realidade que estava a sua volta para dar a conhecer seus difíceis tempos no exílio desenvolvendo de forma satírica seus argumentos.<sup>169</sup> Semelhante à essa leitura, temos a de Maurizio Viroli, que analisa as comédias como uma ironia em relação à sua vida.<sup>170</sup> Carlo Dionisotti levanta um ponto semelhante em duas de suas obras, “*Appunti sulla Mandragola*” e em “*Machiavelli, Man of Letters*”. Ele analisa a finalidade da comédia como uma forma de expressão para manifestar um tipo de sátira política sobre seus momentos de exílio da vida pública.<sup>171</sup>

Esse primeiro grupo de estudiosos apontam para uma direção distinta da nossa. Por outro lado, existe uma leitura chamada de funcional, que aponta para o fato de que esses textos estão relacionados com seus postulados políticos. Para Ronald Martinez, a criação cômica seria um meio de expressão que permitiu manifestar diferentes posições políticas. Martinez considera que a comédia possui inevitavelmente uma leitura política em seu argumento. No caso da Mandrágora, que para esse autor é o ápice desse procedimento filosófico, o papel da personagem Lucrecia está diretamente vinculado a uma interpretação cívica, que colocaria a figura de Lucrecia associada à valores republicanos contra a tirania e contra os Medici.<sup>172</sup>

---

<sup>167</sup> MARTELLI, Mario. «Política, storia e letteratura: Machiavelli e Guicciardini», en Storia della letteratura italiana, editado por E. Malato (Roma: Salerno Editrice, 1996).

<sup>168</sup> RIDOLFI, Roberto. Vida de Nicolás Maquiavelo (México: Renacimiento, 1961) página

<sup>169</sup> RAIMONDI, Ezio. «Il teatro del Machiavelli», Studi Storici, vol. 10, no. 4 (1969).

<sup>170</sup> VIROLI, Maurizio. La sonrisa de Maquiavelo (Barcelona: Fábula Tusquets Editores, 2002)

<sup>171</sup> DIONISOTTI, Carlo. «Appunti sulla Mandragola», Belfagor, vol. 39 (1984) Carlo Dionisotti, «Machiavelli, Man of Letters», en Machiavelli and the Discourse of Literature, editado por Albert Russell Ascoli y Victoria Kahn (Nueva York: Ithaca, 1993)

<sup>172</sup> MARTINEZ, Ronald. «Comedian, Tragedian: Machiavelli and Traditions of Renaissance Theater», Machiavelli, editado por John Najemy (Cambridge: Cambridge University Press, 2010).

Na mesma direção, mas por outra via, Albert Russell Ascoli e Angela Capodivacca analisam as dimensões poéticas dos escritos políticos de Maquiavel, comparando essas obras com as literárias, os autores buscam mostrar como as obras literárias funcionaram como uma preparação para a recepção de suas mensagens políticas.<sup>173</sup>

Sobre esse fato, Russel Ascoli e Victoria Kahn desenvolvem uma tese sobre a gênese da obra literária afirmando que o contexto cultural em que Maquiavel orbitava quando da redação das obras era composto por uma constante ambivalência entre sua inclinação para literatura e sua análise política, no sentido que existia uma relação entre sua educação humanista e sua capacidade de estabelecer uma observação empírica. Nesse sentido, a comédia pode ser compreendida como resultado dessas duas influências, sua educação humanista e sua observação empírica.<sup>174</sup>

Outra abordagem importante de ser mencionada é aquela que se baseia na verificação de alguns preceitos filosóficos que Maquiavel desenvolveu nos textos mais reconhecidos. Jane Tylus observa, principalmente em relação à Mandrágora, que a finalidade da representação cômica de Maquiavel seria o uso social do teatro para apresentar a temática de uma natureza humana infame<sup>175</sup>.

Tylus corrobora nossa ideia da presença de aspectos filosóficos de outros escritos na Mandrágora, mas não desenvolve um trabalho que nos permita levar essa ideia para outras obras ou falar sobre um denominador comum das obras literárias. Seguindo o mesmo caminho, Isaiah Berlin considera que escritos como a Mandrágora contêm uma moral próxima à das obras políticas. O autor afirma que podemos concluir que a vida pública tem sua própria moralidade, diferente dos princípios cristãos, que tendem a ser um obstáculo pra a compreensão da vida em comum.<sup>176</sup>

Outro trabalho importante de ser mencionado sobre a obra literária de Maquiavel é o de Victoria Kahn. A pergunta sobre a relação entre a retórica humanista

---

<sup>173</sup> ASCOLI, Albert Russell; CAPODIVACCA, Angela, «Machiavelli and Poetry», en *The Cambridge Companion to Machiavelli*, editado por John Najemy (Cambridge: Cambridge University Press, 2010)

<sup>174</sup> RUSSELL; KAHN. *Machiavelli and the Discourses of Literature*

<sup>175</sup> TYLUS, S Jane. «Theater and its Social Uses: Machiavelli's Mandragola and the Spectacle of Infamy», *Renaissance Quarterly*, vol. 53 (2000)

<sup>176</sup> BERLIN, Isaiah. «La originalidad de Maquiavelo», en *Contra la corriente. Ensayo sobre historia de las ideas* (Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1983), 135-136

e o republicanismo é um topos central na historiografia do renascimento italiano abordado por essa estudiosa, dividindo principalmente os comentadores de Maquiavel. Como mostra Kahn, as interpretações clássicas do pensamento maquiaveliano são formuladas a partir desse debate, tais como as interpretações de J.G.A Pocock e Quentin Skinner.

Ambos concordam que a retórica humanista foi decisiva para o desenvolvimento do humanismo cívico e que Maquiavel é o principal herdeiro dessa ideologia cívica. Por outro lado, apesar desse consenso sobre a influência da retórica no pensamento de Maquiavel, muitos autores o leem e o analisam como se sua própria retórica fosse irrelevante para o seu pensamento político. A partir desse panorama, a autora sugere que esse debate tem importantes implicações metodológicas para a interpretação de Maquiavel e principalmente no que concerne a relação entre retórica e política em geral. Sendo assim, ela toma o lado dos que acreditam que a melhor opção teórica para compreender o pensamento de Maquiavel é analisa-lo retoricamente.

Os historiadores que tem lugar na análise de Kahn concebem retórica como uma ferramenta argumentativa a serviço de ideias políticas, ou uma técnica argumentativa ideologicamente neutra, que pode ser usada dos dois lados da questão, ou como um modo de debate e diálogo que é ao mesmo tempo crítico e formal. É essa última concepção que marca a posição de Kahn a respeito da retórica Maquiaveliana e ajudam a explorar as tensões e laços entre o Maquiavel literário e o Maquiavel republicano.

Apesar dos pesquisadores concordarem que no quattroceto aconteceu o nascimento de uma defesa da *libertas em* seu sentido político, as explicações para esse fenômeno variam. Para Hans Baron a ideologia do humanismo cívico nasce sobre a ameaça dos Visconti a república florentina em 1402. Antes desse tempo, o humanismo era essencialmente um esforço literário descolado de exigências da vida política. O interesse de Petrarca pela vida ativa era a única exceção para Baron. “*he was a Moses, led to see a new land, but not wanted to enter it*”. Já Salutati, muito engajado na vida ativa como chanceler da república durante a crise de Florença, não integrou sua experiência política com a literatura humanista e os objetivos intelectuais. O argumento de Baron é que ele nunca poderia ter defendido César e condenado

Brutus na obra *De Tyranno*. Por essas razões, a crise política italiana canalizou a retórica humanista em habilidades para a defesa do republicanismo e da vida ativa.

Em uma série de artigos sobre o problema baroniano, Seigel argumentou que a defesa da *libertas* no quattrociento não responde unicamente a uma crise política, mas diz respeito principalmente aos produtos de uma cultura retórica, que encorajou argumentos pro e contra um tópico dado. Para Baron, não há uma aliança clara entre retórica humanista e republicanismo no início do quattrociento, assim como não há uma separação drástica entre humanistas literários do século XIV e os humanistas cívicos do XV. Sobre a definição de Kristeller de que os humanistas são retóricos profissionais, Seigel argumenta que Petrarca e Bruni dividiam a cultura da retórica ciceroniana, aquela que se proporia a defender tanto a vida ativa e a contemplativa em diferentes pontos de sua carreira.

Mesmo que Baron e Seigel não entrem em acordo sobre as condições que geraram a defesa do republicanismo, eles concordam na relação contingente entre a retórica e os valores republicanos. Para Baron, o fator decisivo na transformação da literatura humanista em humanismo cívico foi a ameaça dos Visconti. Para Seigel, a retórica humanista não conduz ao republicanismo nem a outro valor político, uma vez que era um mero exercício literário. Nos dois casos, a retórica é concebida como uma técnica neutra de argumentação que por finalidades políticas ou profissionais pode ser usada para sustentar certos argumentos.

Eugenio Garin oferece uma visão diferente. Em contraste com Seigel, Garin destaca a descontinuidade entre o medievo e o Renascimento no que concerne ao estudo dos antigos. E mesmo concordando com Baron sobre a importância das circunstâncias políticas para o desenvolvimento do humanismo, seu foco é nas implicações políticas dos *studia humanitatis* como forma de conhecimento.

Tomando como referência os humanistas do XV e do XVI, Garin argumentou que a filologia humanista envolvia um novo, desinteressado estudo crítico do passado, e que a retórica humanista envolvia uma teoria sobre a mudança histórica, e sobre os tipos de conhecimento mais apropriados para uma vida cívica e política. Além disso, Garin mostrou a frequente associação da oratória com tempos de crise política ou republicanismo.

Patrizi creditou a Petrarca o renascimento do espírito dos antigos oradores destruído por monarcas e bárbaros. Brocardo, no diálogo de Speroni sobre a retórica afirmou que ele não via porque a retórica deveria ser banida das repúblicas, uma vez que ela é a arte que tem como objeto as ações humanas, a partir da qual a república nasce. Segundo Speroni, repúblicas são especialmente sujeitas à mudança, à história, e desde modo para considerações de decoro, por outro lado, em razão das leis de uma república serem feitas a partir de referências ao tempo, lugar e utilidade, o poder de um só e o poder dos outros elas mudam sua aparência com frequência.

Para Kahn, a interseção entre o ponto de Garin e o ponto de Speroni não é meramente temática. A retórica não simplesmente usa da política como sua matéria prima, mas unicamente se adequa a sua forma e método, sua sensibilidade para contexto e audiência, de lidar com desejos políticos e facilitar a participação cívica. Aqui as técnicas formais de argumentação retórica permitem uma crítica do status quo e encorajam um comprometimento político positivo.

O trabalho de Garin ajudou a criar um consenso em torno da importância da retórica humanista para o desenvolvimento da consciência cívica entre tais historiadores, como Skinner e Pocock, que buscaram um meio termo entre a tese forte de Baron que enfatiza as condições políticas do republicanismo e Seigel com a teoria dos retóricos profissionais. Apesar disso esse consenso ainda não rendeu a atenção para a retórica da teoria política para a qual a análise de Garin aponta.

Nosso percurso argumentativo toma a retórica de Maquiavel, assim como sua obra literária como elementos complementares de seu realismo, e de seu republicanismo.

### 3.1 A obra literária de Maquiavel

Para que possamos nos aproximar cada vez mais do conteúdo que nos interessa nos textos literários, vamos partir de uma breve descrição sobre o conjunto desses textos para que em seguida possamos filtrar os elementos mais importantes em cada um deles que se conectam com a nossa tese central de que devemos levar em conta as reflexões de Maquiavel sobre a natureza da ação humana, tanto na vida pública, quanto na privada, para que possamos compreender sua reflexão sobre a corrupção, assim como eixos centrais de sua filosofia.

As obras literárias mais importantes de Maquiavel são três peças de teatro: “*A Mandrágora*”, “*Clizia*” e “*Andria*”. É a partir delas, principalmente “*A Mandrágora*”, que vamos mobilizar nossos principais argumentos na tentativa de sustentar a importância dessa parte da obra para a compreensão do realismo de Maquiavel. Além dessas três peças, a obra literária é composta por textos de outros gêneros como o conto “*Belfagor, o arqui-diabo*”, um relato biográfico chamado “*A vida de Castruccio Castracani de Lucca*”, um poema satírico chamado “*L’asino d’oro*” (*O Asno*), e cantos e sonetos menores como “*Primeiro Decenal*”, “*Cantos Carnavalescos*” além de outros.

Para que possamos explorar essas obras de maneira adequada, é importante mencionar a relação de Maquiavel com o contexto literário de sua época. Maquiavel teve acesso ao teatro trágico grego e romano e a obras de poetas e historiadores antigos e ali encontram-se os pilares para sua construção dramática. Como aponta Jean Castro da Costa, em seu artigo “*Maquiavel, pensador trágico*”<sup>177</sup>, o contato de Maquiavel com o teatro trágico foi bem documentado por críticos literários

não há dúvida de que Maquiavel leu tragédias latinas e, provavelmente, também algumas gregas, seja nas traduções para o latim feitas pelos colegas e amigos que se reuniam na casa de Bernardo Rucellai, seja por meio do contato com manuscritos traduzidos para o latim que circulavam na Itália desde a primeira metade do quattrocento. Maquiavel fez uso de técnicas literárias típicas do gênero trágico.<sup>178</sup>

<sup>177</sup> COSTA, Jean Castro. *Maquiavel Pensador Trágico*. In: <https://www.scielo.br/j/ln/a/JRPVPBPtsCTRMZLzJTPgD6b/?lang=pt>

<sup>178</sup> “Giorgio Squarotti (1966) defendeu a existência de uma “estrutura trágica” em *O Príncipe*, baseada em uma concepção da existência política marcada pelo *agon* heroico. Para Ronald Martinez (2000),

Um detalhe interessante no artigo de Costa é que ele nos mostra uma carta de Maquiavel à Guidicciardini na qual Maquiavel se apresenta como historiador cômico e trágico, logo após a redação da história de Florença. Em seu artigo Costa defende que Maquiavel foi um pensador trágico. O comentador se esforça para delimitar no que consistem os aspectos centrais de uma visão trágica de mundo, para afirmar que Maquiavel poderia ter chegado a esta visão a partir das fontes disponíveis no seu contexto intelectual. Apesar de diferenças que separam o nosso trabalho do de Costa, são válidas para o nosso trabalho as referências textuais mobilizadas pelo intérprete.

Enquanto Costa nos ajuda através de seu artigo a retrair as raízes trágicas da construção do texto de Maquiavel, por outro lado, autores como Corrado Vivanti, nos ajudam a compreender os aspectos cômicos dessa mesma produção. Vivanti nos permite retrair a trajetória de Maquiavel na via literária mostrando como várias motivações presentes na redação da *Mandrágora* fizeram parte da carreira de Maquiavel como escritor no período anterior ao da publicação da obra.

Trazer a luz o trabalho de Vivanti torna mais fácil a compreensão da inclinação do autor italiano para a forma de expressão cômica.<sup>179</sup> E mais do que isso, para o nosso percurso é interessante destacar essa análise pois ela mobiliza argumentos que sustentam a nossa tese de que Maquiavel utiliza a via literária para expressar concepções antropológicas, que são indispensáveis para sua reflexão política. É no significado da interseção entre a tragédia e a comédia que podemos ver tomar forma uma ideia sobre a ação humana que subjaz ao pensamento de Maquiavel e tem nos seus escritos literários sua melhor fonte para compreensão.

---

Maquiavel estaria bem familiarizado com a discussão literária de seu tempo em razão de sua formação humanista, por ser um autor teatral e por ter participado, pelo menos desde 1515, dos famosos encontros com intelectuais e artistas nos jardins da vila de Rucellai, os Orti Oricellari, em Florença. Nestes encontros, ele teria mantido contato com autores e tradutores de peças trágicas tais como: Luigi Alamanni, que no seu exílio político traduziu a *Antígona*, de Sófocles; Giovanni Rucellai, que escreveu sua tragédia *Rosmunda*, em 1515, baseada em um episódio bárbaro que Maquiavel também incluiria na sua *História de Florença*; Giangiorgio Trissino e Ludovico Martelli, que selecionavam textos de Tito Lívio para a elaboração de suas tragédias. Martinez destaca que Maquiavel fez uso de passagens dessas tragédias nas suas comédias *A mandrágora* e *Clizia*, bem como teria utilizado certas técnicas típicas de tragédias em suas comédias (Martinez, 2000, p. 105). Também é muito provável que conhecesse a discussão teórica em torno da tragédia grega. Um dos textos mais comentados neste debate, a *Poética*, de Aristóteles, já estava disponível em seu meio na tradução latina feita por Giorgio Valla desde 1498.”

<sup>179</sup> VIVANTI, Corrado. Niccolò Machiavelli I tempi dela politica. Roma: Donzelli Editore, 2008 página , 120

O primeiro destaque dado por Vivanti é que na juventude de Maquiavel ele dedicou-se a copiar o “De Rerum natura” (Sobre a natureza) de Lucrécio e também Eunuchus (O Eunuco) de Terêncio, que já era considerada pelos antigos a obra mais bem sucedida do comediógrafo italiano. Para o comentador essas formas de expressão se conectam de maneira direta com a redação da Mandrágora para o Carnaval de 1518.<sup>180</sup> Da mesma maneira, fazem parte das experiências literárias de Maquiavel outros escritos como o de uma comédia que imitava “As nuvens e outras comédias” de Aristófanes intitulada “As máscaras”, que mais tarde foi perdida, mas que se sabe da existência através de relatos do chanceler Marcello Virgilio.

A relação que Vivanti está tentando estabelecer entre esses escritos e a inclinação cômica de Maquiavel é marcada pela ideia de que, segundo o próprio Maquiavel, a relação entre “coisas fúteis” e “coisas grandes” é o que caracteriza sua correspondência com Vettori. Para Vivanti ali se entrelaça toda sua “multiforme atividade literária”, que tem como núcleo a afinidade estilística entre expressões, termos, formas sintáticas e semânticas comuns ao que se chama de “obras maiores” e os escritos jocosos ou as cartas trocistas.<sup>181</sup>

Essa interpretação segue a mesma direção da nossa análise que aponta para uma afinidade temática complementar entre os textos políticos consagrados como os “Discorsi” e as comédias de Maquiavel, que tem valor filosófico para a compreensão de seu pensamento. As comédias estão impregnadas de significado moral e acentuadamente político através da representação de uma humanidade simuladora em que o engano é o próprio motor da ação como coloca Vivanti.

O que podemos apontar a partir desses comentários é que Maquiavel estabelece uma conexão entre suas obras. A diferença entre coisas grandes e coisas fúteis perpassa a diferença entre a vida pública e a vida privada na reflexão política, que tem a variável humana como uma constante nesses dois âmbitos. A noção de que os interesses inconciliáveis entre os homens geram um conflito que se desdobra na vida pública e nas instituições nasce de uma percepção sobre o comportamento humano essencialmente ancorado nas noções de desejo e de inconstância. O homem

---

<sup>180</sup> VIVANTI, Corrado. Niccolò Machiavelli I tempi dela politica. Roma: Donzelli Editore, 2008 página 120

<sup>181</sup> VIVANTI, Corrado. Niccolò Machiavelli I tempi dela politica. Roma: Donzelli Editore, 2008 página 120



de Maquiavel age a partir da relação que estabelece com seus desejos, podendo resultar daí ações boas ou ações más, essa é a parte imprevisível para a qual devemos estar atentos.

Ao refletir sobre a corrupção, Maquiavel a percebe como uma condição de possibilidade a que todos os regimes políticos estão submetidos, em função da natureza das transformações políticas e da própria natureza humana. É através dos textos literários que podemos olhar mais de perto para como Maquiavel concebe a natureza humana e ter mais clareza sobre quais são as consequências dessa concepção para sua reflexão política que entende o conflito e a disputa como o cerne da experiência política.

Outro exemplo que podemos mencionar em relação aos escritos menores de Maquiavel, através do qual vemos nascer um retrato da natureza humana que só pode ser expressado através da via cômica, é “*O Asno*”. Essa obra é um poema satírico de oito cantos, escrito em 1517. Ela é uma versão escrita em terça rima de Apuleio, escritor romano, que se refere ao tema da metamorfose e contém episódios grotescos e alegóricos.

Uma constante desse grupo de textos é apresentar os humanos a partir de seus aspectos mais infelizes e mesquinhos, como coloca Vivanti: “ou seja, dramáticos”, e como apontou Costa, os aspectos trágicos da experiência humana. No oitavo canto de “*O Asno*”, Maquiavel mostra um leitão que se recusa a abandonar sua condição animalisca diante da infelicidade e crueldade dos homens:

*Um porco não provoca dor em outro porco  
Nem um cervo a outro: somente o homem  
A outro homem mata, crucifica, espolia.*<sup>182</sup>

É através desses textos que podemos conectar os primeiros elementos que nos permitem caracterizar alguns aspectos da produção cômica de Maquiavel tais como suas escolhas temáticas, e principalmente porque a reflexão sobre a ação humana em seus aspectos fúteis e grandes encontra um espaço muito profícuo na via dramática.

---

<sup>182</sup> VIVANTI, Corrado. Niccolò Machiavelli I tempi dela politica. Roma: Donzelli Editore, 2008 página 121

### 3.2 Belfagor, o Arquidiabo

Outro texto importante de ser mencionado é o conto de Maquiavel “*Belfagor, o arquidiabo*”. Um elemento importante para a análise que estamos propondo em relação aos textos literários pois amplia ainda mais o que lhe interessa ressaltar na condição humana sobre a qual “*O Asno*” já lança uma primeira impressão.

Um texto interessante que serve para destrincharmos o significado dessa obra é o texto de Pasquale Stoppelli chamado, “*Machiavelli e la novella di Belfagor. Saggio di filologia attributiva*”<sup>183</sup>. A primeira contribuição desse artigo para o nosso percurso é mostrar a conexão das ideias de Maquiavel com um tema já explorado pela literatura. Stoppelli descreve esse conto como uma comédia misógina lúcida e implacável que tem suas raízes em uma tradição de notável antiguidade.<sup>184</sup> O tema do diabo mal casado já havia sido explorado por outros autores. E é revivido por Maquiavel no contexto florentino em função de seus objetivos intelectuais demarcados pelo contexto humanista.<sup>185</sup>

Como aponta Antonio delle Noci o conto em questão com sua estrutura narrativa se destaca em particular na descrição de homens e coisas, de fatos e humores que através das imagens e da sintaxe se nota a presença dos “*Discorsi*”.<sup>186</sup> Esse conto perpassa uma reflexão mais profunda sobre as relações econômicas da classe e do meio mercantil através da atenção a muitos aspectos de um certo realismo cotidiano.

A pequena fábula de Maquiavel “*Belfagor, o arquidiabo*” é um texto pouco explorado pela tradição, no qual a trama se desenlaça ironicamente a partir de uma pergunta sobre a natureza humana: O que leva o homem a se corromper? Pela própria natureza do gênero escolhido por Maquiavel para esse texto e sua tônica humorística

---

<sup>183</sup> STOPPELLI, Pasquale. *Machiavelli e la novella di Belfagor. Saggio di filologia attributiva*.

<sup>184</sup> STOPPELLI, Pasquale. *Machiavelli e la novella di Belfagor. Saggio di filologia attributiva*

<sup>185</sup> STOPPELLI, Pasquale. *Machiavelli e la novella di Belfagor. Saggio di filologia attributiva* Il motivo del diavolo malmaritato – cui è dedicato il primo capitolo, Il diavolo e la cattiva moglie, pp. 11-18 – è infatti di origine orientale, ma deve la sua notorietà europea soprattutto alle Lamentationes Matheoli, um poema latino di ispirazione antifemminile risalente alla fine del Duecento e volto in lingua francese più o meno un secolo più tardi (anni settanta del Trecento) da Jehan Le Fèvre (i versi 3853-4034 delle sue Lamentations de Matheolus, utili a um confronto con lo scritto di Machiavelli, sono opportunamente riprodotti nell’Appendice del volumetto, pp. 85-91).

<sup>186</sup> NOCI, ANTONIO. *Machiavelli Letterato*. Editora BASTOGILibri. 2014 Roma. Página 115

não podemos falar em conceitos filosóficos desenvolvidos de maneira robusta, que resultam em teses fortes, mas isso não nos impede de recolher elementos no texto que se relacionam com a concepção renascentista de homem, e nem de mapear elementos argumentativos que se desenvolvem de forma mais robusta nas obras políticas.

A pergunta sobre as causas da corrupção humana surge a partir do mote inusitado oferecido pelo texto. A história se inicia com o reino do inferno vendo sua reputação ameaçada. Isso acontecia porque todos os homens que se apresentavam diante dos juízes infernais atribuíam seus pecados às inconveniências e às dificuldades da vida matrimonial. Como obviamente essa é uma desculpa esfarrapada para justificar os próprios erros, o inferno não poderia aceitar que todos apresentassem as mesmas razões para seus pecados, pois estariam correndo o risco de que os demônios passassem por crédulos ou pouco severos, colocando a justiça do inferno em cheque.

Diante desse problema, os demônios decidem enviar Belfagor, um arcanjo rebaixado, à terra para averiguar quais eram os ônus de um matrimônio. O plano era que Belfagor viesse ao mundo sob forma de homem, se cassasse e vivesse por dez anos com a mulher, período que enfrentaria todas as dificuldades humanas como doença, pobreza, prisão e outros infortúnios para que diante de todas as dificuldades Belfagor descobrisse qual e era o pior tormento que poderia leva-lo ao pecado.

Belfagor adquire o nome de Rodrigo e se casa com uma mulher chamada Honesta, de família nobre, com excelente reputação em Florença, mas com recursos escassos. Um trecho interessante para prosseguirmos nossa análise sobre o conto é o primeiro trecho que Maquiavel usa o termo paixões humanas, e justamente para designar o entusiasmo com que Belfagor passa a lidar com as pompas e honrarias perdendo o controle de seus gastos: *“Como ao sair do inferno Rodrigo se sujeitara a todas as paixões humanas, começou logo a se entusiasmar com as pompas e honrarias do mundo, comprazendo-se com os elogios que recebia, o que o levava a novas e importantes despesas”*<sup>187</sup>.

---

<sup>187</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. Belfagor, o arquidiabo. São Paulo: Martin Claret, 2008 página 34

A ideia marcante que está destacada sobre a saída de Belfagor do inferno, que marca o início do texto, é que para se tornar humano e descobrir as causas da corrupção, ele deve se sujeitar a todas as paixões humanas. Os efeitos das paixões sobre o nosso comportamento é justamente o fundamento que o texto traz para refletirmos sobre uma natureza humana essencialmente pecadora. É na relação com os desejos e as paixões que o homem de Maquiavel encontra suas possibilidades de ação.

Em outras palavras, Belfagor só poderia descobrir porque os seres humanos pecam se estivesse submetido à condição humana. Só através de uma reflexão sobre como essas paixões influenciam o comportamento que poderíamos ter uma resposta para duas perguntas centrais da antropologia filosófica: qual é a natureza humana e porque a ideia de corrupção faz parte dos elementos que devem ser mobilizados para responder essa questão.

Na sequência do casamento, Rodrigo se apaixona por Honesta e passa a não suportar a sua tristeza. Honesta, descrita como uma pessoa de enorme orgulho, passa a dominá-lo, agredi-lo e perturbá-lo ao reconhecer a grande afeição que Rodrigo guardava por ela. Em função da consideração que guardava pela família e pelo dever matrimonial Rodrigo se comportava com muita paciência e suportava o comportamento de sua mulher. A partir dessa situação, os gastos de dinheiro só aumentam assustadoramente fazendo crescer a insolência de Honesta e complicando a situação da tranquilidade familiar, que Rodrigo pretendia conservar até seu retorno ao inferno. Começa a fase dos empréstimos e da ruína econômica envolvendo promissórias. Os irmãos de Honesta perdem mais dinheiro no jogo, os investimentos no negócio da família não vingam. Honesta pede bailes. Rodrigo ajuda casar os irmãos de Honesta. Durante esse tempo, os diabos que foram com Belfagor para o mundo decidem voltar ao inferno por não suportar conviver no ambiente familiar de Rodrigo. Rodrigo decide fugir e seus credores resolvem persegui-lo.

É importante destacar que nesse cenário desenhado por Maquiavel subjaz a ideia de que as principais causas para o infortúnio e o pecado poderiam ser os conflitos sociais e as tensões econômicas, riscos que diminuía para quem se casava. No entanto, como destaca Vivanti,

esse cálculo se mostra equivocado: com suas próprias pretensões esposa consegue dilapidar o patrimônio de que dispõe Belfagor, que

deve fugir perseguido por seus credores. A vis comica da Favola nasce justamente da inversão de valores: o inferno parece ser preferível à vida terrena; a mulher, dona Honesta, é capaz de provocar até a perdição do Diabo.<sup>188</sup>

Antonio delle Noci apontando para a mesma direção de Vivanti destaca que Maquiavel quer concentrar atenção de seu leitor em dois pontos principais. Por trás da ironia misógina que marca o aspecto cômico do texto, o que interessa ressaltar são dois aspectos centrais da sociedade florentina, o ambiente familiar onde a tragédia é consumada. Ou seja, como as dificuldades da vida cotidiana por sua própria natureza podem levar o homem a se corromper.<sup>189</sup>

Rodrigo encontra refúgio na casa de João Mateus de Brica propondo torná-lo rico para sempre caso o protegesse de seus perseguidores. Passado o perigo, Rodrigo conta sua verdadeira identidade e promete ao camponês que irá possuir uma donzela e só deixaria seu corpo se João Mateus fosse exorcizá-lo, o que lhe atribuiria a possibilidade de cobrar o que fosse pelo serviço.

Como combinado Belfagor possuiu a filha de Messer Ambrosio Amadei e pelo preço de quinhentos florins João Mateus salva a donzela. No entanto, Belfagor oferece uma segunda oportunidade a João Mateus para que aí sim fique rico de verdade. Belfagor diz que irá possuir a filha do rei Carlos de Nápoles. João Mateus comparece, também salva a filha do rei e Belfagor diz: “Como vês, cumpri minha promessa de enriquecer-te; nada mais te devo. Aconselho-te, portanto, a não aparecer mais à minha frente porque, assim como até aqui te fiz o bem, doravante poderei fazer-te o mal.”<sup>190</sup>

Essa fala de Belfagor é emblemática e se relaciona de forma direta com uma ideia muito importante de Maquiavel que já mencionamos em outros momentos da tese. A ideia de que assim como todos os homens podem fazer o bem, podem fazer o mal. Não há nada que assegure nenhum dos dois lados e podemos dizer que aqui está o núcleo da ideia antropológica de Maquiavel, a de que a natureza humana é cambiante e não pode ser definida por uma ideia maniqueísta que opõe maldade e

---

<sup>188</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. Belfagor, o arquidiabo. São Paulo: Martin Claret, 2008 página 124

<sup>189</sup> NOCI, ANTONIO. *Machiavelli Letterato*. Editora BASTOGILibri. 2014 Roma. Página 117

<sup>190</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. Belfagor, o arquidiabo. São Paulo: Martin Claret, 2008 página 112

bondade. É a relação que se estabelece com os desejos que essas possibilidades são determinadas.

Tempos depois correu a notícia que a filha do rei da França tinha sido possuída, não podendo curar a princesa o rei da França chamou por João Mateus que recusou, obedecendo a Belfagor, mas foi obrigado pelo governo de Florença. Chegando lá a contragosto tentou convencer o rei de que seu procedimento não surtiria efeito naquele caso. O rei ameaçou enforca-lo caso não curasse sua filha.

Sem encontrar saída, João Mateus pede piedade a Belfagor, que responde da seguinte maneira: *“O que, vil traidor! Não tens medo de aparecer à minha frente? Tu te vanglorias de haver enriquecido graças a mim? Vou mostrar a ti e a todos – que eu posso dar e retirar a meu bel-prazer: antes que possas escapar vou providenciar para que sejas enforcado.”*<sup>191</sup>

Diante dessa enrascada, João Mateus propõe ao Rei francês uma última alternativa, que seria a solução para o imbróglio: a celebração de uma grande missa com toda a nobreza e músicos com a presença da possuída.

No dia combinado, após tentar convencer Belfagor a sair e receber a negativa como resposta, João Mateus dá um sinal para que os músicos comecem a tocar e avisa a Belfagor que o som anuncia a chegada de Honesta para buscá-lo. No mesmo instante Belfagor voltou ao inferno sem nem averiguar a veracidade da situação. Voltando ao inferno testemunhou os males trazidos pelas mulheres enquanto João Mateus voltou feliz às suas terras.

A ideia central por trás do humor e da ironia desse conto é justamente que a própria natureza imprevisível da vida, e suas dificuldades é o que tornam o homem essencialmente pecador. A ideia de que é o matrimônio que leva os homens ao pecado faz parte da retórica e do aspecto cômico do texto, utilizada para transmitir a ideia de que a possibilidade de se corromper é uma possibilidade que marca a experiência humana.

---

<sup>191</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. Belfagor, o arquidiabo. São Paulo: Martin Claret, 2008 página 114

### 3.3 Andria

Andria foi a primeira comédia escrita por Maquiavel, publicada entre 1514-1518. Essa peça é uma comédia romana escrita por Terêncio a partir de uma adaptação de duas peças gregas de Menandro. A escolha de Maquiavel por traduzir esses textos é repleta de significado político. Ela se conecta com os debates do contexto cultural humanista e fornece mais elementos para corroborar nossa tese de que cada um dos textos literários aponta para a mesma direção que é apresentar através de tramas da vida privada a natureza humana caracterizada por desejos inconciliáveis, desmesurados e insaciáveis que tornam o convívio humano sempre imprevisível e marcado por um conflito impossível de ser domado.

Esse é um texto que nos permite acessar uma parte importante do significado que o trabalho literário de Maquiavel tem para o contexto cultural italiano, e também como esses textos se conectam de forma direta com o projeto intelectual e político mais amplo de Maquiavel, eles estão diretamente conectados com a percepção de Maquiavel sobre a vida florentina e suas preocupações em relação a cidade corrompida que ele presenciava e buscava oferecer os meios intelectuais de fazer com que a cidade retomasse o melhor caminho.

Existe um debate sobre a possibilidade de Andria ser um texto da juventude de Maquiavel. No entanto, a pesquisa de Ridolfi e de Antonio del Noci nos permitem circunscrever esse texto entre 1514-1518 no contexto literário dos Orti Oricellari. Ao final do quattroceto, como já mencionamos, Maquiavel estava traduzindo Lucrécio e “O Eunuco” de Terêncio, num contexto da república de Savonarola marcado por ideologias seculares e anti-Savonarola de dois grupos de intelectuais. Um deles chefiado por Virgilio Adriani Berti, professor humanista florentino, e o outro por Michele Marulo, poeta materialista.<sup>192</sup> O que esses autores nos ajudam a perceber é que o problema linguístico sobre o toscano e o conflito entre o latino e o “volgare” só ganha o interesse de Maquiavel no ambiente literário dos Orti Oricellari. Esse dado é importante para o nosso percurso pois o contexto de produção de “Andria” é o mesmo que o dos “Discorsi”, da “Mandrágora”, de “Clizia” e de “Belfagor” que são nossos principais objetos.

---

<sup>192</sup> NOCI, ANTONIO. *Machiavelli Letterato*. Editora BASTOGILibri. 2014 Roma. Página 87

A tradução de *Andria* entendida como uma vulgarização de Terêncio deve ser colocada em estreita relação com a tese linguística contida em *“Diálogo sobre nossa língua”*. Como coloca Antonio delle Noci, *Andria* pretende fornecer aos amigos do Orti Oricellari um exemplo de que como a língua latina poderia ser traduzida artisticamente para o “vulgar” florentino sem que o mundo cômico e o material linguístico terenciano perdesse vivacidade e potência cênica.<sup>193</sup> A preocupação com os rumos da república, que ecoa nos textos políticos, se mantém viva de outra maneira através de peças como *“Andria”*, que além de acrescentar ao significado do comportamento humano que estamos mapeando, se conecta com um projeto intelectual mais amplo do humanismo de reconectar a cidade às tradições antigas que podem servir de exemplo.

Há uma grande discussão intelectual entre os comentadores de Maquiavel sobre a relação desse texto com os objetivos teóricos de Maquiavel na obra *“Discurso sobre nossa língua”*. Como nosso interesse central não está na discussão acerca do uso da língua italiana no período, e em torno do papel cumprido por Dante nesse cenário, mas sim no conteúdo interno do texto, não vamos enveredar nessas discussões.

Como comenta Antonio delle Noci, ao Maquiavel definir a comédia como um espelho da vida privada, que deve utilizar palavras ridículas para agradar os espectadores com lucidez incisiva nos exemplos que ela pode tornar úteis, ele transporta para o mundo cômico toda sua experiência como escritor político, como poeta e como intelectual.<sup>194</sup>

Consideramos essas razões suficientes para justificar o interesse pelo conteúdo dessa obra já que ela se relaciona com a valorização da língua florentina. O olhar que Maquiavel lança para Roma nos “Discorsi” buscando caminhos para que um corpo político possa se reordenar continuamente é um olhar que segue a mesma lógica do que ele lança para a potência dramática dos antigos como meios de retratar o homem florentino de seu tempo na esperança de fornecer os exemplos pedagógicos sobre o convívio humano. Esses poderiam ser acessados de forma mais prazerosa e eficaz através do riso e de situações da vida privada nas quais podemos reconhecer várias emoções, desejos e paixões, que influenciam a nossa própria vida.

---

<sup>193</sup> NOCI, ANTONIO. *Machiavelli Letterato*. Editora BASTOGILibri. 2014 Roma. Página 89

<sup>194</sup> NOCI, ANTONIO. *Machiavelli Letterato*. Editora BASTOGILibri. 2014 Roma. Página 90



Como aponta Antonio delle Noci, Maquiavel queria colocar à prova a espontaneidade e a natureza da língua toscana. A vulgarização de Terêncio feita por Maquiavel não é neutra, Maquiavel traz as cores e os humores florentinos e seu mundo cênico contemporâneo<sup>195</sup>.

Se em Belfagor a trama se centra na pergunta de porque os humanos se corrompem, e a resposta está nas dificuldades familiares e financeiras que a própria vida pode impor, em Andria adentramos um cenário em que o amor e a reputação apontam para possibilidades que a natureza humana tem de ser influenciada em suas ações.

Assim como na Mandágora, Andria contém uma apresentação de cada uma das personagens que os liga a alguma característica de sua personalidade marcada por um desejo, uma paixão que nos mostram a multiplicidade inconciliável e desmesurada que existe mesmo no ambiente da vida privada. Os personagens principais são Simo, um nobre. Seu filho Panfilo, que na etimologia de seu nome encontramos a ideia de um amigo de todos. Philomena, com quem Panfilo já está com o casamento prometido. Gliceria, com quem Panfilo mantém um amor secreto. Crisida, a prostituta que morre antes da peça começar, mas por sua reputação marca toda a dinâmica da trama, ressaltando dificuldades da vida em comum relacionadas à má fama. Charinus, amigo de Panfilo que é apaixonado por Philomena. E os escravos Davo, Sosia entre outros, que cumprem o papel do engano, da corrupção, e das tramas assim como Ligúrio-ø faz na Mandrágora.

A história fala sobre o desejo de Simo de que seu Filho Panfilo case com Philomena, a filha de seu vizinho Cremeto, que tem boas condições financeiras. Esse casamento já está arranjado, mas a história tem como eixo central um amor secreto. Mais uma vez o engano, os segredos, os desejos proibidos ganham lugar como os principais temas que motivam a trama.

Assim como em Belfagor, os problemas da vida cotidiana, como a questão financeira e a questão familiar são apresentadas como motivos de conflito que advém da própria natureza do convívio. São problemas cotidianos e triviais, que todos os seres humanos enfrentam e que dão força para a apresentação de uma imagem da

---

<sup>195</sup> NOCI, ANTONIO. *Machiavelli Letterato*. Editora BASTOGILibri. 2014 Roma. Página 91

natureza humana que está ligada essencialmente ao conflito e ao desejo. É esse retrato da natureza humana que se comunica com as ideias dos “*Discorsi*” de que a cidade é cindida em humores, de que a corrupção sempre permanece como uma possibilidade, e, principalmente, com a ideia de que a república por ser mais adaptável é a melhor forma de governo para lidar com a natureza conflitiva do convívio humano.

Apesar do desejo de seu pai, Panfilo tem um caso de amor secreto com Glicéria, uma menina que se acredita ser irmã de Crisida, e que está grávida de Panfilo. Crisida é uma personagem que morre antes do início da peça. Ela imigrou de Andros para Atenas e, após um período de trabalho no tear, tornou-se uma prostituta. Em função desse passado, o amor de Panfilo por Glicéria seria mal visto por ser um amor por uma prostituta. É isso que impede Panfilo de se casar com seu amor, além do fato de ele estar comprometido com Philomena. No funeral de Crisida, seu pai fica sabendo desse segredo. Suspeitando do amor de Panfilo por Glicéria, Cremeto rompe o contrato de casamento com Philomena.

Além da gravidez de Glicéria, ao longo da peça vem à tona a verdade de que ela não é irmã de Crisida, a prostituta. A situação é salva pela chegada fortuita de um estranho de Andros. Ele diz aos protagonistas que Glicéria não era a irmã natural de Crisida. Ela havia sido deixada aos cuidados de sua família, quando seu tio Phania, enquanto procurava por seu irmão perdido, naufragou em Andros e morreu. Chremes, o estrangeiro revela que Phania era seu irmão e, portanto, ele é o verdadeiro pai de Glicéria. Ele dá a mão de Glicéria em casamento a Panfilo, o que deixa Philomena livre para se casar com Charinus, que é amigo de Panfilo, e absolve Davo de qualquer culpa.

Desejando envergonhar publicamente seu filho por seu namoro com uma mulher de família baixa, Simo finge que não apenas o casamento ainda acontecerá, mas que está agendado para o mesmo dia. Panfilo, a conselho de Davo, que soube do esquema de Simo, aceita a proposta de bom grado a fim de prejudicar seu pai. Simo, entretanto, convence Cremeto a concordar novamente em entregar sua filha. Isso deixa Panfilo em uma posição estranha, pois ele prometeu a Crisida em seu leito de morte proteger Glicéria. Glicéria está grávida de seu filho e, finalmente, seu amigo Charinus está apaixonado por Philomena. Davo enfrenta a ira tríplice de Panfilo (por seu conselho), Charinus (por causar a perda de sua amada) e Simo (por traição entre ele e seu filho). No final da peça as coisas se resolvem a favor de Panfilo e Charinus

### 3.4 Clizia

“*Clizia*” é a última peça produzida por Maquiavel inspirada em “*Casina*” de Plauto. Ela foi escrita em 1520 quando o escritor ocupava-se com a redação de sua “*História de Florença*”. Enquanto o texto de Plauto se ambienta em Atenas, o de Maquiavel se passa em Florença, o que corrobora alguns argumentos que já mencionamos sobre o papel dos textos literários de Maquiavel em relação a conexão de seu projeto intelectual com a preocupação cultural do humanismo em relação aos rumos de Florença.

Nessa peça Maquiavel explora a natureza da comédia indicando a diferença retórica de seus trabalhos literários e de suas obras políticas. Maquiavel apresenta a comédia como um meio de expressão seguro e decente ao mesmo tempo que subversivo, que apela aos jovens e é capaz de educar o Príncipe na arte do amor. Essa educação é necessária em função dos desejos eróticos que podem guiar as ambições do Príncipe. Mais uma vez encontramos um elemento muito importante para a conexão que estamos sustentando entre as obras políticas e as obras literárias. Como podemos constatar no Prólogo:

É muito útil para todos os homens, e especialmente para os jovens, conhecer a avareza de um homem velho, a fúria de um apaixonado, o engano de um servo, a gula de um parasita, a miséria de um homem pobre, a ambição de um homem rico, a lisonja de uma prostituta, a pouca fé de todos os homens. Dos quais exemplos dos quais as comédias estão cheias, e todas estas coisas podem ser, com a maior honestidade representar. Mas se quisermos deleitar-nos, é necessário levar os espectadores a rir. Isto não pode ser feito mantendo um discurso grave e severo, porque as palavras que fazem as pessoas rir ou são tolas, iníquas, ou amorosas. É necessário, portanto, representar pessoas tolas, amaldiçoadas, ou apaixonadas. Aqueles que faltam nestas três qualidades não encontram uma pessoa para os acompanhar com gargalhadas.<sup>196</sup>

---

<sup>196</sup> ono trovate le commedie, per giovare e per dilettere alli spettatori. Giova veramente assai a qualunque uomo, e massimamente a' giovanetti, cognoscere la avarizia d'uno vecchio, il furore d'uno innamorato, l'inganni d'uno servo, la gola d'uno parassito, la miseria d'uno povero, l'ambizione d'uno ricco, le lusinghe d'una meretrice, la poca fede di tutti gli uomini. De' quali essempli le commedie sono piene, e possonsi tutte queste cose con onestà grandissima rappresentare. Ma, volendo dilettere, è necessario muovere gli spettatori a riso: il che non si puo fare mantenendo il parlare grave e severo, perché le parole, che fanno ridere, sono o sciocche, o iniuriose, o amorose; è necessario, pertanto, rappresentare persone sciocche, malediche, o innamorate: e perciò quelle commedie, che sono piene di queste tre qualità di parole, sono piene di risa; quelle che ne mancano, non truovano chi con il ridere le accompagni. Volendo, adunque, questo nostro autore dilettere, e fare in qualche parte gli spettatori

Em *Clizia* Maquiavel demonstra uma preocupação com a finalidade da comédia no sentido prático e espiritual, que pode despertar não só o riso, mas uma atitude crítica capaz de mobilizar a ação dos homens. *Clizia* conta a história de um pai e um filho que se apaixonam pela mesma mulher. O conflito entre os desejos insaciáveis mais uma vez se torna motor da ação na peça.

O prólogo de *Clizia*, é diferente da *Mandrágora* e de *Andria*, está em prosa e não em verso, não delimita o espaço cénico ou as personagens. Nele é colocada e destacada sua única intenção que é a de deleite clássico e beneficiar os ouvintes através de uma fábula exemplar. Se na *Mandrágora* foi dada maior atenção ao tema do amor e do escárnio, aqui o centro de toda a comédia é o conflito amoroso de Nicomaco, que ao contrário da tradição oscila entre a figura clássica do velho fraco, mas prudente e a do amante forte e ousado.

Há uma diferença importante do movimento de corrupção de Nicomaco e Lucrecia, personagem da *Mandrágora*. Enquanto Lucrecia é muito honesta, e respeita as normas cívicas até ser levada a transgredir, Nicomaco faz o caminho contrário.

Ao contrário das imitações da época, *Clizia* não é uma nova versão ou adaptação do *Casina*, mas uma interpretação livre. Se em Plauto, o conflito é duplo - esposa contra marido, criado contra criado - aqui é limitado, nomeadamente Nicomaco contra Cleandro, com as suas respectivas alianças. A personagem da Sofronia, por outro lado, embora simples aliada do seu filho, é a verdadeira adversária do protagonista: ela pretende não só restabelecer a normalidade do seu marido, mas também restabelecer as normas sociais que o seu comportamento quebrou e que ameaçam comprometer a honra de toda a família. O método que usa é carregado do significado de corrupção que estamos desenvolvendo. A ação de Sofronia é paradoxalmente negativa em relação ao que quer defender, mas eficaz, uma vez que consegue influenciar o sentido de honra de Nicomaco.

O estilo de Plauto, que é caracterizado por uma linguagem metafórica, trivialidades e piadas divertidas, é substituído por uma comédia mais simples e

---

ridere, non inducendo in questa sua commedia persone sciocche, ed essendosi rimasto di dire male, è stato necessitato ricorrere alle persone innamorate ed alli accidenti, che nello amore nascano. Dove se fia alcuna cosa non onesta, sarà in modo detta che queste donne potranno sanza arrossire ascoltarla. Siate contenti, adunque, prestarci gli orecchi benigni: e, se voi ci satisfarete ascoltando, noi ci sforzeremo, recitando, di satisfare a voi” in MACHIAVELLI, Niccolò. *Mandragola*. In: *Tutte le opere*. Firenze: Sansoni Editore, 1971. Pagina 378

alusiva. Os eventos retratados não são uma simples imitação artística de um modelo, mas a ocorrência em tempos e locais diferentes do mesmo evento que teve lugar no passado.

Uma frase importante do Prólogo que nos ajuda a compreender os motivos que fazem Maquiavel localizar a história ateniense em Florença, diz respeito a uma ideia que Maquiavel repetiu em praticamente todas as suas obras políticas. A ideia de que mesmo que os tempos mudem os homens tem a mesma natureza, que podem conduzir a repetir os mesmos atos. "*Se nel mondo tornassino i medesimi uomini, come tornano i medesimi casi, non passerebbono mai cento anni, che noi non ci trovassimo un'altra volta insieme a fare le medesime cose che ora*".<sup>197</sup> Ainda no prólogo Maquiavel afirma que essa história que aconteceu em Atenas se repetiu em Florença, mas que ele vai preservar a identidade real dos personagens.

Uma parte muito interessante do texto é a comparação que Cleandro faz entre os amantes e os soldados. Nessa fala temos uma ótima comparação de como a vida pública e a vida privada enfrentam desafios semelhantes, assim como Maquiavel justifica sua ideia de que os homens precisam ser educados para o amor para evitar grandes desastres.

Cleandro afirma no início do segundo ato que aquele que disse que os amantes e os soldados são parecidos, disse a verdade. O capitão quer que os seus soldados sejam jovens, as mulheres querem que os seus amantes não sejam velhos. É mau ver um velho soldado, é muito mau vê-lo apaixonado. Os soldados temem o desprezo do capitão, os amantes não menos do que das suas mulheres. Soldados dormem no chão, os amantes nas paredes. Soldados perseguem os seus inimigos até à morte, amantes dos seus rivais. Os soldados passam pela noite escura, no inverno mais frio, através da lama, expostos às águas e aos ventos, para ganharem uma exploração, para que possam ganhar a vitória; amantes, por caminhos semelhantes e com dificuldades semelhantes e maiores, para conquistar a sua querida procura. Da mesma forma, no exército e no amor. Nos militares e no amor, o segredo, a fé e o espírito são necessários; os perigos são os mesmos, e o fim é mais frequentemente semelhante do que nunca. O soldado morre no poço, o amante em desespero.<sup>198</sup>

---

<sup>197</sup> MACHIAVEL. *Clizia*. in <https://livros01.livrosgratis.com.br/lb000889.pdf> página 3

<sup>198</sup> MACHIAVEL. *Clizia*. in <https://livros01.livrosgratis.com.br/lb000889.pdf> página 7

Basicamente Cleandro descreve muito bem o funcionamento das paixões no comportamento de um homem, admite que essa condição também é a dele e nos fornece uma fala muito poderosa para classificarmos esses desejos como desmesurados, ambíguos e insaciáveis. *“Quanto mais me dói: quanto mais inclinado estiver um homem para um dos seus desejos, mais ele o deseja.”*<sup>199</sup>

Outro ponto que gostaríamos de destacar são as canções que aparecem entre os atos. Através delas e da reflexão que conduzimos até aqui fica cada vez mais evidente como Maquiavel pensa a natureza humana e de que modo ela pode contribuir para processos de corrupção. É muito emblemático o fato de que a mulher de Nicomaco quer que ele respeite as normas e seja honesto mas que para isso tenha que enganá-lo.

*Aquele que não faz provas, o Amor,  
Do teu grande poder, em vãs esperanças  
De sempre fazer a verdadeira fé  
Qual dos Céus é o valor mais alto;  
Nem sabe como se vive em conjunto e morre  
Como se segue o mal, e o bem é fugido,  
Como alguém se ama menos a si próprio do que aos outros  
Menos do que outros, e quantas vezes  
O medo e a esperança lisonjeiam os corações, e as lágrimas:  
Nem sabe como são igualmente homens e deuses  
Teme as armas com que estás armado.*<sup>200</sup>

*Como o amor é belo num coração jovem.  
Um pessimismo é desconcertado  
Naquele que, dos seus anos passados, tem a flor.  
O amor tem a sua virtude igual à dos anos,  
E nos tempos frescos é muito honrado,  
E nos antigos tem pouco ou nenhum valor:  
Para que, ó velhos amantes, seja melhor para vós  
Deixar o empreendimento aos jovens fervorosos,  
Quem a uma intenção de trabalho mais poderosa são,  
Pode fazer ao seu senhor maior honra.*<sup>201</sup>

*Tão sábio é o engano,  
Até ao fim conduzido imaginado e querido,  
Que outros se despojem da sua aflição,  
E o doce torna cada sabor amargo doce!  
O remédio elevado e raro,  
mostras o caminho reto para as almas errantes;  
Vós, com a vossa grande valentia,*

<sup>199</sup> MACHIAVEL. *Clizia*. in <https://livros01.livrosgratis.com.br/lb000889.pdf> página 9

<sup>200</sup> MACHIAVEL. *Clizia*. in <https://livros01.livrosgratis.com.br/lb000889.pdf> página 15

<sup>201</sup> MACHIAVEL. *Clizia*. in <https://livros01.livrosgratis.com.br/lb000889.pdf> página 22

*Ao fazeres os outros felizes, fazes o Amor rico;  
Venceste apenas com os teus sagrados conselhos,  
Pedras, venenos, e encantamentos.<sup>202</sup>*

*Vós, que tão intencionalmente e quente,  
belas almas, humilde espécime honesto,  
sábio e gentil mestre  
Da nossa vida humana já ouvimos falar;  
E por ele sabeis  
O que deve ser desprezado, e o que deve ser seguido,  
Subir diretamente ao céu,  
E sob um véu esparso  
Mais do que muitos outros, o que agora é muito tempo para dizer:  
Dos quais rezam para que tais frutos possam estar convosco,  
Que merece tanto da sua cortesia<sup>203</sup>*

Como podemos perceber nos trechos elencados a principal paixão humana que ganha destaque nessa obra é o amor e seus efeitos sobre o comportamento humano. O amor produz enganos, altera aquilo que deve ser desprezado ou seguido, e serve para caracterizar a condição humana já que é uma paixão que pode levar os humanos por caminhos que estimulam conflitos.

---

<sup>202</sup> MACHIAVEL. *Clizia*. in <https://livros01.livrosgratis.com.br/lb000889.pdf> página 26

<sup>203</sup> MACHIAVEL. *Clizia*. in <https://livros01.livrosgratis.com.br/lb000889.pdf> página 33

### 3.5 A Mandrágora

A partir da análise do enredo da peça visamos uma reflexão mais ampla sobre como a natureza humana pode contribuir para os processos de corrupção na política, alargando, dessa forma, a compreensão sobre como esses temas se desdobram no pensamento de Maquiavel em suas obras mais conhecidas.

Como já dissemos repetidas vezes, a novidade de nossa proposta está em explorar o estudo da corrupção por uma fonte pouco utilizada pela tradição. Dentro dessa perspectiva, a “*Mandrágora*” é um dos textos mais fecundos, dentre os que utilizamos até aqui para pensar as relações entre a corrupção na vida privada e a corrupção na vida pública, explorando o que elas têm em comum, que entendemos ser: como se comporta o fator humano, uma variável instável e conflitiva, direcionada por interesses e desejos imprevisíveis.

Seguindo a hipótese de que a obra literária pode oferecer uma complementação conceitual relevante para a compreensão das relações entre antropologia e política no pensamento de Maquiavel, vamos terminar com o texto mais conhecidos de Maquiavel em sua época. A ideia de homem que subjaz ao texto permeia boa parte da reflexão maquiaveliana, e nossa intenção é colocá-la em destaque para pensar a corrupção.

Através do texto podemos constatar como a corrupção é um problema que extrapola as instituições políticas, permeando diversas esferas da vida em comum. Unidos dessas noções que nossa interpretação oferece, podemos abandonar, por ora, os estudos do pensamento de Maquiavel que ligam o problema da corrupção apenas à decadência inevitável das formas políticas, para associá-lo também às considerações de natureza antropológica presentes em diversos textos de sua obra.

A “*Mandrágora*” é uma comédia que conta a história do amor proibido de Callimaco por Lucrécia, uma mulher casada. Todo o desenrolar da trama se dá em torno do plano para conquistar Lucrécia. A leitura da obra que estamos propondo chama atenção para o fato de que tudo que está em jogo no plano de Callimaco diz respeito ao modo como ele terá que lidar com a natureza de cada personagem, ou seja, através de um jogo com os desejos e interesses dos outros personagens é que Callimaco consegue ir trilhando seu caminho em direção à corrupção do casamento.



São os atributos morais de cada personagem que orientam e formatam as condições para as ações de Callimaco ao longo da história.

Tendo identificado esse contexto que fomenta a dinâmica por trás da peça, podemos caminhar em direção ao núcleo da concepção de homem que subjaz não só à peça, mas à filosofia de Maquiavel: o homem como um ser de desejos. Essa concepção nos permite alcançar alguns pontos fundamentais da teoria política de Maquiavel, através dos quais orientamos a leitura da *Mandrágora*. Um ponto muito importante a ser destacado no início da trama é que Calimaco, o personagem principal da peça, quando vai procurar Ligúrio e confessar seu amor por Lucrecia se diz disposto a “tomar algum partido bestial, cruel, nefando”. A importância dessa fala é justamente apresentar o aspecto desmedido do desejo que move a peça. Calimaco está tomado por sua paixão e não se importa com o que tenha que corromper para saciar seu desejo. Como destaca Vivanti, “*Até aquele que deveria ser o herói positivo, Callimaco, para ser bem-sucedido em seu intento de conquistar o amor da bela mulher de Messe Nícia fica nas mãos de um velhaco como Ligúrio, e num momento de desespero declara-se disposto a tomar um partido bestial*”.<sup>204</sup>

Essa é uma obra que evidencia a latência das questões antropológicas na vida em comum e aponta para a tensão que existe entre a via política e a via antropológica dentro do pensamento de Maquiavel. Tensão que enfrentamos ao tentar entender como funciona a corrupção e que é justamente o que caracteriza parte da reflexão maquiaveliana. Devemos preservar e discutir essa tensão, visando uma compreensão mais precisa das diversas facetas da corrupção, que leva em conta, fatores humanos, políticos e históricos. O interesse central da nossa argumentação é discutir a fecundidade dessa nova proposta de interpretação da “*Mandrágora*”, que leva em conta como a natureza desejosa do ser humano pode contribuir para os processos de corrupção, que extrapolam a vida política, que ecoam nos nossos tempos e que surgem do conflito entre a vida política e a natureza humana.

Essa ambiguidade que está em jogo perpassa até o título da obra, pois a virtude da planta favorece a fertilidade da mulher ao mesmo tempo que mata o primeiro

---

<sup>204</sup> VIVANTI. Corrado. *Nicolau MAquiavel nos tempos da política*. Martins Fontes 2016. São Paulo página 120

homem a se deitar com ela. Esse é um destaque dado por Vivanti na obra em que analisa essas questões.<sup>205</sup>

Dois autores que seguem uma metodologia semelhante a que adotamos no nosso percurso são Andrés Felipe Agudelo - González e Javier Alonso Cárdenas Diaz. Em um artigo intitulado “Fortuna y virtud: análisis de El príncipe y La mandrágora de Nicolás Maquiavelo”<sup>206</sup>. Eles propõe uma análise que compara O Príncipe com A Mandrágora a partir da noção que o que conecta essas obras aparentemente distantes é a relação do conceito de virtude com a deusa Fortuna, ou em outras palavras que se aproximam mais do nosso trabalho, o eterno conflito entre a vontade pessoal e as dificuldades do destino.<sup>207</sup> Dessa maneira vemos nascer uma reflexão política que se baseia na prevalência do indivíduo sobre comunidade, da racionalidade calculista sobre o destino, da ciência sobre a tradição. É nesse intercâmbio temático entre os textos, dizem os estudiosos, que se projeta um modelo político e cultural que será desenvolvido na Europa posteriormente e que privilegia as noções de liberdade, igualdade e democracia.<sup>208</sup>

O que estamos demonstrando é que só a noção antropológica desenvolvida por Maquiavel é capaz de nos alertar para a necessidade de se desenvolver uma perspectiva republicana, na qual as instituições devem manter uma “eterna vigilância” em relação a possibilidade da coisa pública se corromper. É a ideia de que o homem apresenta um comportamento variável e instável, guiado por desejos imprevisíveis que aponta para a necessidade de se pensar instituições capazes de enfrentar esse problema, para o qual a república apresenta as melhores soluções.

Se em Clizia o tema principal é o amor na Mandrágora é o engano.

---

<sup>205</sup> VIVANTI, Corrado. *Nicolau MAquiavel nos tempos da política*. Martins Fontes 2016. São Paulo página 121.

<sup>206</sup> AGUDELO, Andrés. DÍAZ, Javier. “Fortuna y virtud: análisis de El príncipe y La mandrágora de Nicolás Maquiavelo”. In: <https://www.scienceopen.com/document?vid=7b58d4b2-f16e-4027-96cd-961f07d9ad99> 2013.

<sup>207</sup>AGUDELO, Andrés. DÍAZ, Javier. “Fortuna y virtud: análisis de El príncipe y La mandrágora de Nicolás Maquiavelo”. In: <https://www.scienceopen.com/document?vid=7b58d4b2-f16e-4027-96cd-961f07d9ad99> 2013.

<sup>208</sup>AGUDELO, Andrés. DÍAZ, Javier. “Fortuna y virtud: análisis de El príncipe y La mandrágora de Nicolás Maquiavelo”. In: <https://www.scienceopen.com/document?vid=7b58d4b2-f16e-4027-96cd-961f07d9ad99> 2013.

No canto de abertura, é apresentada a ideia de que passamos a vida consumindo os anos atrás de nossos desejos, e que quem do prazer se priva, além de viver entre tormentos e fadigas, do mundo deixa de conhecer os enganos, os males e os infortúnios<sup>209</sup>.

O que o canto quer dizer é que a ação humana sempre será determinada pela relação que se estabelece com os desejos, esse é o ponto de partida que irá acompanhar a história e que nos permite caracterizar o homem a partir de sua natureza desejosa. Esse dado antropológico pode ser valioso para interpretamos porque a ideia de fortuna opera de forma tão nuclear no modo como Maquiavel entende a política, pois se os homens são guiados por algo imprevisível e instável, é natural que isso traga reflexos para a natureza das mudanças e variações na vida política.

No prólogo do texto, Maquiavel apresenta os personagens ressaltando uma característica fundamental de cada um, as quais, ao longo da obra vão orientar o percurso do plano de Callimaco. É a partir das virtudes e fraquezas dos outros que ele age, engana, chantageia e se disfarça. Nícia é apresentado como um ingênuo estudioso de Boécio, marido rico, e desagradável, Lucrecia como a jovem prudente, honestíssima, que foi enganada pelos desejos de amor, Frei Timóteo é um frade de má vida, um religioso desonesto, Callimaco um amante mesquinho, Ligúrio um finório parasita, aproveitador e Sostrata, uma sogra complacente. São a partir desses atributos de cada um que os enganos advindos dos desejos darão corda para a história. É imprescindível essa caracterização dos personagens logo no início, para que se entenda porque o plano de Callimaco se tornou possível, e para que fique claro como a natureza humana é multifacetada.

Como pontua Afonssi em seu texto “Política em las tablas: La Mandrágora como forma de divulgación del pensamiento de Maquiavelo.” é no prólogo que encontramos a maior parte do conteúdo que se relaciona com os textos políticos.

En el prólogo a La Mandrágora Maquiavelo habla en primera persona, advirtiendo y resumiendo al público lo decadente de los personajes, quienes eran reflejo de una política muy poco preocupada de las cosas que son centrales para el pueblo. Se mueven por el egoísmo y los intereses personales, sus virtudes en sus actuaciones son puestas al servicio de caprichos mezquinos. La mentira mueve la obra de

---

<sup>209</sup> MACHIAVELLI, Niccolò. Mandragola. In: Tutte le opere. Firenze: Sansoni Editore, 1971

principio a fin. Quizás la parte más importante y de carga política más evidente es justamente el Prólogo, ya que en ella Maquiavelo insinúa la columna vertebral de toda la obra, la composición y las características de los personajes.<sup>210</sup>

Na primeira cena, somos apresentados aos desejos de Callimaco de conquistar Lucrecia. Esses desejos são contrários aos bons costumes e às instituições florentinas, e mesmo assim, sua vontade é criar um plano para saciar sua alma; independente de que para isso tenha que burlar e corromper os bons costumes, as leis, correr risco de vida e difamação.

Essa situação mostra como os desejos são livres, e não necessariamente se adequam às regras estabelecidas socialmente; essa é uma condição a que estamos submetidos, pois sempre surgirão entre os homens desejos contrários ao bem comum, e principalmente desejos inconciliáveis, que caracterizam a conhecida teoria dos humores de Maquiavel. A ideia que está em jogo é a de que os desejos de uma pessoa se impõe, como força motriz da ação, definindo assim um aspecto nuclear da antropologia de Maquiavel, que se exime de definir o homem como bom, ou mau por natureza. O que define o homem de Maquiavel é a abertura para ambas as possibilidades, é seu comportamento errático, e essa abertura não tem outra justificativa a não ser o fato de ela ser guiada por desejos; a imprevisibilidade deles e seus movimentos cambiantes colocam o homem nessa condição de ter que fazer escolhas entre dar corda ou refrear seus próprios interesses tendo sempre em perspectiva a vida em comum.

O plano de Callimaco não só nasce de sua natureza desejosa, como opera através da natureza e dos desejos dos outros personagens. Para que Callimaco corrompa a instituição do casamento, terá que lidar com a natureza humana não só como obstáculo, mas como ferramenta. Nesse mote inicial podemos esboçar uma reflexão sobre a relação entre a natureza desejosa do homem e a corrupção das instituições, não apontando a natureza humana como a causa unívoca da corrupção, mas apontando para a pergunta de como lidar com o fato de que a corrupção ancora algum de seus tentáculos nos desejos humanos, sob os quais não temos controle.

---

<sup>210</sup> ANFOSSI, Pietro “Política em las tablas: La Mandrágora como forma de divulgación del pensamiento de Maquiavelo. In: Los límites de lo humano. Madrid 2016 página 53.

Para Callimaco, a principal dificuldade é a natureza virtuosa de Lucrecia, que a tornaria incorruptível. Já as brechas que o animam são a ingenuidade de Nícia, o desejo que o casal tem de ter filhos, e o fato da mãe de Lucrecia ter sido mulher de vida livre, poderia ajudar se visse alguma vantagem para a filha no plano, independente de qualquer imoralidade envolvida.

Depois de ponderar seus obstáculos e suas brechas, todos envolvidos com o caráter e o desejo dos outros personagens, Callimaco apresenta seu plano. A ideia passa pela boa convivência que Ligúrio, o aproveitador trapaceiro, estabeleceu com Nícia. Ligúrio é apresentado como um ex-mediador de casamentos que se reduziu a mendigar almoços e jantares, a quem Nícia empresta dinheiro e considera agradável, apesar de não convidá-lo a mesa por sua má fama. É interessante que, após Ligúrio ser apresentado dessa maneira, Callimaco é advertido sobre os riscos que se corre ao negociar com interesseiros e aproveitadores.

Os aproveitadores, assim como os soldados mercenários, não têm uma posição estável em nenhum conflito. Essa advertência mostra as possibilidades corruptivas da natureza humana, mostra que o que guia Ligúrio, assim como qualquer outro ser humano, são suas necessidades e interesses, os desejos se impõem. E principalmente aponta para o lugar que estamos mirando, a conexão entre a vida pública e privada através da variável humana.

Depois de estabelecer o plano para apresentar Callimaco ao casal, o próprio Ligúrio diz: “prefiro tomar algum partido, mesmo que seja brutal, cruel ou nefando”, fala que escancara a natureza de suas ações, ou seja, em troca do dinheiro, Ligúrio não se importa com a querela moral que cerca o problema. Em vários momentos do texto somos confrontados com situações nas quais o desejo da personagem e seus objetivos se impõem sobre as ações virtuosas, os personagens se veem diante da decisão de escolher um lado, e escolhem o lado corrupto.

O segundo ato da peça figura o encontro entre Callimaco e Nícia. Pouco antes de Callimaco chegar, Nícia se mantém desconfiado sobre as capacidades do suposto médico. Ligúrio tenta acalmá-lo dizendo que deve julgar o médico pela aparência, pela doutrina, pelo falar e pela reputação. E faz isso por já haver combinado com Callimaco para usar palavras em latim, ir bem apresentado e mostrar que o rei da França tem estima por ele. Nícia se sente seguro para avaliar o médico por esses parâmetros sem saber que está tudo armado.

Todos sabemos que a retórica, as aparências, a reputação são meios essenciais para o engano, e para a corrupção até mesmo na política, e que tudo isso orbita nossas vidas privadas no cotidiano. Na relação entre duas pessoas que se associam num pacto de corrupção é preciso que exista confiança de ambos os lados, o que é difícil, já que ambos sabem que do ponto de vista ético são duas pessoas duvidosas negociando, sendo assim, para se manter a confiança dentro dos veios da corrupção é preciso operar com essas qualidades do convívio social, das quais Callimaco se vale para enganar Nícia. Uma importante lição do Príncipe de Maquiavel é que a política se dá no campo da imagem, daquilo que aparece, e por isso, tanto na vida privada quanto na vida pública, os mecanismos para levar a cabo um plano de corrupção são muito parecidos, os atores operam a partir da imagem.

Callimaco chega, se apresenta, convence Nícia com o trato, e como arquitetado, pede um exame de urina de Lucrecia, também para conferir credibilidade à imagem do médico. Sendo assim, Nícia e o criado se retiram para ir recolher a urina de Lucrecia. No caminho Nícia faz um comentário sobre o povo florentino, chamando-o de avarento e acusando-o de não ter nem apreciar virtude alguma.

É importante destacar esse momento, pois essa crítica de Nícia acentua sua ingenuidade, já que mesmo sabendo das mazelas do povo italiano, Nícia confiou que Callimaco fosse médico por causa de duas frases pronunciadas em latim. O lugar ocupado no texto pela fala artilosa, pela retórica e pelo convencimento é crucial para entendermos como são as ferramentas da corrupção na vida privada que também operam na vida pública. A retórica e o convencimento operando através de desejos e fraquezas das pessoas é uma condição a que estamos submetidos na vida em comum, e que podem ser as condições ideais para a corrupção, isso significa, como aprendemos nos *"Discorsi"* que a corrupção sempre vai existir; como um problema a ser enfrentado pelas instituições, é uma ingenuidade imaginar a vida política sem essa possibilidade em aberto.

Depois de avaliar a urina de Lucrecia, Callimaco recomenda que ela beba uma poção de mandrágora, uma planta venenosa e mágica. Esse seria o único modo de engravidá-la, e caso esse modo não funcionasse, depois de um ano Callimaco pagaria a Nícia dois mil ducados. Para convencê-lo ele diz que se não fosse o chá de mandrágora a rainha de França e muitas outras princesas ainda estariam estéreis. O

chá funciona da seguinte maneira, depois de ingerido por Lucrecia, o primeiro homem que tiver relações com ela morre em 8 dias.

Nícia acha a ideia um absurdo, mas Callimaco rebate dizendo que ele não estaria sendo sensato se até o rei da França se submeteu a esse processo. Nícia permanece inseguro por dois motivos, pois certamente ninguém aceitaria essa proposta de morrer, e, ao mesmo tempo, ele teme por enganar alguém e ter problemas com a justiça. Para resolver isso, Callimaco sugere que eles sequestrem um vagabundo no mercado, do qual não se deve sentir pena.

Ligúrio, Callimaco e Nícia reconhecem que o maior empecilho para colocar a ideia em prática é a vontade de Lucrecia, que não se submeteria a algo tão inusitado. Ligúrio diz que através do confessor, o frei Timóteo, pode-se convencê-la, sua natureza demasiada honesta crê muito na religião, que como sabemos, é outra esfera da vida que muitas vezes é utilizada na corrupção. A autoridade religiosa é muito potente para sustentar falácias na política, por isso a figura do frade é a única capaz de dobrar Lucrecia, a personagem honesta.

Callimaco pergunta a Ligúrio se é ele que fará com que o confessor participe do plano e Ligúrio responde: “Eu, o dinheiro, a nossa malícia e a dele.” É interessante como Ligúrio tem uma noção apurada da natureza humana, é ele que coordena os passos do plano a partir do que conhece do perfil de cada um. Só o padre poderia convencer Lucrecia, só o dinheiro poderia convencer o padre, e só a mãe de Lucrecia poderia convencê-la a ir visitar o padre. Tudo depende da coordenação desses fatores, e Ligúrio bem conhecia os interesses em jogo.

O terceiro ato se inicia com uma fala de Sostrata que indica sua adesão ao plano a partir da ideia de que o homem prudente sempre escolhe entre os maus partidos o que seja menos ruim, e se esse é o único remédio para ter filhos, é melhor que assim seja. Sendo assim, Ligúrio fica encarregado de falar com frei Timóteo e Sostrata com Lucrecia. Aqui aparece a ideia de que numa disputa é bom escolher um lado; entre o marido grosseiro que não a consegue engravidar, e o trapaceiro apaixonado que pode engravidá-la, a mãe prefere o lado que fere os bons costumes.

Nícia fala para Ligúrio não se assustar com a necessidade de tantos rodeios para convencer sua mulher. Sua natureza por demasiado honesta é contrária a esse tipo de plano, que supostamente iria levar um homem enganado à morte. Voltando ao

nosso argumento, tudo que possibilita a execução do plano é a natureza maleável de cada um dos personagens envolvidos e o que dificulta o plano é a natureza firme de Lucrecia.

Antes de conversar com o frade, Ligúrio comenta que esses frades são muito astutos e ligeiros porque conhecem os pecados das pessoas e os deles, para ele é mais fácil levar a cabo qualquer plano de corrupção, já que nos pecados encontramos os meios para chantagens, os interesses e os desejos mais fortes de cada um. Na conversa com Frei Timóteo, Ligúrio é perspicaz e inventa uma história sobre um aborto para sondar se o frade poderia aceitar se juntar ao plano, era preciso testar a natureza do padre, se era firme ou maleável por alguns ducados. Tudo corre como planejado e o frade interessado no dinheiro se dispõe a ajudar.

No caminho da igreja Sostrata diz à filha para não estranhar o que frade viesse a falar, pois como mãe jamais colocaria a honra da filha em cheque ou aconselharia coisas inconvenientes. Lucrecia se mantém desconfiada e fala que se dependesse dela a continuidade da espécie humana ela não sujeitaria seu corpo a isso, muito menos se envolvesse a morte de outro homem. É interessante como a natureza incorruptível de Lucrecia é acentuada diversas vezes no texto e colocada como o principal obstáculo, no entanto os tentáculos da corrupção não se intimidam, e a partir da reputação que o frade disfruta aos olhos de Lucrecia é possível tentar convencê-la. Como já vimos, em outros momentos do texto, a reputação, a retórica, a aparência, o suborno, a religião são artifícios imprescindíveis para se lidar com os desejos das pessoas e corrompê-las.

Na tentativa de convencer Lucrecia a se sujeitar ao plano Frei Timóteo diz que sempre que há um bem certo e um mal incerto não devemos por medo desistir de nossos intuitos. No caso, o bem seria gerar mais uma alma para Deus e agradar o marido, e o mal seria a morte do homem que deitasse com Lucrecia, que o frade diz ser incerta. Sobre o ato pecaminoso, o frade diz que não há problemas, pois quem peca é a vontade e não o corpo, e sendo assim, como ela não está desgostosa de Nícia seria perdoada e não se configuraria um pecado. E assim, usando de outros argumentos bíblicos o frade convence Lucrecia de que não existe pecado na estratégia para engravidá-la. É muito importante destacarmos que a única questão que estava em jogo para Lucrecia era a questão moral que cercava o problema, ela não queria fazer nada que fosse errado e fugisse aos bons costumes. Conseguindo



ludibriá-la e acalmando sua consciência, Lucrecia acaba por ceder ao plano, já que conferiu junto a autoridade do frade que sua natureza honesta estava preservada.

O quarto ato se inicia com Callimaco ansioso e receoso, ciente de que seus desejos o estavam controlando. Retirava esperanças da estultice de Nícia e temia a dureza de Lucrecia confirmando a nossa tese. A reflexão de Callimaco é importante para o nosso argumento, pois mostra como os perigos dos desejos e como parâmetros morais são fracos para contê-los, Callimaco demonstra que não se envergonharia de ir para o inferno, afinal, está tomado por uma força maior, e ele conclui que é preciso fugir do mal, mas se não puder evitá-lo devemos encará-lo.

Em meio à sua meditação, Ligurio aparece para ajustar os detalhes finais do plano, assim, decide usar um disfarce em Callimaco para que ele se passe pelo vagabundo que irão capturar e levar para o quarto de Lucrecia; chegando lá a ideia é que Callimaco antes de qualquer coisa revele todo o engano, declarando seu amor, dizendo que a quer bem, e que eles podem ser amigos sem incorrer em nenhuma infâmia ou ser inimigos gerando um enorme caso de infâmia que envolveria a mãe, o frade, Ligúrio, Siro, e sendo assim ela haveria de ceder.

É importante notarmos como na vida privada e também na vida política, a questão de lidar com a reputação, e com as aparências é muitas vezes mais fundamental do que se lidar com o que as coisas realmente são. Esses são elementos que aparecem nessa história de corrupção da vida privada que são sempre centrais nos processos de corrupção da política. Como Maquiavel já nos ensinou, o Príncipe, para se manter no poder, deve estar mais preocupado com o que o seu governo parece ser do que com o que ele realmente é.

Ainda no quarto ato somos apresentados a uma reflexão do frade, na qual ele aponta para as más companhias como um motivo dos homens serem levados à força, ser muito complacente e bom demais, ou também malvado demais também são motivos que levam os homens ao fracasso. Isso está de acordo com a máxima maquiaveliana de que o Príncipe deve saber ser bom ou mau segundo a ocasião, e, portanto, no caso da corrupção, aqueles que não sabem utilizar sua natureza e controlar seus desejos podem ser levados para caminhos arriscados. O frade se encontra um pouco arrependido por ter se deixado levar, mas acredita que como muitos estão envolvidos todos vão cuidar para que tudo corra bem. A pressão que pretendem fazer em Lucrecia para que ela não delate o plano é da mesma natureza

da preocupação do frade: como a proporção das coisas muda quando existem várias pessoas envolvidas.

No último ato da peça, Nícia está animado com o sucesso do plano e já contava com seus filhos, a ironia da comédia maquiaveliana é refinadíssima, uma vez que coloca na fala do personagem ingênuo as palavras de triunfo que escancaram sua estupidez. Nícia já havia levado o prisioneiro ao quarto de Lucrecia, onde passaram a noite, e já o havia levado para fora, tudo parecia ter corrido bem. Nícia relatava como fez cada coisa com cuidado, se precavendo para que o prisioneiro não o reconhecesse e depois passou a noite conversando com Sostrata. Ligúrio o ironiza elogiando a prudência com que Nícia se comportou. Tira sarro de sua ingenuidade de não saber que era Callimaco o prisioneiro e que sua sogra sabia de tudo sobre o falso chá de mandrágora. Nícia ainda faz um comentário dizendo que sente dó do rapaz que logo irá morrer, mas entende que tudo tem um preço. A fala de Nícia não só mostra como foi através de sua ingenuidade que tudo pôde ser feito, como também aponta para a falta de amarras morais na vida real que possam conter o impulso dos desejos, essa é uma condição da vida pública e da vida privada; por mais que existam boas leis, a possibilidade de serem corrompidas e violadas nunca desaparece. Nícia não se importou com a suposta morte do prisioneiro e Callimaco não se importou com as consequências que podia trazer para todos os envolvidos. Esse desfecho escancara vários traços da corrupção que a elevam a uma categoria de condição. Isso é, levando em conta que os homens são movidos por desejos, os quais estão para além dos parâmetros morais e legais, e considerando que a natureza humana é diversa, uns são mais fortes, outros mais fracos, a ideia que permanece é que a corrupção é um problema com o qual a vida em comum terá de lidar inevitavelmente. Nossa conclusão é de que se há uma antropologia no pensamento de Maquiavel, ela diz que a natureza humana é inapreensível, e as consequências desse dado podem ser expressas através do papel que a fortuna exerce na vida política, tornando a corrupção uma constante imprevisível da qual não podemos deixar de prestar atenção.

A peça termina com Callimaco contando para Ligúrio como foi a noite com Lucrecia, como fez para quebrar a rigidez do caráter daquela donzela. Ele disse a ela que poderiam ser felizes dada a ingenuidade do marido e prometeu fazer-lhe esposa quando Nícia morrer. Lucrecia gostou dos modos de Callimaco ao trata-la, se satisfez com um amante mais jovem e acabou concluindo da seguinte maneira: “Já que tua

astúcia, a tolice de meu marido, a ingenuidade de minha mãe e a malvadeza do meu confessor me levaram àquilo que por mim mesma eu nunca teria feito, acredito que isso venha por uma disposição celeste, e se assim se quis, eu não sou ninguém para recusar o que o Céu quer que eu aceite. Portanto eu o tomo como senhor patrono e guia: será meu pai e meu defensor, e quero que seja todo o meu bem; e aquilo que meu marido quis por uma noite, quero tê-lo para sempre. Torne-se pois seu compadre, virá essa manhã à igreja, e de lá virá almoçar conosco; ir e vir dependerá apenas da sua vontade, e podemos ficar juntos a toda hora sem levantar suspeitas.”<sup>211</sup>

A natureza honesta de Lucrecia cede à corrupção e ela logo começa a bolar planos para ver Callimaco com frequência. Lucrecia cedeu por um simples motivo, Callimaco conquistou seu desejo, através do trato, da aparência, da juventude e da astúcia, o que ela esconde com uma justificativa celestial. Lucrecia no final das contas é corrompida por algo que ela jamais pensaria em fazer, mas muitas vezes a corrupção lança suas garras até sobre os mais honestos, basta seduzir seus desejos. Isso acontece na vida pública e privada, não ganhamos muito condenando a corrupção moralmente, mas ganhamos ao considera-la um problema histórico de qualquer tempo, com os quais as instituições terão de lidar.

Como comenta Stoppelli, uma bela mulher casada, depois de passar uma noite de amor com o seu amante, casa com ele sob a bênção do seu marido, e depois é submetido a um rito de purificação. É assim que podemos descrever o fim do texto. É um final paradoxal, mas que tem a sua própria lógica. o profano da relação adúltera é primeiro sacralizado com um casamento velado e depois-limpos dos seus elementos impuros originais. Certamente que isto não é uma lógica secular, e se o autor da invenção é um escritor muito secular como como Maquiavel, tudo isto cheira a escárnio solene. Mas a dissolução, apesar do seu evidente paradoxo, reside na preparação desta solução, através das ações das personagens e dos desejos que as movem. E a solução acabará por ser a única que se pode imaginar<sup>212</sup>.

---

<sup>211</sup> MACHIAVELLI, Niccolò. Mandragola. In: Tutte le opere. Firenze: Sansoni Editore, 1971

<sup>212</sup> STOPELLI, Pasquale Última scena della Mandragola. Página 27 Insomma, una donna bellissima, già sposata, dopo aver trascorso una notted'amore col suo amante, lo "sposa" sotto lo sguardo benedicente del marito, sottoponendosi successivamente a un rito di purificazione. Lo potremmo anchoraccontare così il finale della Mandragola. È un finale paradossale, ma ha un sua logica: il profano della relazione adulterina viene prima sacralizzato con un matrimonio velatamente celebrato e poi mondato degli elementi impuri origina-ri. Certo non è questa una logica laica, e se autore dell'invenzione

## CONCLUSÃO

Ao longo da tese buscamos argumentar que os textos literários de Maquiavel nos proporcionam uma visão consistente sobre o que o filósofo florentino concebia como a natureza da ação humana. O homem de Maquiavel age movido por desejos desmesurados. Partir dessa concepção antropológica é o que há de mais realista para pensar os efeitos dessa condição para o convívio social e conseqüentemente para a filosofia política inaugurada pelo florentino.

Nosso esforço se pauta em justificar porque esse dado não pode ser desprezado para uma compreensão dos principais eixos filosóficos que estruturam a reflexão política do filósofo florentino. O problema da corrupção foi o exemplo que escolhemos para sustentar a tese uma vez que esse recorte demanda a mobilização dos principais pilares da filosofia de Maquiavel tais como: a fortuna, a liberdade, a teoria dos humores, o republicanismo e fundamentalmente seu realismo político.

Maquiavel herdou de Políbio a ideia de que todos os regimes políticos de qualquer tempo estão submetidos à possibilidade constante de corrupção de seus valores e suas instituições. O que estabelecemos a partir desse ponto de partida ao longo da tese foi que essa concepção sobre a corrupção como uma ameaça constante mantém uma relação com a reflexão de Maquiavel sobre a natureza humana. Isso porque, não sendo essencialmente boa, nem má, o melhor modo de se chegar a uma definição mais precisa é afirmar sua inconstância, seu caráter multifacetado e dinâmico que se assemelha à instabilidade que os regimes políticos podem enfrentar. Podemos concluir, portanto, que da mesma maneira que a corrupção ameaça a qualquer regime, sempre existirão homens corruptos. Afinal, Até Lucrécia, símbolo de honestidade e retidão se corrompeu pelos próprios desejos.

A grande lição para o pensamento político que podemos tirar desse cenário é que partindo desses pressupostos maquiavelianos se torna mais frutífera a reflexão sobre a melhor forma de organizar uma república. As conclusões que podemos retirar desse caminho teórico é que só instituições elaboradas a partir da noção que o conflito

---

è uno scritto-re laicissimo come Machiavelli, il tutto sa di solennissimo sberleffo. Ma la per-suasività dello scioglimento, nonostante l'evidente sua paradossalità, sta nell'a-bilità dell'autore nel preparare da lontano questa soluzione, attraverso l'agiredei personaggi e le logiche che li muovono. E la soluzione risulterà alla finepertinentissima e addirittura l'unica che si riesca a immaginare.

é a essência da vida política, e que o desejo é a essência da ação humana, podem se tornar instituições mais resistentes ao processo de corrupção, pois são capazes de se reformular com o tempo direcionadas pela possibilidade de saciar os desejos que marcam os conflitos políticos entre o povo e os grandes.

Maquiavel percebeu que na interseção entre as “coisas fúteis” e as “coisas grandes” residia a natureza humana como uma constante. Isso significa que existem parâmetros de comparação entre a vida pública e a vida privada que revelam as dificuldades que o convívio humano impõe a partir de sua própria natureza.

Disso podemos concluir que era possível encontrar uma forma de expressão para suas ideias sobre o homem, que podem ser acessadas através da dramaticidade da vida privada pela via literária. Maquiavel escolheu apresentar sua concepção antropológica através de comédias, marcadas pela ironia, que retratavam a trivialidade da vida cotidiana e a miséria humana. Esses textos constituem uma fonte preciosa para se compreender como a natureza humana apresentada se conecta com os principais conceitos que estruturam a reflexão política de Maquiavel.

Os pontos-chaves de sua teoria política desenvolvidos no *Príncipe* e nos *Discorsi* tais como a teoria dos humores, a ideia de liberdade e os movimentos de transformações dos regimes podem ser explorados de maneira mais ampla quando adicionamos o significado da variável humana. São as condições impostas pelo comportamento humano fundamentadas no conceito de desejo que trazem para a vida política seu caráter mutável e imprevisível que funcionam como pilares de uma reflexão política realista.

São essas ideias que inauguram a compreensão de que a política não pode ser pensada a partir de formas ideais. Idealizar um regime perfeito é incorrer num erro grave de pressuposto. Imaginar que os conflitos e as disputas entre os homens poderiam se extinguir e que uma forma institucional idealizada seria capaz de erradicar o comportamento corrupto é partir de um grave erro antropológico. Significa se afastar das noções de que a política é essencialmente um conflito insuperável que dá uma forma particular aos regimes políticos, que permanecem em constante mutação, e que os homens são movidos por forças desejosas desmesuradas, insaciáveis e cambiantes.

Quando analisamos as sugestões institucionais oferecidas por Maquiavel para que um corpo político se organize podemos perceber que um dos pressupostos que organizam seus argumentos é justamente a ideia de que as instituições devem estar preparadas para um movimento imprevisível e contínuo que marca a natureza humana, a possibilidade de se corromper. Além disso, essas razões se justificam pela defesa que Maquiavel faz da república como o melhor modelo para lidar com essas condições. É só um regime capaz de se transformar continuamente através da interação entre os desejos de liberdade e dominação que pode enfrentar essa condição contando com as melhores possibilidades de durar no tempo.

Nesse sentido, uma conclusão importante do nosso trabalho é que podemos compreender o republicanismo de Maquiavel a partir da ideia de que esse é o regime com maior capacidade de se adaptar a uma natureza humana potencialmente corrupta. Esse é o regime que aponta para a alternativa institucional com maior capacidade de se reformular e ir saciando os desejos de dominação e liberdade a partir da contemporização com os momentos históricos. A liberdade das deliberações públicas é o que possibilita que humores inconciliáveis sejam saciados de tempos em tempos evitando grandes desequilíbrios. Esses pontos que levantamos até aqui marcam a contribuição do nosso trabalho em mapear como o a defesa do republicanismo e uma visão realista da política se conectam com a ideia de uma natureza humana imprevisível e cambiante.

Do ponto de vista dos textos literários podemos concluir que Belfagor é um texto que explora uma pergunta central para o nosso percurso, porque os homens se corrompem. Andria se conecta com o ideal humanista ligado à língua toscana de modo que o significado de sua produção cômica ganha contornos políticos na reflexão sobre Florença. Clizia é fundamental para se destacar a função pedagógica da comédia. E a Mandrágora trabalha a possibilidade da corrupção das pessoas mais honestas através de um livre jogo entre os desejos. Se até o regime mais sólido como foi o romano se corrompeu, como poderíamos esperar que Lucrecia não se corrompesse?

Podemos estruturar nossa conclusão a partir dos seguintes pontos: O realismo político de Maquiavel se funda na ideia de que a política só pode ser compreendida a partir da ideia de um conflito insuperável. Por isso, a corrupção se torna um processo inevitável para os regimes políticos. Os desejos inconciliáveis geram essa situação. Além disso, a corrupção é entendida no prisma maquiaveliano como um processo que

ameaça a liberdade das deliberações públicas e por isso deve ser o valor mais importante a ser defendido e preservado pelas instituições que só encontram a capacidade de se reformular ao longo do tempo como sua melhor forma de resistir à corrupção. O significado essencial dessas ideias aponta que a república é o melhor modelo institucional para se adaptar a uma natureza humana fundamentalmente instável, sobre a qual podemos investigar seu significado com precisão através dos textos literários de Maquiavel. A ideia de homem que encontramos nesse registro textual justifica as principais ideias de Maquiavel sobre porque a república é o caminho institucional para lidar com uma condição que se impõe.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADVERSE, Helton. *A Matriz Italiana* In: BIGNOTTO, Newton.(org.) *Matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

ADVERSE, Helton. *Filosofia Política no Renascimento Italiano*. São Paulo: Annablume, 2013.

ADVERSE, Helton. *Maquiavel Política e Retórica*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

ASCOLI, Albert Russell; CAPODIVACCA, Angela. «Machiavelli and Poetry», en *The Cambridge Companion to Machiavelli*, editado por John Najemy (Cambridge: Cambridge University Press, 2010).

AUDIER, Serge. *Machiavel, conflit et liberté*. Paris : Vrin/EHESS, 2005.

BARON, Hans. *The crisis of the early Italian Renaissance*. Princeton University Press, 1955.

BERLIN, Isaiah. «La originalidad de Maquiavelo», en *Contra la corriente. Ensayo sobre historia de las ideas* (Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1983), 135-136.

BIGNOTTO, Newton. *Antropologia Negativa*. In: *Analytica* (UFRJ) v12. P77-100. 2008

BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel republicano*. São Paulo: Loyola, 1991

BURCKHARDT, J. *A civilização da Itália do Renascimento*. Tradução: S. Tellaroli São Paulo: Companhia das Letras, 2009

C.DIONISOTTI, *Machiavelli Letterato*. In: AA.VV. *Studies on Machiavelli*. Sansoni. Firenze 1972

CARDOSO, Sérgio. A matriz romana in: BIGNOTTO, Newton.(org.) *Matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

CHABOD, Federico. *Scritti su Machiavelli*. Torino: Einaudi. 1982

CÍCERO, Marco Túlio. *Da República*. Tradução: Amador Cisneiros. Rio de Janeiro: Edições Ouro Editora Tecnoprint.

CÍCERO, Marco Túlio. *Tratado dos Deveres* Tradução: Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Edições Cultura Brasileira.

DIONISOTTI, Carlo. «Appunti sulla Mandragola», Belfagor, vol. 39 (1984).



DIONISOTTI, Carlo. «Machiavelli, Man of Letters», en *Machiavelli and the Discourse of Literature*, editado por Albert Russell Ascoli y Victoria Kahn (Nueva York: Ithaca, 1993).

DOTTI, Ugo. *La révolution Machiavel*. Grenoble :Million. 2003

GAETA.F, “*Introduzione a N.Machiavelli, il teatro e gli scritti letterari*”. Milano, 1965. Página 9

GAILE-NIKODIMOV, Marie. *Conflit civil et liberté*. Paris : Honoré Champion. 2004

HANKINS, James. (edit.) *The Cambridge Companion to Renaissance Philosophy*. Cambridge University Press, 2007

HÖRNQVIST, Mikael. *Machiavelli and Empire*. Cambridge University Press, 2004.

KRAYNE, J. *The Cambridge Companion to Renaissance humanism*. Cambridge University Press, 1996.

KRISTELLER, P. *Renaissance thought and its sources*. Columbia University Press, 1996.

MACHIAVELLERIE, *Dionisotti. Storia e fortuna di Machiavelli*. Torino: Einaudi. 1980.

MACHIAVELLI, Niccolò. Andria. In: *Tutte le opere*. Firenze: Sansoni Editore, 1971

MACHIAVELLI, Niccolò. Clizia. In: *Tutte le opere*. Firenze: Sansoni Editore, 1971

MACHIAVELLI, Niccolò. Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio. In: *Tutte le opere*. Firenze: Sansoni Editore, 1971

MACHIAVELLI, Niccolò. I Decenale. In: *Tutte le opere*. Firenze: Sansoni Editore, 1971

MACHIAVELLI, Niccolò. Il principe. In: *Tutte le opere*. Firenze: Sansoni Editore, 1971

MACHIAVELLI, Niccolò. Istorie fiorentine. In: *Tutte le opere*. Firenze: Sansoni Editore, 1971

MACHIAVELLI, Niccolò. L’asino. In: *Tutte le opere*. Firenze: Sansoni Editore, 1971

MACHIAVELLI, Niccolò. La vita di Castruccio Castracani da Lucca . In: *Tutte le opere*. Firenze: Sansoni Editore, 1971

MACHIAVELLI, Niccolò. Mandragola. In: *Tutte le opere*. Firenze: Sansoni Editore, 1971

- MANSFIELD, Harvey. *Machiavelli's virtue*, Chicago : Chicago University Press. 1996
- MAQUIAVEL, Nicolau. *Belfagor, o arquidiabo*. São Paulo: Martin Claret, 2008
- MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007
- MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*. São Paulo: Martins Fontes, 2007
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2001
- MARTELLI, Mario. «Politica, storia e letteratura: Machiavelli e Guicciardini», en *Storia della letteratura italiana*, editado por E. Malato (Roma: Salerno Editrice, 1996).
- MARTINEZ, Ronald. «Comedian, Tragedian: Machiavelli and Traditions of Renaissance Theater», *Machiavelli*, editado por John Najemy (Cambridge: Cambridge University Press, 2010).
- MÉNISSIER, Thierry *Vocabulário de Maquiavel*. Martins Fontes São Paulo 2012. Tradução Claudia Berliner.
- MÉNISSIER, Thierry. *Machiavel ou la politique du centaure*. Paris : Herman. 2010
- MUÑOZ, Diego. *La finalidad dela comedia en Maquiavelo*”. In: *La Revolución de Maquiavelo*. MUÑOZ, Diego. Santiago. 2013. Página 297
- NAJEMY, M. John (edit). *The Cambridge Companion to Machiavelli* Cambridge University Press, 2010.
- PANCERA, Gabriel. *Maquiavel entre repúblicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- PAREL, J. Anthony *The Machiavellian Cosmos*. Yale university press. New Heaven and London. 1992.
- POCOCK, J.G.A Machiavelli and Rome: the republic as ideal and as history. In: NAJEMY, M. John (edit). *The Cambridge Companion to Machiavelli* Cambridge University Press, 2010.
- POCOCK, J.G.A *The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republic Tradition*. Princeton University Press, 1975
- POLÍBIOS, *História* Tradução. M.G.Cury, Brasília: Unb, 1985
- RAIMONDI, Ezio. «Il teatro del Machiavelli», *Studi Storici*, vol. 10, no. 4 (1969).

RIDOLFI, Roberto. *Biografia de Nicolau Maquiavel*. Tradução Nelson Canabarro, São Paulo: Musa editora, 1999.

RIDOLFI, Roberto. *Vida de Nicolás Maquiavelo* (México: Renacimiento, 1961) página

RUSSELL, Albert; KAHN, *Machiavelli and the Discourses of Literature*

SASSO, Genaro. Niccolò Machiavelli. *Il pensiero politico*. Vol 1

SFEZ, Gérald ; SENELLART, Michel. *L'enjeu Machiavel*. Paris: Puf. 2001

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Tradução: R.J. Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

TYLUS, S. Jane. «Theater and its Social Uses: Machiavelli's Mandragola and the Spectacle of Infamy», *Renaissance Quarterly*, vol. 53 (2000).

VIROLI, Maurizio. *La sonrisa de Maquiavelo* (Barcelona: Fábula Tusquets Editores, 2002).

VIVANTI, Corrado. *Niccolò Machiavelli I tempi dela politica*. Roma: Donzelli Editore, 2008